



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio**

UM CAPÍTULO NA HISTÓRIA DA MUSEOLOGIA NO BRASIL

***Um olhar sobre o surgimento do Curso de
Museus do Museu Histórico Nacional
(1922-1935)***

Henrique de Vasconcelos Cruz Ribeiro

UNIRIO / MAST - RJ, Junho de 2014

UM CAPÍTULO NA HISTÓRIA DA MUSEOLOGIA NO BRASIL

*Um olhar sobre o surgimento do Curso de
Museus do Museu Histórico Nacional
(1922-1935)*

por

Henrique de Vasconcelos Cruz Ribeiro
*Aluno do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 01 – Museu e Museologia*

Dissertação de Mestrado apresentada à
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em
Museologia e Patrimônio.

Orientador: Professor Doutor Ivan Coelho de Sá

UNIRIO/MAST - RJ, Junho de 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco – Biblioteca)

R484u Ribeiro, Henrique de Vasconcelos Cruz
Um capítulo na história da Museologia no Brasil: um olhar sobre o surgimento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1922-1935) / Henrique de Vasconcelos Cruz Ribeiro.
Ivan Coelho de Sá; orientador – 2014.
116 p.

Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio) – UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2014

1. Museus. 2. Museologia - História. 3. Museu Histórico Nacional (RJ). I. Sá, Ivan Coelho de. II. Título

CDU 069.01

FOLHA DE APROVAÇÃO DE MESTRADO

UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA NA MUSEOLOGIA NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O SURGIMENTO DO CURSO DE MUSEUS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (1922-1935)

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por:

Prof. Dr. _____
Ivan Coelho de Sá (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof.^a Dr.^a _____
Aline Montenegro Magalhães
Museu Histórico Nacional – MHN/IBRAM

Prof.^a Dr.^a _____
Tereza Cristina M. Scheiner
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2014

RESUMO

RIBEIRO, Henrique de Vasconcelos Cruz. Um capítulo na história da Museologia no Brasil: Um olhar sobre o surgimento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1922-1935). Orientador: Prof. Dr. Ivan Coelho Sá. UNIRIO/MAST. 2014. Dissertação.

A dissertação detém interpretações acerca do surgimento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, em recorte compreendido entre os anos de 1922 a 1935. O estudo buscou desenvolver o levantamento das narrativas históricas que tangenciaram a existência do Curso de Museus e a própria criação do Museu Histórico Nacional, integrando elementos teóricos fornecidos pelos estudos sobre a história dos museus e da Museologia, dentro e fora do Brasil. Sugeriu a existência de diálogos entre práticas estrangeiras e o processo de criação do Curso de Museus. Caracterizou as relações entre a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional e o Museu Histórico Nacional para indicar a natureza dos entraves presentes no processo de consolidação da ideia do Curso Técnico e a influência sobre o Curso de Museus. Diante disso, investiu ainda na integração de novos protagonistas, tratando de trajetórias como a de Manoel Cícero Peregrino da Silva (1866-1956). E, finalmente, reuniu argumentos para possibilitar diálogos entre o Curso de Museus e o Office International des Musées (1926-1946).

Palavras-chave: Museologia, História da Museologia, Curso de Museus, Museu Histórico Nacional, Ensino de Museologia.

ABSTRACT

RIBEIRO, Henrique de Vasconcelos Cruz. A chapter in the history of Museology in Brazil: A chapter in the history of Museology in Brazil: a look at the emergence of the Course of Museums of National Historical Museum (1922-1935). Advisor: Prof. Dr. Ivan Coelho Sá. UNIRIO/MAST. 2014. Dissertation.

The dissertation holds interpretations about the emergence of the Course of Museums of National Historical Museum, between 1922 to 1935. The study sought to develop a survey of the historical narratives that touch the existence of the Course of Museums and the creation of the National Historical Museum, integrating theoretical elements provided by studies about the history of museums and Museology, inside and outside Brazil. Was suggested the existence of dialogues between foreign practices and the process of creation of the Course of Museums. Characterized relations between the National Library, the National Archives and the National Historical Museum to indicate the nature of the obstacles present in the idea of the consolidation of the Technical Course and the influence on the Course of Museums. We invested in the idea of integrating new protagonists, such as Manoel Cícero Peregrino da Silva (1866-1956). And finally, we brought together arguments to enable dialogues between the Course of Museums and the Office International des Musées (1926-1946).

Keywords: Museology, History of Museology, Course of Museums, National Historical Museum.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AN – Arquivo Nacional
- BN – Biblioteca Nacional
- CICI – *Commision Internationale de Coopération Intellectuelle* [Comissão Internacional de Cooperação Intelectual]
- IBHA – Instituto Brasileiro de História da Arte
- ICOM – *International Council of Museums* [Conselho Internacional de Museus]
- IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- IIB – Instituto Internacional de Bibliografia
- IICI – *Institut International de Coopération Intellectuelle* [Instituto Internacional de Cooperação Intelectual]
- MHN – Museu Histórico Nacional
- OIM – *Office International des Musées* [Escritório Internacional de Museus]
- SDN – *Société des Nations* [Sociedade das Nações]
- UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura]
- UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO _____	10
Cap. 1 RELATOS HISTÓRICOS SOBRE A CRIAÇÃO DO CURSO DE MUSEUS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL _____	16
1.1. A criação do Museu Histórico Nacional e a proposta do Curso Técnico _____	20
1.2. A criação do Curso de Museus _____	27
1.3. Diálogos com práticas museológicas estrangeiros na criação do Curso de Museus _____	31
Cap. 2 A CRIAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL E A PROPOSTA DO CURSO TÉCNICO PARA ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS (1922-1930) _____	35
2.1. As controvérsias para criar um museu histórico _____	39
2.2. A criação do Museu Histórico Nacional _____	49
2.3. Um Curso Técnico para arquivos, bibliotecas e museus _____	55
2.4. Os percalços no caminho do Curso Técnico _____	62
Cap. 3 A CRIAÇÃO DO CURSO DE MUSEUS E OS DIÁLOGOS COM O OFFICE INTERNACIONAL DES MUSÉES NO BRASIL (1930-1935) ____	70
3.1. A criação do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional ____	72
3.2. Diálogos brasileiros com o Office International des Musées ____	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	86
REFERÊNCIAS _____	89
ANEXOS _____	105

Para investigar o passado do Brasil, são necessárias lentes possantes e uma disposição excêntrica, pois a poeira do esquecimento assenta rapidamente, cobrindo figuras e gestos. O que fica são fragmentos, cristalizados pela memória oficial. Recuperar o movimento, o conflito, o pensamento em suas contradições, requer um trabalho de detetive.

Vera Lins, 1991

INTRODUÇÃO

Em seu relatório de atividades do ano de 1934 endereçado ao Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, o diretor do Museu Histórico Nacional (MHN), Gustavo Barroso, orgulhava-se do ano fecundo e ativo no exercício do museu, caracterizado, em grande medida, pelo aumento de doações de objetos históricos e peças numismáticas, podendo o MHN ser considerado “um dos maiores estabelecimentos do gênero no continente”. Contudo, a mudança de maior destaque compreendeu a aprovação de novo regulamento para o museu, através do Decreto nº. 24.735, de 14 de julho de 1934, que dotou a instituição de poder para “desempenhar no meio brasileiro a missão relevantíssima de órgão coordenador das medidas de defesa e salvaguarda do patrimônio tradicional do país”, por meio da Inspeção de Monumentos Nacionais.

Outra atividade também enfatizada foi a conclusão da segunda turma do Curso de Museus, criado em 1932, que diplomou naquele ano mais um grupo de “técnicos em ciências auxiliares da História ou Museologia”. Naquele período, havia preenchido inteiramente as condições impostas à sua realização, representando a segurança, para o Museu, de uma constante renovação de vocações, descobertas para os estudos de Museologia que aqui professamos cumulativamente com todos os encargos que pesam sobre o escasso pessoal da Casa. [...] Diplomamos a segunda turma de especialistas em assuntos de Museu Histórico, o que é, sem dúvida, assinalável, quando tanto procuramos elevar o nível cultural do país.¹

Constituído de disciplinas que abarcavam conhecimentos denominados à época de ciências auxiliares da História, como Sigilografia, Epigrafia e Numismática, aliadas a disciplinas gerais como História da Arte Brasileira, Arqueologia e História do Brasil, o Curso de Museus apresentava ainda o ensino de um conhecimento novo no Brasil, preocupado com os aspectos empírico-descritivos dos museus, intitulado Técnica de Museus.

A demanda por profissionais com formação nos conhecimentos ditos auxiliares para atuar no Museu Histórico Nacional surgiu no primeiro regulamento da instituição, por meio do Decreto nº. 15.596, de 2 de Agosto de 1922, com a proposta do ensino das referidas disciplinas através do Curso Técnico, que também

¹ Relatório de atividades do Museu Histórico Nacional em 1934, p. 6. Museu Histórico Nacional, Arquivo Institucional, Relatórios, AS/DG1, grifo nosso.

possibilitaria a habilitação de profissionais para o Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, localizados na cidade do Rio de Janeiro. Tais conhecimentos foram recuperados dez anos mais tarde, através do Curso de Museus.

No contexto internacional do período entre guerras (1918-1939), o Curso de Museus se inseriu num conjunto de iniciativas com o intuito de sistematizar o ensino dos conhecimentos práticos nos museus. Diante disso, identificam-se iniciativas a partir de 1927 na École du Louvre, em Paris, com a oferta da disciplina *Histoire des collections et des musées d'art moderne*, ministrada por Gaston Brière, e a promoção das *Conférences Techniques de Muséographie*, em 1928; na Universidade de Harvard, através de Paul Sachs, com o início do curso *Museum work and museum problems*, voltado para museus de arte, oferecido anualmente, a partir de 1921; no Newark Museum, John Cotton Dana com a instauração do Programa de Cursos de Formação de Profissionais de Museus, em 1925; e em 1922, na Universidade de Masaryk, em Brno, com a criação da primeira cátedra de Museologia, por Jaroslav Helfert. Na América do Sul, a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires criou, em 1923, Curso de Técnicos para o Serviço de Museus, vinculado à carreira de História².

Além disso, percebe-se também neste período o movimento de difusão destes conhecimentos operacionais através, principalmente, dos eventos e publicações do *Office International des Musées*, criado na França em 1926 e extinto em 1946, pela criação do *International Council of Museums* (ICOM), no âmbito da cooperação intelectual internacional estimulada pelo *Institut International de Coopération Intellectuelle*.

O uso do termo “Museologia” no relatório de Gustavo Barroso, mencionado anteriormente para denominar os conhecimentos ministrados pelo Curso de Museus, demonstra a recepção do debate terminológico existente no contexto europeu, que

² Cf. VERNE, Henri. La fondation et le développement de l'École du Louvre. In: **L'École du Louvre, 1882-1932**. Paris: Bibliothèque de l'École du Louvre, 1932; CUSHMAN, Karen. Museum Studies: the beginnings, 1900-1926. **Museum Studies Journal**, São Francisco, v. 1, n. 3, 1984; MAROEVIC, Ivo. **Introduction to Museology: the European approach**. Munique: Verlag Dr. Christian Müller-Straten, 1998; PUIPIO, María Alejandra. Coleccionistas de objetos históricos, arqueológicos y de ciencias naturales en museos municipales de la provincia de Buenos Aires en la década de 1950. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12 (suplemento), p. 205-229, 2005; BARBILLON, Claire. A Escola do Louvre (1882-2012), ou a aliança da História da Arte com a Museologia. In: BARJA, Wagner (org.). **Gestão museológica: questões teóricas e práticas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

tratava dos conhecimentos empírico-descritivos desenvolvido nos museus, reconhecidos através dos termos Museologia e Museografia.

A escolha da temática para a dissertação caracteriza longo processo criativo, iniciado pelo interesse, ainda no curso de Graduação em Museologia na UNIRIO, pela História dos Museus e da Museologia no Brasil. Não havendo disciplina que absorvesse amplamente este tema, configurou a ação de revisão da pouca literatura existente na época, principalmente, sobre o histórico do Curso de Museologia da UNIRIO e do Museu Histórico Nacional, onde foi criado. Também eram de interesse publicações antigas sobre Museu e Museologia.

Resultante dessas leituras e do interesse em biografias, o trabalho de conclusão de curso buscou configurar o perfil biográfico de Regina Monteiro Real, conservadora de museus de atuação nas décadas 1930 e 1960. A atuação como pesquisador júnior em projeto de pesquisa vinculado ao Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMUS/UNIRIO) foi decisiva para a concepção temática final da dissertação, uma vez que o acesso aos primeiros documentos em vários arquivos possibilitou a constatação de que havia fatores na história do Curso de Museologia da UNIRIO que ainda precisariam de maiores interpretações, apesar dos incansáveis movimentos de investigação e preservação desempenhados pelo Núcleo na atualidade.

Por se tratar de uma análise específica da História da Museologia no Brasil, enfatizando a criação do primeiro curso de formação para profissionais de museus, o projeto vinculou-se à linha de pesquisa *1 - Museu e Museologia* do Mestrado em Museologia e Patrimônio, associado ao projeto de pesquisa *Recuperação e Preservação da Memória da Museologia no Brasil*, coordenado pelo Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá, no qual são discutidos aspectos da história da Museologia brasileira.

A pesquisa viabilizou-se, em primeiro lugar, devido às fontes documentais localizadas nos arquivos administrativos das instituições relacionadas à pesquisa, principalmente na Biblioteca Nacional, no Museu Histórico Nacional, Arquivo Nacional e NUMMUS/UNIRIO. Este último, constituído de acervo composto por doações de profissionais de museus já aposentados e familiares, fontes documentais e bibliográficas relativas a suas atuações profissionais, como também pela documentação administrativa do Curso de Museus.

A partir das fontes documentais e dos métodos analíticos utilizados por esta pesquisa, que se estrutura em três momentos que compreendem:

- A apresentação de levantamento das narrativas históricas sobre o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, salientando a criação do Museu Histórico Nacional e a proposta do Curso Técnico, a criação do Curso de Museus e as interfaces no processo de práticas desenvolvidas no exterior.
- Uma abordagem sobre a criação do Museu Histórico Nacional e a primeira proposta de formação para profissionais de museus constante em seu primeiro regulamento.
- A caracterização do Curso de Museus, a partir de 1932, no âmbito da reforma educacional imposta pelo recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública e configuração de diálogos com o *Office International des Musées* no Brasil, com ênfase no Museu Histórico Nacional e no Curso de Museus.

A análise e posterior caracterização de diferentes abordagens sobre os relatos consolidados pelas principais instâncias legitimadoras da área obedecem à ordem natural da evolução da investigação científica, ou seja, é necessariamente mutável. Apontando multiplicidades interpretativas, muitas vezes complementares, de uma memória histórica construída nos primeiros momentos da Museologia no Brasil.

O aumento da produção acerca da história dos museus e da Museologia brasileira, ao longo dos últimos dez anos, em especial a respeito do Curso de Museus do MHN, que originou a Escola de Museologia da UNIRIO, confere enriquecimento crítico ao que se pretende desenvolver nas narrativas históricas do campo, estimuladas pelos esforços do Núcleo ao qual esta pesquisa vincula-se e, de modo geral, ao exercício da Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, visando o reconhecimento das singularidades do campo museológico brasileiro.

Nesse sentido, a dissertação fundamenta-se primordialmente em novas fontes primárias, localizadas em arquivos brasileiros e estrangeiros, cuja relevância traduz-se pela inédita apropriação das mesmas e por serem produzidas por atores pouco investigados.

Isto posto, entendemos que iniciativa poderá enriquecer o panorama de referências sobre o contexto nacional de desenvolvimento do campo e do próprio conceito de Museologia. A integração de abordagens com olhar dinâmico a respeito das instituições, metodologias, linhas discursivas e analíticas que se desenrolam no

intuito de consolidar a Museologia no Brasil constitui medida emergencial e de caráter coletivo.

CAPÍTULO 1

RELATOS HISTÓRICOS SOBRE A CRIAÇÃO DO CURSO DE MUSEUS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Da próxima vez que entrar num museu, seja o do Ipiranga, o Louvre ou o Britânico, reserve algum tempo para observá-lo em si. Os museus são muito mais do que meros receptáculos dos objetos exibidos. Têm história e podem nos contar muita coisa sobre a época em que foram construídos.

Peter Burke, 2009

Os museus e a Museologia nasceram num determinado contexto social, assumindo de modo integral os movimentos da sociedade ao qual estiveram inseridos, reinventaram-se através do tempo e adquiriram múltiplos sentidos. Segundo Francis Henry Taylor, diretor do *Metropolitan Museum of Art*, de Nova Iorque, caracterizam as instâncias de responsabilidade legadas a cada geração para a interpretação desta “vaga palavra 'museu', de acordo com as exigências sociais do dia”³.

Edifícios, coleções, práticas, termos, conceitos, tudo possui sua historicidade. Tais fatores, ligados aos museus e à Museologia foram sendo delineados e aprimorados através de relatos produzidos por diferentes intérpretes, incorporando particularidades que pedem inclinações de olhar amplo.

Ivo Maroevic⁴ foi um dos autores que apontou, entre outros aspectos, que a história da Museologia torna-se imprescindível para a compreensão do Museu enquanto instituição social e cultural e da composição da Museologia em si; compreende-a como parte da história da ciência e a história dos museus, enquanto instituições culturais, constituinte da própria história da Humanidade; enfatiza, ainda, diante da Museologia, uma condição de disciplina científica.

Considerações ao pensamento de Maroevic foram tratadas por Hernández⁵, salientando a relação entre os museus e as coleções no âmbito da Museologia, algumas vezes entrelaçadas e outras consideradas como realidades distintas. Sua forma de compreender a existência de um “discurso museológico” origina-se da história do Museu e das coleções, passando pela constituição de uma metodologia própria para as instituições e a consideração do desenvolvimento da Museologia enquanto ciência.

Para a nossa interpretação, considera-se a perspectiva de Maroevic, uma vez que identificamos, na composição da realidade brasileira, distinções entre a história dos museus e da Museologia. Integra este contexto o conjunto de narrativas históricas dos museus e da Museologia de escritos sobre o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, importante elemento do processo de formação

³ “Each generation has been obliged to interpret this vague word ‘museum’ according to the social requirements of the day”. TAYLOR, Francis Henry. **Babel’s tower: the dilemma of the modern museum**. New York: Columbia University Press, 1945, p. 39, tradução nossa.

⁴ MAROEVIC, Ivo. **Introduction to Museology: the European approach**. Munique: Verlag Dr. Christian Müller-Straten, 1998, p. 23, 73.

⁵ HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. **Planteamientos teóricos de la Museología**. Gijón: Trea, 2006, p. 17.

profissional e área do conhecimento da Museologia no Brasil. As confluências que levaram à criação do Curso de Museus constituem-se inicialmente de um levantamento bibliográfico que expõe as interpretações dos autores, a partir de três temas que permeiam a pesquisa: criação do Museu Histórico Nacional e a proposta do Curso Técnico; criação do Curso de Museus; e, finalmente, diálogos com práticas museológicas desenvolvidas por estrangeiros durante a criação do Curso de Museus.

Ligados diretamente aos museus e à Museologia estão os estudos que tratam da história do Museu Histórico Nacional⁶, do Curso de Museus⁷ e dos intentos de Gustavo Barroso⁸. Também foram incluídos trabalhos que apresentam o panorama dos museus e a Museologia no Brasil⁹, do ensino da Museologia¹⁰ e das relações e diálogos entre a Museologia brasileira e as práticas e pensamentos do contexto

⁶ POLIANO, Luiz Marques. O Museu Histórico Nacional: seu 17º. aniversário. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 22 out. 1939, p. 6; DUMANS, Adolpho. **A ideia da criação do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Olímpica, 1947; ELKIN, Noah Charles. 1922, o encontro do efêmero com a permanência: as Exposições (Inter)Nacionais, os museus e as origens do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 29, 1997, p. 121-140.

⁷ NAZARETH, Gilson do Coutto. **Fundamentos epistemológicos da Museologia**: uma proposta ao problema curricular. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1991; MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever história nos museus? **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 34, 2002, p. 107-130; SÁ, Ivan Coelho de. História e memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 39, 2007, p.10-42; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978**: o perfil acadêmico-profissional. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009; FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **O caráter educativo do Museu Histórico Nacional**: o Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro, 1922-1958). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

⁸ OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória**: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003; CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Minc/IBRAM, 2009.

⁹ SCHEINER, Tereza Cristina. Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país chamado Brasil. **Apontamentos, Memória e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan. / jun. 1994, p. 14-34; GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Presença dos museus no panorama político-científico-cultural. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, p. 195-202 [Publicado originalmente em 1989].

¹⁰ GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museologia: formação profissional no Brasil: a proposta do Instituto de Museologia de São Paulo / Fesp. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, p. 253-262 [Publicado originalmente em 1990]; TANUS, Gabrielle Francinne de S. C. A trajetória do ensino da Museologia no Brasil. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 2, n. 3, maio / jun. 2013, p. 76-88; SÁ, Ivan Coelho de. Formação em Museologia no Brasil: a contribuição da UNIRIO e as recentes transformações. In: BARJA, Wagner (org.). **Gestão museológica**: questões teóricas e práticas. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013, p. 123-129.

francês¹¹. Especificamente para tratar da proposta de Curso Técnico para arquivos, bibliotecas e museus, de 1922, foram incluídos os que abordavam a história do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional¹² e o curso de Arquivologia do Arquivo Nacional¹³.

1.1. A criação do Museu Histórico Nacional e a proposta do Curso Técnico

Os primeiros textos que trataram da história da criação do MHN são de autoria de dois *conservadores de museus*¹⁴ formados pela primeira turma do Curso de Museus, no ano de 1933, com longa atuação na instituição. Ambos estabeleceram uma *memória histórica*¹⁵ da criação do MHN referenciados até hoje em trabalhos sobre a instituição.

O primeiro foi o artigo publicado por Luiz Marques Poliano¹⁶ no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1939, comemorativo do aniversário de dezessete anos do Museu. Para Poliano, o MHN surgiu numa fase que denomina “renascimento do culto pelo passado”, estimulada principalmente pelas comemorações do primeiro centenário da emancipação política do país:

As festas da Independência levaram as elites e a administração à convicção de que constituía lacuna imperdoável a inexistência de um departamento oficial que reunisse, com objetivo cívico e cultural, metodicamente, tudo

¹¹ SCHEINER, Tereza Cristina. Museologia e Patrimônio: interfaces disciplinares entre a França e o Brasil. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 33, n. 2, 2009, p. 313-334; SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, jul./dez. 2013, p. 31-58.

¹² WERNECK, Heloisa Cabral da Rocha. **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: projeto de reforma**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira Biblioteconômica, 1942; DIAS, Antônio Caetano. **O ensino da Biblioteconomia no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, 1957; CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000.

¹³ MAIA, Augusto Moreno. **A construção do Curso de Arquivologia da UNIRIO: dos primeiros passos à maturidade universitária?** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

¹⁴ Denominação utilizada entre os anos 1930 e 1970 no Brasil à profissão de museólogo.

¹⁵ Entende-se por *memória histórica* “à presença constante da memória do vencedor em nossos textos e considerações”, também sendo remetido “às vias pelas quais essa memória impôs-se tanto aos seus contemporâneos quanto a nós mesmos, tempo posterior e especialistas preocupados com o passado”. VESENTINI, Carlos Alberto. A instauração da temporalidade e a (re)fundação na história: 1937 e 1930. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 87, out./dez. 1986, p. 104.

¹⁶ Luiz Marques Poliano (1903-1988) formou-se na primeira turma do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1932-1933). Aprovado no primeiro concurso público para a carreira de conservador de museus do Ministério da Educação e Saúde (1939-1940). Publicou artigos sobre numismática e heráldica nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, e os livros *Ordens Honoríficas do Brasil* (1943) e *Heráldica* (1986). Cf. Falecimentos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1988, p. 12; SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional**. Rio de Janeiro: Escola de Museologia da UNIRIO, 2007, p. 31.

aquilo que lembrasse um fato, que marcasse uma época, ou que tivesse testemunhado qualquer episódio das nossas glórias pretéritas.¹⁷

O autor lembrava a existência da inauguração do MHN e de um “pequeno Museu” no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, porém, caracterizados como privilégios para alguns pelo “contato com as coisas antigas do Brasil, assim colocadas fora do alcance da massa popular, apesar de reconhecidas as vantagens que o ensino objetivo, proporcionado pelos museus, exercem sobre elas”¹⁸. Lembrava também que algumas repartições, com finalidades diversas, detinham objetos e documentos de natureza histórica “numa dispersão que impossibilitava completamente o seu conhecimento pelo grande público”. Mais tarde, parte destes objetos foi recolhida ao MHN, lembrava o autor¹⁹.

O segundo trabalho que contribuiu na construção da *memória histórica* do MHN foi o livro de Adolpho Dumans²⁰, *A ideia da criação do Museu Histórico Nacional*, publicado em 1947, no aniversário de vinte e cinco anos da instituição²¹. O autor credita a ideia da criação do MHN ao seu primeiro diretor, Gustavo Barroso: “a este pertence na verdade, a ideia da fundação dum Museu Histórico no país, destinado a guardar e expor as relíquias do nosso passado”²². Dumans defende a argumentação transcrevendo trechos de artigos publicados em periódicos (*Jornal do Commercio e Ilustração Brasileira*) por Barroso, desde 1911, propondo a criação de um museu militar, e depois do Museu Histórico Brasileiro, onde “se pudessem reunir para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de toda a sorte que este representa”²³. Segundo Dumans, através de seus artigos, a campanha promovida por Barroso foi ganha com a criação do MHN:

¹⁷ POLIANO, Luiz Marques. O Museu Histórico Nacional: seu 17º. aniversário. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 22 out. 1939, p. 6.

¹⁸ Idem, p. 6.

¹⁹ Idem, p. 6.

²⁰ Adolpho Dumans (1907-1952) formou-se na primeira turma do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1932-1933). Iniciou sua carreira no MHN em 1927, como servente. Aprovado no primeiro concurso público para a carreira de conservador de museus do Ministério da Educação e Saúde (1939-1940). Publicou artigos nos *Anais do Museu Histórico Nacional*. Cf. SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional**. Rio de Janeiro: Escola de Museologia da UNIRIO, 2007, p. 30.

²¹ O livro era uma compilação de artigos publicados por Dumans anteriormente nos *Anais do Museu Histórico Nacional* (“O Museu Histórico Nacional através de seus 19 anos de existência”, v. 1, 1940; “A ideia da criação do Museu Histórico Nacional”, v. 3, 1942), acrescido de informações contidas em relatórios institucionais.

²² DUMANS, Adolpho. **A ideia da criação do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Olímpica, 1947, p.3-4.

²³ Gustavo Barroso apud Idem, p. 10.

A exaustiva documentação aqui transcrita prova perfeitamente que em agosto de 1922, criando o Museu Histórico Nacional, o Presidente Epitácio Pessoa, como grande patriota que era e inteligência aberta a todas as iniciativas nobres, dava ganho de causa a uma campanha encetada pelo Dr. Gustavo Barroso, como jornalista, desde 1911, e o encarregava de organizar o instituto pelo qual se batia²⁴.

Tanto Poliano quanto Dumans não incluíram na *memória histórica* construída a proposta do Curso Técnico para formar profissionais de museus, arquivos e bibliotecas, constante no regulamento aprovado pela criação do MHN, enfatizando mais as primeiras exposições e aquisições de objetos nos anos 1920.

O historiador norte americano Noah Charles Elkin, em artigo publicado nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, foi o primeiro a trabalhar com fontes documentais alternativas às utilizadas na construção da *memória histórica* do MHN, promovendo um novo olhar sobre a narrativa histórica institucional. Além de documentos pertencentes ao Museu, Elkin utilizou fontes pertencentes aos acervos do Museu Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O autor apresentou a continuidade na relação entre exposições internacionais e nacionais, surgidas no século XIX, e os museus brasileiros (em especial o Museu Nacional), e as disputas entre escritores brasileiros, nas décadas de 1910 e 1920, pela criação do MHN. Para Elkin, os esforços jornalísticos de Gustavo Barroso para a criação de um museu de história nacional “situavam-se dentre muitos clamores em prol da criação de um museu histórico”²⁵. O autor apresenta outros personagens que também pensavam num museu de história nacional para o país, como as controvérsias entre Bruno Lobo, diretor do Museu Nacional, e Escragnolle Dória, diretor do Arquivo Nacional, na ideia de criar tal museu.

Em seu trabalho onde analisa o que denominou *imaginação museal*²⁶ de três escritores – Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darci Ribeiro – Mário de Souza Chagas estudou a criação do MHN devido à grande importância da instituição na

²⁴ Idem, p. 12.

²⁵ ELKIN, Noah Charles. 1922, o encontro do efêmero com a permanência: as Exposições (Inter)Nacionais, os museus e as origens do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 29, 1997, p. 126.

²⁶ Para o autor *imaginação museal* “configura-se como a capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas. [...] Essa imaginação não é prerrogativa sequer de um grupo profissional, como o dos museólogos, por exemplo, ainda que eles tenham o privilégio de ser especialmente treinados para o seu desenvolvimento. Tecnicamente, refere-se ao conjunto de pensamentos e práticas que determinados atores sociais desenvolvem sobre os museus e a museologia”. CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darci Ribeiro**. Rio de Janeiro: Minc/IBRAM, 2009, p. 58.

carreira de Barroso. A partir de referências ligadas à inauguração da Seção de História do Museu Paulista, criada em dezembro de 1922, e das propostas de museu de história nacional do IHGB e Arquivo Nacional, o autor destaca que a criação do MHN

não foi decorrente de um gesto isolado de Gustavo Barroso, ancorado unicamente na antevisão das necessidades museológicas de uma época. Ao contrário, naquele momento havia a compreensão por parte de amplos setores da intelectualidade brasileira da importância e da oportunidade de se constituir um local que apresentasse ao mundo a densidade histórica do país²⁷.

O autor considerou o MHN uma ponte museológica entre os séculos XX e XIX, entre a República e o Império, entre os gestos heroicos do presente e do passado. O que estava em causa não era ruptura e sim continuidade e tradição²⁸.

Nas análises de Elkin e Chagas, a proposta do Curso Técnico configurou-se apenas como um elemento auxiliar. Ainda que, para o segundo, o estudo sobre a relação de Barroso com o ensino da Museologia, através de pequena menção ao Curso de Museus, fosse percebido como “a concretização de um sonho que remontava ao ano de 1922”²⁹.

O primeiro trabalho acadêmico que buscou aprofundar a proposta do Curso Técnico correspondeu à dissertação de mestrado de Gilson do Coutto Nazareth³⁰. Autor que considerou “a origem imediata do Curso de Museus”³¹ e realizou pesquisas sobre a documentação administrativa do Museu Histórico Nacional, da Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional.

Para o autor, a proposta do Curso Técnico foi de autoria do diretor da Biblioteca Nacional em 1922, Manuel Cícero Peregrino³², no entanto, não apresentou os motivos que levaram a esta afirmação. Nazareth acredita que o Curso Técnico não funcionou devido a duas motivações: a não aceitação do papel principal dado à Biblioteca Nacional, pelos outros dois órgãos; e a falta de verbas e/ou

²⁷ Idem, p. 87-88.

²⁸ Idem, p. 89.

²⁹ Idem, p. 98.

³⁰ NAZARETH, Gilson do Coutto. **Fundamentos epistemológicos da Museologia**: uma proposta ao problema curricular. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1991.

³¹ Idem, p. 31.

³² Idem, p. 37, 39, 177.

dificuldades de deslocamento de verbas dentro do Ministério do Interior ao qual estavam os três órgãos subordinados.³³

Ao analisar os relatórios anuais dos diretores das três instituições envolvidas, entre 1922 e 1930, o autor considerou que: o diretor do MHN, Gustavo Barroso, mostrou-se “lacônico e avesso ao Curso Técnico”, e, desta forma, “não tenha participado de sua criação” ou “não tenha aceitado sua forma final”; o diretor da BN empenhou-se na manutenção da iniciativa e o diretor do AN desenvolveu críticas e não apresentou maiores interesses. O autor indicou ainda que, apenas com a transferência da BN e MHN do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o Ministério da Educação e Saúde, em 1930, as instituições ganham cursos diversificados, mas baseados na estrutura do curso técnico. O Arquivo Nacional teria um curso apenas no final dos anos 1950³⁴.

A pesquisadora Aline Montenegro Magalhães³⁵ desenvolveu semelhantes consultas aos relatórios anuais da administração de Barroso, entre os primeiros anos no MHN, e observou que as atividades da instituição detinham-se apenas aos esforços para enriquecer as coleções museológicas e aumentar o prestígio da instituição junto ao governo e à sociedade.

A intenção de criar o Curso Técnico para profissionais de museus, bibliotecas e arquivos foi considerado por Ivan Coelho de Sá uma atitude visionária, “exigindo uma dose cavalariça de heroísmo [...], uma fórmula mista de ousadia, determinação e idealismo quixotesco, até porque os pioneiros eram todos autodidatas no campo da Museologia”, em um país “completamente infenso ao desenvolvimento de museus e de instituições culturais, descompensado com o contexto europeu e americano”. Conforme o autor, somente nas décadas de 1920 e 1930 iniciou-se o aumento na dimensão dos museus, devido ao desenvolvimento de ideologias de tendências nacionalistas³⁶.

Em seu estudo sobre o Curso de Museus, Graciele Karine Siqueira sugere que o Curso Técnico não foi implantado a partir de problemas oriundos da falta de espaços e organização do MHN, tendo absorvido todos os esforços da equipe administrativa. A autora, citando trabalho de Elena Carrión Santafé, realiza também

³³ Idem, p. 38.

³⁴ Idem, p. 36, 38.

³⁵ MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever história nos museus? **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 34, 2002, p. 109.

³⁶ SÁ, Ivan Coelho de. História e memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 39, 2007, p. 12.

menção à Escola Superior de Diplomática da Espanha, que desde 1857 formara bibliotecários, arquivistas e antiquários, e ensinara a classificação e inserção de objetos antigos em museus e bibliotecas, assim como a organização dos museus nacionais, construindo objetivos que criam aderências aos propostos pelo Curso Técnico brasileiro³⁷.

No âmbito dos estudos sobre a história da Biblioteconomia e da Arquivologia no Brasil, o Curso Técnico também aparece contemplado. A primeira narrativa histórica sobre o Curso de Biblioteconomia, onde foi mencionada uma proposta do Curso Técnico, compôs a proposta de reforma da Biblioteca Nacional, elaborada por Heloisa Cabral da Rocha Werneck no início dos anos 1940. Ao traçar um histórico do ensino de Biblioteconomia na instituição, Werneck menciona a tentativa “de reunir os alunos que se candidatavam à Biblioteca Nacional, ao Arquivo Público [sic] e ao Museu Histórico, em um único curso técnico”. Contudo, para a autora, “a lei dos adidos que mandava aproveitar os funcionários em disponibilidade, fez com que nunca funcionasse este curso técnico para bibliotecários, paleógrafos, arquivistas e arqueólogos”³⁸.

Para Antônio Caetano Dias, em seu trabalho sobre o ensino da Biblioteconomia no Brasil, o Curso criado na Biblioteca Nacional, em 1911, funcionou apenas entre 1915 e 1922 para um grupo restrito de alunos. As dificuldades encontradas pela direção da BN, para assegurar o bom funcionamento do Curso de Biblioteconomia, foram determinantes para a extinção, em 1922, com a criação do Curso Técnico³⁹.

Em seu livro sobre a história da Biblioteconomia brasileira, César Augusto Castro considera a proposta do Curso Técnico e o insucesso da iniciativa como o fim da primeira fase da história do ensino da Biblioteconomia no Brasil⁴⁰. Na parte

³⁷ SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978**: o perfil acadêmico-profissional. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009, p. 22-23.

³⁸ WERNECK, Heloisa Cabral da Rocha. **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**: projeto de reforma. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira Biblioteconômica, 1942, p. 41.

³⁹ DIAS, Antônio Caetano. **O ensino da Biblioteconomia no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, 1957, p. 9-10.

⁴⁰ Para Castro, a história do ensino da Biblioteconomia no Brasil divide-se em cinco fases, a saber: 1) Movimento fundador da Biblioteconomia no Brasil de influência humanista francesa, sob a liderança da Biblioteca Nacional (1879-1928); 2) Predomínio do modelo pragmático americano em relação ao modelo humanista francês (1929-1939); 3) Consolidação e expansão do modelo pragmático americano (1940-1961); 4) Uniformização dos conteúdos pedagógicos e regulamentação da profissão (1962-1969); 5) Paralisação do crescimento quantitativo das escolas de graduação e crescimento quantitativo dos cursos de pós-graduação; busca da maturidade teórica da área a partir das novas

relativa ao Curso Técnico, o autor baseou-se em fontes documentais, principalmente, sobre os Relatórios Anuais de Atividades desenvolvidos pelos diretores da BN⁴¹.

Conforme Castro, em 1923, o Curso não funcionou, apesar da inscrição de quatorze alunos. A causa disse respeito à recusa injustificada dos professores Constâncio Alves e Mario Behring, responsáveis pelas disciplinas de História Literária e Paleografia. O autor acreditou que os motivos na recusa estariam ligados a discordâncias sobre a criação do Curso Técnico, aliado ao fato de que, ao assumirem a docência, teriam duplicadas suas atividades – Bibliotecário/Chefe de Seção e professor -, não recebendo qualquer adicional salarial⁴². O autor também acreditou que o Curso não saiu do papel devido “à lei dos adidos que mandavam aproveitar os funcionários em disponibilidade, que fez com que não funcionasse o curso destinado a bibliotecários, paleógrafos, arquivistas e arqueólogos”⁴³. Mesma justificativa apresentada nos anos 1940, por Heloisa Werneck, conforme apresentado anteriormente.

Em seu estudo sobre a trajetória do Curso de Arquivos da AN, Augusto Moreno Maia chegou a considerações a respeito do Curso Técnico, com base em documentos administrativos pertencentes ao AN. Para o autor, com a criação do MHN e a proposta do Curso Técnico, a BN e o AN reduziram sua influência exercida no processo de capacitação de seus servidores.⁴⁴

Para o autor, o Curso Técnico absorveu as disciplinas constantes no Curso de Diplomática do AN e do Curso de Biblioteconomia da BN, ambos propostos em 1911, tendo apenas o segundo sido implantado. Isto levou as duas instituições a criarem novos regulamentos em consonância com o do MHN que criou o Curso Técnico. Isto provocou um nítido conflito de interesses políticos e de atribuições entre os órgãos envolvidos, o que tende a gerar, sob o enfoque político-

abordagens tomadas de empréstimo de outros campos de saber (1970-1995). Cf. CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000, p. 26-29.

⁴¹ Na parte relativa ao Curso Técnico o autor cita diversos trechos de documentos como principal fonte, atribuindo-os ao relatório da BN de 1916. Após consultarmos o dito relatório, constatamos que os dados não foram retirados deste documento. Cf. Idem, p. 57-59.

⁴² Idem, p. 58.

⁴³ Idem, p. 59.

⁴⁴ MAIA, Augusto Moreno. **A construção do Curso de Arquivologia da UNIRIO**: dos primeiros passos à maturidade universitária? Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006, p. 66.

administrativo, desinteresse no cumprimento de metas comuns estabelecidas⁴⁵. Maia observa que o Curso Técnico adotou um viés curricular incorporando outros conteúdos necessários, além dos técnicos, para a compreensão e o trato com os arquivos históricos⁴⁶.

A análise em profundidade acerca da proposta do Curso Técnico caracterizou os estudos de Sá⁴⁷, em seu trabalho sobre as matrizes francesas na origem dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil. Para o autor, a proposta do Curso Técnico fez parte do projeto de criação do MHN de autoria de Gustavo Barroso, e algumas das disciplinas constantes em seu currículo eram inspiradas nos Cursos de Biblioteconomia e Diplomática, propostos em 1911 para, respectivamente, a BN e o AN⁴⁸.

Como justificativas para o insucesso do Curso Técnico, Sá acreditou que correspondeu a possíveis divergências políticas entre os diretores da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, com relação ao prestígio político adquirido, na época, por Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional e “idealizador do curso neste formato de parceria com os técnicos-professores das três instituições”⁴⁹.

Outra motivação, segundo o autor, foram divergências de ordem funcional entre a BN e o MHN, por funcionários da Biblioteca que se recusaram a ministrar as disciplinas que deveriam ser responsáveis⁵⁰. As duas conclusões desenvolvidas pelo autor atravessaram-se pelos estudos de Augusto Maia e César Castro, anteriormente mencionados.

1.2. A criação do Curso de Museus

Os dois autores mencionados anteriormente como construtores da *memória histórica* do Museu Histórico Nacional, Luiz Marques Poliano e Adolpho Dumans, também incluíram a criação do Curso de Museus em suas narrativas históricas.

Para Poliano, o Curso de Museus foi criado com a dupla finalidade de “recrutar e selecionar os futuros funcionários do Museu e de difundir conhecimentos

⁴⁵ Idem, p. 67-68, 105.

⁴⁶ Idem, p. 107.

⁴⁷ SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, jul./dez. 2013, p. 31-58.

⁴⁸ Idem, p. 42-43.

⁴⁹ Idem, p. 49.

⁵⁰ Idem, p. 50.

úteis”. A partir da experiência do MHN, o autor historiou o perfil dos profissionais que atuaram na instituição desde sua inauguração. Conforme Poliano, quando da criação do Museu, em 1922, seus primeiros funcionários foram transferidos de outras repartições, entre elas a Biblioteca Nacional, que “pela sua notória competência e tirocínio, garantiram o bom funcionamento da repartição”. Posteriormente, realizaram-se concursos que integraram ao quadro funcional do MHN “nomes de projeção nas letras históricas do país”. Todavia, iniciaram-se as dificuldades para o preenchimento de novas vagas que surgiam, devido ao caráter técnico específico da instituição. A solução encontrada foi a preparação, pelo próprio MHN, “de uma reserva de pessoas dotadas de conhecimentos especiais, que lhes permitissem, desde o ingresso, o consciente desempenho de suas funções”. Devido à demanda, seriam selecionados os diplomados, a partir da classificação. Desta forma,

estaria o Museu a salvo da inclusão, nos seus quadros de pessoas que, embora revelando conhecimentos, títulos e aptidões apreciáveis em outros assuntos, não estivessem ao menos orientadas na especialização e, o que é mais, não dispusessem da necessária vocação. O funcionário de museu tem de ser um pesquisador, um estudioso, um espírito de colecionador. Uma grande cultura não o supriria. E, a juízo dos seus idealizadores, o Curso teria, ao menos, a virtude de selecionar essas vocações⁵¹.

Dumans⁵² reapresenta muitas das informações apresentadas por Poliano a respeito do Curso de Museus, no entanto, atualiza os dados quantitativos e enfatiza que a função educativa nos museus:

salienta-se dia a dia e os coloca no verdadeiro lugar de órgãos colaboradores de educação, e de maior importância no preparo do pessoal a que cabe a tarefa de transmitir conhecimentos ligados às suas especializações, de modo a encaminhar jovens neste novo gênero de atividades, considerado hoje como verdadeira carreira.⁵³

Ambos os autores não mencionam Rodolfo Garcia, cuja trajetória apresenta participação na direção do MHN, durante o período de criação do Curso de Museus. Tanto Poliano quanto Dumans indicam a presença ininterrupta de Gustavo Barroso à frente da instituição, desde 1922⁵⁴.

⁵¹ POLIANO, Luiz Marques. O Museu Histórico Nacional: seu 17º. aniversário. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 22 out. 1939, p. 6.

⁵² DUMANS, Adolpho. **A ideia da criação do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Olímpica, 1947, p. 28-38.

⁵³ Idem, p. 28.

⁵⁴ Isto acontece mais no trabalho de Dumans. Poliano informa, quase que imperceptivelmente, a saída de Barroso da direção do Museu após a Revolução de 1930: “quanto ao Dr. Gustavo Barroso, que dirige o estabelecimento desde a sua fundação, *com um pequeno intervalo em 1930 [...]*”. Cf.

Através de dissertação de mestrado, Gilson Nazareth estabeleceu uma genealogia do Curso de Museus, a partir da proposta do Curso Técnico, atribuindo responsabilidade a Gustavo Barroso, que o caracterizaria pela

forte personalidade e determinismo, mas seu primeiro idealizador foi Manuel Cícero Peregrino, Diretor da Biblioteca Nacional numa proposta tripartida (BN, AN e MHN); seu adaptador à realidade do museu, seu criador e instituidor é porém, Rodolfo Garcia. Gustavo Barroso, seu pai adotivo do Curso de Museus, o foi dentro de suas particularidades pai amantíssimo que com meias palavras, silêncios e insinuações nos fizeram crê-lo, até hoje, o pai físico do dito curso que, justiça lhe seja feita, desenvolveu-se à semelhança de Gustavo Barroso⁵⁵.

Em artigo aborda os fundamentos políticos e ideológicos da criação de museus e da Museologia no Brasil, entre as décadas de 1920 e 1980, Tereza Cristina Scheiner considerou que o Curso de Museus do MHN foi concebido e desenvolvido como um curso para a elite da época, formando funcionários públicos destinados à ocupação de cargos nos museus nacionais. Estes museus não fugiram da intenção de servir à seleta parcela da sociedade, desde o início, como expressa a autora, inclusive pela formação mais voltada para questões técnicas, com ênfase em conteúdo específico de identificação, classificação e conservação de objetos presentes nas coleções de museus nacionais:

A intenção expressa não é formar teóricos da Museologia, mas “conservadores de museus de Histórica” e “conservadores de museus de Belas Artes” – ficando excluídos, desde o início, a reflexão sobre museus de ciências e o estudo das coleções científicas não consideradas material arqueológico ou etnográfico.⁵⁶

Scheiner indicou que o conteúdo das disciplinas ensinadas mostrava a concepção elitizada que se tinha do Museu no Brasil e refletiu a respeito dos tipos de acervos aos quais o saber dito museológico estaria destinado nos museus. As escolhas revelavam de modo claro a qualificação dos bens simbólicos eleita como “representativa no panorama patrimonial brasileiro”⁵⁷. Ressaltamos ainda a antecipação da autora na leitura do processo de criação do Curso de Museus, enquanto parte de um

POLIANO, Luiz Marques. O Museu Histórico Nacional: seu 17º. aniversário. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 22 out. 1939, p. 6, grifo nosso; DUMANS, Adolpho. **A ideia da criação do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Olímpica, 1947, p. 53-54.

⁵⁵ NAZARETH, Gilson do Coutto. **Fundamentos epistemológicos da Museologia**: uma proposta ao problema curricular. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1991, p. 38.

⁵⁶ SCHEINER, Tereza Cristina. Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país chamado Brasil. **Apontamentos, Memória e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan. / jun. 1994, p. 17.

⁵⁷ Idem, p. 17-18.

projeto político de construção da nacionalidade, fundamentado na matriz de pensamento autoritário.

No artigo que trata da construção de um perfil da formação dos profissionais que se tornariam responsáveis pela escrita da história nos museus, através do Curso de Museus, Aline Montenegro Magalhães afirmou ter sido a principal finalidade do Curso legitimar práticas museológicas como científicas, para que a escrita da história obtivesse o respaldo necessário para ser lida como verdadeira. Constatou que “não seriam lendas que transformariam *antiquilhas* em História, [...] mas uma atividade científica – portanto regrada e disciplinada –, que a partir de 1932 passa a ser *ensinada*”⁵⁸. A autora também conclui que a criação do Curso de Museus, articulada com a fundação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934), tinha a finalidade de

construção da memória nacional, que deveria garantir ao Museu o título de *Casa do Brasil*, única guardiã do passado brasileiro. O funcionamento desses dois novos departamentos constituiu parte das tentativas barroeanas voltadas para construir simbolicamente o Estado, a partir dos referenciais de passado e nação por ele idealizados e difundidos no Museu⁵⁹.

Para Magalhães ainda, o Curso de Museus capacitava profissionais que reconstituam um passado nacional idealizado, nas salas de exposição, com as garantias de sua veracidade, transformando monumentos em testemunhos⁶⁰.

Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira apresentou em sua dissertação de mestrado leitura sobre o Curso de Museus como um dos projetos do pensamento museológico de Gustavo Barroso, ao longo de sua carreira na direção do MHN⁶¹. Oliveira afirmou que o Curso representava “a institucionalização e a continuidade de uma agência de construção e transmissão do conhecimento na área de museus forjada por Barroso, a partir da prática no Museu Histórico Nacional”⁶². Trabalhou com a hipótese de que o Curso de Museus representou o primeiro passo para a profissionalização na área de museus, sendo a prática realizada no MHN herdeira

⁵⁸ MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever história nos museus? **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 34, 2002, p. 112, grifo do original.

⁵⁸ Idem, p. 112.

⁵⁹ Idem, p. 113.

⁶⁰ Idem, p. 113.

⁶¹ Além do Curso de Museus, a autora estudou a atuação de Barroso no Museu Histórico Nacional, na Inspetoria de Monumentos Nacionais e a proposta do Museu Ergológico Brasileiro.

⁶² OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003, p. 74.

da tradição antiquária, determinante na elaboração curricular e estrutural do Curso⁶³. Oliveira identificou no “Culto da Saudade” de Barroso a consideração de um contexto fornecido por Nietzsche, a partir da ideia de Stephan Bann sobre uma atitude antiquária que “não é uma aproximação imperfeita de algo mais – que seria a maturidade da historiografia científica, profissionalizada. É um relacionamento específico, vivo, com o passado e merece ser tratado nestes termos”⁶⁴.

Para Chagas, a criação do Curso de Museus, ou seja, a institucionalização da Museologia no Brasil, deveria ser inserida no quadro de profissionalização das áreas de conhecimento vinculadas ao campo das Ciências Sociais, ocorrida nos anos 1930, com o estabelecimento da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Distrito Federal (1935)⁶⁵.

Ivan Coelho de Sá é ainda outro autor que argumentou que a matriz curricular de 1932 do Curso de Museus seria capaz de revelar uma ideia mais geral ao incluir disciplinas como História da Arte e Arqueologia, que extrapolavam o caráter essencialmente histórico de suas coleções, mesmo tendo como objetivo central investir em técnicos para trabalhar com as coleções do MHN⁶⁶.

1.3. Diálogos com práticas estrangeiras na criação do Curso de Museus

Acreditamos na existência de uma corrente das narrativas históricas sobre o Curso de Museus do MHN, onde foram estabelecidas relações com o curso de formação da *École du Louvre*, criado em 1882, na França. Para os autores deste núcleo, o Curso de Museus utilizou como modelo a matriz francesa de formação de profissionais para museus.

A referência mais antiga encontrada que propõe ligação entre o Curso de Museus e a *École du Louvre* corresponde à análise da conservadora de museus

⁶³ Idem, p. 75.

⁶⁴ Stephen Bann apud Idem, p. 48.

⁶⁵ CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Minc/IBRAM, 2009, p. 99.

⁶⁶ SÁ, Ivan Coelho de. História e memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 39, 2007, p.21.

Maria Barreto, em artigo tratando sobre a criação do Instituto Brasileiro de História da Arte⁶⁷, constatando

que o Curso de Técnica de Museus, único a funcionar no Brasil, *de início sob os moldes do Museu do Louvre* e posteriormente refundido e ampliado, numa ampla e radical reforma pelos vastíssimos conhecimentos e o robusto talento de Gustavo Barroso, se transformou há duas décadas, num cadinho de vocações, a se amoldarem nessa forja de cultura e de sentimentos cívicos que se chama Museu Histórico Nacional⁶⁸.

Maria Elisa Carrazzoni, em relatório de estágio nos museus franceses, através de viagem realizada entre novembro de 1965 e outubro de 1966, presente nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, afirmou que “embora a Escola de Museologia do Museu Histórico do Rio de Janeiro tenha tomado como modelo, a Escola do Louvre, atualmente está bem afastada desta”⁶⁹.

Para Waldisa Rússio Camargo Guarnieri os museus e a museologia no Brasil, até 1930, eram estruturas importadas, estabelecendo uma prática que se fez descritiva e apoiada no paradigma do Hemisfério Norte, com predominância de atuação europeia. Afirmou que

os primeiros museus e a primeira escola de formação museológica sofrem a estranheza do transplante cultural, e uns e outra vão funcionar sob o impacto de uma pretensa neutralidade científica, a ser atribuída muito menos aos ideais positivistas e muito mais à sagacidade da classe dominante através do aparelho de Estado, dos organismos que institucionalizam os museus e aqueles que reconhecem as escolas. Assim mesmo, limitada pela conjuntura, a escola então formada produziu profissionais que souberam realizar sua tarefa então considerada prioritária, a coleta e preservação. Num país em que quase tudo obedece aos padrões mais conservadores da estrutura agrária e de seus representantes, a formação e a expansão de tais profissionais encontrou sérios percalços no nepotismo e no diletantismo extenso⁷⁰.

⁶⁷ O Instituto Brasileiro de História da Arte (IBHA) foi criado por um grupo de ex-alunos do Curso de Museus do MHN, em 16 de outubro de 1940, no Rio de Janeiro, e funcionou até meados dos anos 1950. Promoveu diversas palestras e cursos e publicou apenas um número da *Revista do Instituto Brasileiro de História da Arte* (1954). No início dos anos 1970 a museóloga Lygia Martins Costa lembrou as atividades do IBHA: “Uma palavra deve ser dada sobre o IBHA (Instituto Brasileiro de História da Arte), criado no início da década de 40 por museólogos jovens e recém-formados interessados em aprofundar estudos na área da História da Arte, muito mal atendida em nossas universidades. Cursos mais e menos longos foram promovidos pela agremiação, aproveitando-se não só dos professores nacionais como dos estrangeiros temporariamente instalados no Rio; alguma publicação feita e muitos debates organizados. Mas, lamentavelmente, não sobreviveu”. COSTA, Lygia Martins. **De Museologia, Arte e Políticas de Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002, p. 46. Sobre o IBHA também ver: Os objetivos e as realizações do Instituto Brasileiro de História da Arte. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 6 abr. 1943, p. 3,9.

⁶⁸ BARRETO, Maria. “O tempo que passa e o que há de vir”. **Revista do Instituto Brasileiro de História da Arte**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3-9, 1954, grifo nosso.

⁶⁹ CARRAZZONI, Maria Elisa. Estágio de Museologia na França. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.19, 1968, p. 194.

⁷⁰ GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Presença dos museus no panorama político-científico-cultural. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos**

Em outro texto, Guarnieri explicitamente afirma que o Curso de Museus seguiu o modelo francês:

Reproduzido grandemente a linha filosófica e os conteúdos programáticos dos centros europeus, mais precisamente da Escola do Louvre (criada em 1882), o primeiro núcleo surgiria em 1932 pela mão de Gustavo Barroso, que consolida um esforço anterior de Rodolfo Garcia. Adotando, pois, os padrões de um país considerado culturalmente mais avançado, os cursos assim iniciados eram uma tentativa de formar profissionais em um quadro de modernização, no sentido mais estrito desse termo⁷¹.

Ao estabelecer as interfaces disciplinares entre a França e o Brasil no campo da Museologia e Patrimônio, Tereza Cristina Scheiner construiu a ligação do Curso de Museus com o Curso de Museografia, criado em 1927, na *École du Louvre*. Para a autora, o programa formativo seria de excelência, reproduzido no contexto brasileiro:

Como já sabemos, o estudo da Museologia iniciou-se, no país, a partir da criação, em 1932, do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, fundamentado em modelo conceitual e curricular da Escola do Louvre – mais especificamente, o Curso de Museografia (2ª. *ciclo*) daquela Escola, criado em 1927 e caracterizado como o primeiro curso da França a qualificar e formar conservadores para os museus do país. Devo ressaltar aqui a importância dessa matriz, tão relevante que o ano de 1927 ficou conhecido, na França, como “o ano da Museologia”. Tratava-se, portanto, de um programa formativo inédito e de excelência – qualidades estas que Gustavo Barroso, um dos iniciadores do nosso Curso de Museus, pretendeu reproduzir no Brasil⁷².

A análise de Ivan Coelho de Sá sobre a recepção das matrizes francesas na formação de profissionais de arquivos, bibliotecas e museus no Brasil constituiu interpretações mais profundas, apresentando o histórico das duas principais instituições de ensino francesas que teriam influenciado a criação dos Cursos de Biblioteconomia (1911), de Diplomática (1911), Técnico (1922) e de Museus (1932): *École des Chartes* e *École du Louvre*. A primeira, criada em 1821, destinava-se aos profissionais de arquivos e bibliotecas; e a segunda, de 1882, foi criada para formar profissionais para museus. Sá localizou, nas disciplinas dos brasileiros mencionados

de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, p. 198.

⁷¹ GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museologia: formação profissional no Brasil: a proposta do Instituto de Museologia de São Paulo / Fesp. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, p. 254.

⁷² SCHEINER, Tereza Cristina. Museologia e Patrimônio: interfaces disciplinares entre a França e o Brasil. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 33, n. 2, 2009, p. 318.

acima, as influências das matrizes francesas em cada uma.⁷³ Para o autor, o Curso Técnico foi um projeto arrojado, em comparação aos modelos existentes na França à época, e à realidade museológica do país.

Em termos de formação, a realidade é que *o curso técnico idealizado por Barroso foi uma proposta bastante arrojada para o Brasil dos anos de 1920 e sem precedentes, inclusive na França, de onde vieram as matrizes de nossos cursos. E isto, não somente por reunir as três áreas que lidavam diretamente com a documentação das coleções de arquivos, bibliotecas e museus, mas por se antecipar, em cinco anos, ao próprio curso de museografia da École du Louvre. Nem mesmo a École des Chartes, que no seu projeto pioneiro vinculava as formações de arquivologia e biblioteconomia, previra a inserção de uma possível formação em museus sem parâmetros de comparação com o extremamente limitado e incipiente cenário dos museus brasileiros dos anos de 1920.*⁷⁴

Como herdeiras do Curso Técnico, as cadeiras Arqueologia e História da Arte foram incluídas no Curso de 1932 sob influência da *École du Louvre*. Continuando nas influências desse curso francês no curso brasileiro, o autor afirma que os conteúdos da disciplina Técnica de Museus foram influenciados pelo curso de Museografia do Louvre, que em 1932 já era oferecido há cinco anos:

*Esta foi a maior contribuição que o curso de Museografia do Louvre trouxe para o curso de museus de 1932, uma vez que as disciplinas arqueologia e história da arte, prevista no curso técnico de 1922, sofreram influência direto dos cursos de arqueologia e de história da arte da mesma École du Louvre. Isto significa que os cursos do Louvre influenciaram a nascente formação em museologia no Brasil em dois momentos: no curso técnico (1922), com as disciplinas arqueologia e história da arte, e no curso de museus (1932), com a disciplina técnica de museus.*⁷⁵

Diante deste levantamento, compomos a base analítica que permite a construção da teia discursiva que envolve a interpretação subsequente a respeito da criação do Museu Histórico Nacional e, posteriormente, do Curso de Museus.

⁷³ SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, jul./dez. 2013, p. 46-58.

⁷⁴ Idem, p. 51, grifo nosso.

⁷⁵ Idem, p. 55, grifo nosso.

CAPÍTULO 2

A CRIAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL E A PROPOSTA DO CURSO TÉCNICO PARA ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS (1922-1930)

Não é só de pão que vive o homem. À premente necessidade de medidas que incrementem a nossa riqueza e assegurem a nossa integridade há a juntar aquelas que favoreçam a cultura de um povo que se tem por civilizado.

E entre estas, a criação de um museu histórico, ensinamento plástico do nosso passado, seria certamente uma das mais louváveis.

O Paiz, Rio de Janeiro, 22 de maio de 1917⁷⁶

Vai o Brasil finalmente possuir a casa condigna, e há tantos anos reclamada, onde reunir todas as relíquias e todos os objetos que digam com a grandeza do seu passado, não só para pagar uma sagrada dívida de gratidão aos grandes vultos de nossa História, e mesmo ao conjunto dos mortos anônimos cujo labor conseguiu legar-nos tudo quanto temos no presente, como também para educar os moços no exemplo salutar dos que se engrandeceram na prática das mais belas virtudes.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1922⁷⁷

⁷⁶ Museu histórico. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 22 maio 1917, p. 2.

⁷⁷ Criação Benemerita. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 ago. 1922, p. 1.

Quarta feira, 11 de outubro de 1922. O presidente da República Epitácio Pessoa com sua comitiva de autoridades tiveram dia cheio de atividades na Exposição Internacional do Centenário da Independência. A partir das 13h, houve a inauguração do Pavilhão da Suécia e depois do Pavilhão da Grã-Bretanha. Às 15h e 30min era a vez de inaugurar o Museu Histórico Nacional, numa das alas do Palácio das Grandes Indústrias. Além do presidente da República, também estiveram presentes ao ato, entre outras autoridades, Carlos Sampaio, prefeito do Distrito Federal, e Ferreira Ramos, delegado geral da Exposição. Depois de visitar o Museu, o presidente Epitácio Pessoa lavrou a ata de inauguração e foram servidas taças de champanhe aos presentes para um brinde ao ato. Em rápido discurso o presidente declarou a alegria de inaugurar um museu histórico brasileiro e da inveja que sentia ao visitar países estrangeiros onde contemplava seus museus históricos e recordava a inexistência de instituição similar no Brasil. Finalizou garantindo que com o encerramento da Exposição Internacional o Museu tomaria posse das demais salas do edifício onde estava instalado e felicitou o trabalho de seu diretor Gustavo Barroso e auxiliares⁷⁸.

No Palácio das Grandes Indústrias da Exposição Internacional foram expostos materiais de construção, como telhas, tijolos, vigas, de cimento armado, caixas sanitárias, canalizações, modelos de vigamentos, soalhos, forros, ladrilhos, ferragens e manilhas; mostruários dos produtos alimentares, compreendendo conservas, bebidas, águas minerais, biscoitos, doces, bombons; produtos da grande indústria, como, por exemplo, maquinismos diversos, cofres, grades, instalações sanitárias, balanças e redes de arame; ou seja, os mais modernos produtos que existiam. No mesmo prédio também havia exposição dos trabalhos de instituições governamentais como Estrada de Ferro Central do Brasil, Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (Missão Rondon) e da Comissão da Carta Geral do Brasil.⁷⁹

Junto com todas essas novidades industriais e propagandas das realizações governamentais estavam as duas salas de exposição do Museu Histórico Nacional

⁷⁸ Para a descrição das inaugurações ver A Comemoração da Independência Nacional. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 12 out. 1922, p. 3; Museu Histórico. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 12 out. 1922, p.3.

⁷⁹ Para a descrição do Palácio das Grandes Indústrias foi utilizado o relatório dos trabalhos da comissão organizadora da Exposição Internacional do Centenário. Cf. BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Exposição Internacional do Centenário, Rio de Janeiro (1922-1923): Relatório dos Trabalhos**. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, p. 324.

(MHN), denominadas “Da Colônia à Monarquia” e “Da Monarquia à República”, com seus objetos e lembranças de tempos passados. Com base nas imagens de descrição da revista *Fon Fon*, publicada no mês de inauguração do Museu, na primeira sala o destaque era a estátua equestre do imperador D. Pedro II e na segunda a roda de leme do vapor *Alagoas*, que conduziu a família imperial ao exílio em 1889. Também estavam em exposição a espada do líder político paraguaio Solano Lopes, aprisionada durante a Guerra do Paraguai em 1870 e uma poltrona que pertenceu ao presidente brasileiro Floriano Peixoto.⁸⁰ A exposição apresentava, com mais ênfase, personagens e fatos do período do segundo reinado, sob a liderança do imperador D. Pedro II, principalmente os aspectos militares. Apesar da ironia de instalar um museu histórico, representando o passado, num edifício dedicado a exibir máquinas e produtos industriais, processos que representavam o presente e o futuro do país, existia uma lógica neste encontro:

A Exposição do Centenário, que era a um só tempo evento efêmero e histórico, era o ponto culminante de muitos dos processos históricos representados no Museu Histórico. Essa dinâmica escapava o fato de que o museu, no início, buscava enfatizar a história militar, e tinha sido fundado em meio a um forte apelo nacionalista pela revivescência das tradições militares, enquanto a Exposição do Centenário tinha sido amplamente anunciada como sendo a primeira a realizar-se após a matança da Grande Guerra, e, por isto, era dedicada à renovação das trocas (comerciais) pacíficas entre as nações do mundo. Tais contrastes e ironias podiam dever-se ao fato de que, na época o Brasil era, nas palavras do órgão Exposição de 1922, uma nação “febril de sonhos quase impossíveis”⁸¹.

Criado por decreto federal em 2 de agosto de 1922⁸², o MHN representava a efetivação de uma demanda que vinha de anos reclamada principalmente nos jornais, por seus editores e escritores que neles escreviam: a falta de um museu que tratasse da história nacional brasileira. Os dois trechos de matérias não assinadas de jornais cariocas apresentados como epígrafes do capítulo expressaram o vazio pela não existência de tal museu. No decreto de agosto de 1922, constava o regulamento da novel instituição, onde era proposto o ensino de lições de classificação e administração de bibliotecas, mapotecas, arquivos, museus históricos

⁸⁰ O Museu Histórico Nacional. **Fon Fon**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 42, 21 out. 1922.

⁸¹ ELKIN, Noah Charles. 1922, o encontro do efêmero com a permanência: as Exposições (Inter)Nacionais, os museus e as origens do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 29, 1997, p. 132.

⁸² Decreto nº. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento.

e gabinetes de estampas e de moedas e medalhas, através de um Curso Técnico a ser promovido pelo Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e o próprio Museu.⁸³

O Curso Técnico era quase inexistente nas páginas dos jornais quando se tratava do MHN. A única referência encontrada nos jornais dos anos 1920 foi em reportagem ilustrada na *Gazeta de Notícias*, de 2 de agosto de 1923, quando mencionado como uma das atividades do Museu poderia servir à educação do povo,

tomando a responsabilidade de promover cursos especiais da matéria de comum acordo com a Biblioteca e o Arquivo Nacional, o Museu concorre para a formação de especializações que muito úteis poderão ser para o estudo da nossa história, ainda tão descurada.⁸⁴

Essa ausência do Curso Técnico nos jornais, provavelmente, foi devido a sua não realização ao longo da década de 1920. A criação do Museu Histórico Nacional, suas origens e os motivos que levaram a sua proposição e ao fracasso do Curso Técnico serão analisados no decorrer deste capítulo. A importância de seu estudo deve-se por ser considerado alicerce para a criação e implantação, dez anos depois, do Curso de Museus no MHN, primeiro local de “ensino e do estudo sistemático da Museologia no Brasil”⁸⁵.

2.1. As controvérsias para criar um museu histórico

No final da década 1910, ao menos dois projetos distintos foram elaborados por grupos de escritores que definiam qual modelo de museu de história nacional deveria ser criado no Brasil. O primeiro projeto reivindicava a criação de museu novo, autônomo de instituição existente; o segundo, defendia a manutenção de coleções existentes desde o século XIX vinculadas a instituições, que deveriam receber a titulação e caracterizar o museu histórico brasileiro.

A proposta de criação de um museu de história nacional independente surge em 1918, em virtude das comemorações do centenário do Museu Nacional, o primeiro museu brasileiro, aos moldes dos museus modernos europeus.

⁸³ Artigos 55 a 71 do decreto nº. 15.596, de 2 de agosto de 1922.

⁸⁴ Primores reunidos em nosso Museu Histórico. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 2 ago. 1923.

⁸⁵ SCHEINER, Tereza Cristina. Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país chamado Brasil. **Apontamentos, Memória e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan. / jun. 1994, p. 17.

Durante a cerimônia das comemorações do centenário do Museu Nacional⁸⁶, em 6 de junho, que contou com a presença do presidente da República Wenceslau Braz e personalidades do mundo político e científico brasileiro, Bruno Lobo⁸⁷, diretor do MN, discursou a favor da criação da nova instituição museológica. Após traçar resumo histórico da instituição, desde sua criação em 1818 pelo Rei D. João VI, passando pelos anos do primeiro e segundo Império e os primeiros anos da República, Bruno Lobo defende a ideia de criar um museu histórico brasileiro:

Em quatro séculos, já tivemos tempo de estabelecer os fundamentos de uma civilização. Onde lembrar os estágios sucessivos dessa evolução de quatrocentos anos, a não ser em um Museu Histórico, no qual se conservem as tradições da nossa vida pública e privada, os atestados da nossa ascendência para a vida autônoma, os troféus das nossas vitórias no domínio material e espiritual?⁸⁸

Para Lobo havia pouco cuidado para a guarda de objetos históricos e muitos estavam sendo vendidos para colecionadores no exterior. “É urgente que sejam tomadas providências antes que desapareçam de todos os mais belos vestígios da evolução da nossa Pátria”⁸⁹.

No dia seguinte à cerimônia do centenário do Museu Nacional, o deputado federal Justiniano de Serpa apresentou à Câmara dos Deputados, projeto criando, no Rio de Janeiro, o Museu Nacional Histórico para onde seriam “recolhidos, catalogados, estudados e expostos ao público, os documentos, objetos, gravuras e autógrafos que interessem a nacionalidade”, tendo a direção sob a responsabilidade

⁸⁶ Para a descrição da cerimônia do centenário do Museu Nacional, ver O centenário do Museu Nacional. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, 7 jun. 1918, p. 8; Solenizando o centenário da sua fundação, o Museu Nacional realizou uma sessão memorável. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 jun. 1918, p. 3.

⁸⁷ Bruno Álvares da Silva Lobo (1884-1945) foi médico, doutorando-se na Faculdade Nacional de Medicina. Em 1905 foi nomeado assistente do Laboratório Anátomo-Patológico do Hospício Nacional dos Alienados. Foi professor das cadeiras de Anatomia e Histologia e de Microbiologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1918, designado pelo Ministério da Guerra, participou da Missão Médica Especial enviada à França durante a Primeira Guerra Mundial. Diretor do Museu Nacional entre 1915 e 1923. Cf. MUSEU NACIONAL. **Os diretores do Museu Nacional / UFRJ**. Rio de Janeiro, 2007/2008, p. 22-23.

⁸⁸ LOBO, Bruno. O Museu Nacional de História Natural. **Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 22, 1919, p. 25.

⁸⁹ Idem, p. 25. O Museu Nacional possuía a “Sala D. Pedro II”, organizada por Roquette Pinto em 1912, onde eram expostos objetos históricos pertencente à Família Imperial como “retratos de família, livros de horas da Imperatriz, cartas e outros papéis, alguns aparelhos de física, vasos, peças, de um jogo de xadrez, que vem de Pedro I, e a própria cadeira do trono [...]” ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Seixos rolados**: estudos brasileiros. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado e Cia, 1927, p. 12. O regulamento do MN de 1916 estabelecia que “Enquanto não houver no Rio de Janeiro um Museu de História, o Museu Nacional terá uma secção dirigida por um professor e um substituto honorários, títulos esses conferidos pela congregação, a qual terá por fim colecionar e organizar os mostruários dos objetos e documentos históricos especialmente referentes ao Brasil”. Cf. Artigo 54º. do decreto nº. 11.896, de 14 de Janeiro de 1916. Dá novo regulamento ao Museu Nacional.

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A ideia desse projeto partiu de Max Fleiuss⁹⁰, secretário perpétuo do IHGB, e de Roquette-Pinto⁹¹ e Bruno Lobo⁹².

Em entrevista ao jornal *A Rua*, Max Fleiuss justificava o projeto do museu devido à dispersão dos objetos de valor histórico, que perderiam “em seu valor e mais tarde a sua autenticidade será posta em dúvida”⁹³. Segundo o sócio do IHGB, todos os brasileiros deveriam contribuir com doações para este novo museu: “Todos os brasileiros, sem distinção de cor, política, de ideais, de crenças ou opiniões, devem colaborar nessa obra, que refletirá um benefício à pátria comum”⁹⁴.

Não foi unanimidade a ideia de criar a nova instituição. Em maio de 1919, o diretor do Arquivo Nacional, Luiz Gastão d’Escragnolle Dória⁹⁵, em exposição de motivos apresentada ao ministro da Justiça e Negócios Interiores (posteriormente publicado com o título *O Museu Histórico do Arquivo Nacional: seu papel como museu do Estado*), contraria o projeto apresentado no ano anterior alegando que o Museu Histórico mantido pela instituição que dirigia cumpria o papel de local de

⁹⁰ Max Fleiuss (1868-1943) fez o curso de Direito na Faculdade do Rio de Janeiro, da qual seria secretário durante dezesseis anos (1915-1931). Professor da Escola Leonardo da Vinci e do Ginásio São Bento. Eleito sócio efetivo do IHGB em junho de 1900, foi proclamado seu secretário perpétuo em 1907. Chegou a sócio Grande Benemérito do IHGB em 1920. Doutor *honoris causa* da Universidade de La Plata e da Academia de Ciências de Munique. Na imprensa foi diretor de *A Semana* (1893-1895), colaborador do *O Comércio de S. Paulo*, diretor do *Século XX* e do *Renascença*. Publicou mais de cinquenta trabalhos, entre livros, artigos, conferências e discursos. Cf. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros**. v. 3. Rio de Janeiro, 1993, p. 67-68.

⁹¹ Edgar Roquette-Pinto (1884-1954) colou grau de doutor em 1905 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1906 foi nomeado professor assistente de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional. Fundou em 1923, na Academia Brasileira de Ciências, a primeira transmissora de rádio do país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, com o objetivo de propagar e disseminar conhecimentos e que em 1936 passou a pertencer ao Ministério da Educação. Eleito sócio efetivo do IHGB em 1913, passando a Benemérito em 1954. Pertenceu a Academia Brasileira de Letras. Diretor do Museu Nacional entre 1926 e 1935. Cf. Idem, p. 139-140; MUSEU NACIONAL. **Os diretores do Museu Nacional / UFRJ**. Rio de Janeiro, 2007/2008, p. 26-28.

⁹² Cf. Projeto n. 1 – 1918. Cria no Rio de Janeiro um museu histórico; Projeto n. 1A – 1918. Cria no Rio de Janeiro um museu histórico; com parecer e substitutivo da Comissão de Instrução Pública e parecer e emenda da de Finanças. Arquivo Nacional, Fundo Escragnolle Dória, RE 117.12. Sobre a proposta do projeto e sua defesa na Câmara dos Deputados ver “Ata da terceira sessão ordinária, em 10 de junho de 1918”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 83, 1918, p. 332-334.

⁹³ O Museu Histórico do Brasil. **A Rua**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1918, p. 1.

⁹⁴ Idem, p. 1.

⁹⁵ Luiz Gastão d’Escragnolle Dória (1869-1948) colou grau na Faculdade de Direito de São Paulo em 1890. Em 1906 conquistou por concurso a cátedra de História do Colégio Pedro II, sendo proclamado professor emérito da instituição em 1937. Eleito sócio correspondente do IHGB em 1912, passando a honorário em 1931. Colaborou, durante toda a vida, na imprensa periódica, usando muitas vezes pseudônimos. Dirigiu o Arquivo Nacional entre 1917 e 1922. Cf. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros**. v. 3. Rio de Janeiro, 1993, p. 61-62.

guarda dos objetos históricos brasileiros desde 1883 e não concordava com a administração do museu proposto ficar a cargo do IHGB, instituição privada:

O Estado não pode entregar os livros de suas bibliotecas, os papeis de seus arquivos, os objetos dos seus museus a sociedades particulares respeitáveis, ativas e antigas que se mostrem e fiscalizadas que sejam. Fiscaliza-las é cair em círculo viciosos, vigiando a sua propriedade depois de tê-la dado⁹⁶.

Para justificar a existência de um museu histórico subordinado ao Arquivo, Escragnole Dória utilizou exemplos de instituições estrangeiras congêneres, como o Museu dos Arquivos Nacionais da França. Segundo o diretor do Arquivo, o museu histórico apresentava-se nos diversos regulamentos da instituição, desde o século XIX, por isto, seria desnecessária a criação de mais uma instituição no Governo Federal. “O Estado possui, desde 1838, quem o represente, exclusivamente em matéria de história e tradição pátrias: o Arquivo Nacional. Não deve consentir, parece, que, sob qualquer pretexto, se lhe transfiram as prerrogativas, mormente para criar o criado [...]”⁹⁷, pontuou Dória. Este conseguiu o apoio de parte da imprensa para o projeto de expandir o Museu Histórico do Arquivo Nacional⁹⁸ e, após discussões no legislativo, o projeto liderado por Justiniano de Serpa não foi aprovado.

Os debates sobre a criação do museu histórico acirram-se nos anos seguintes, principalmente com a aproximação das comemorações do centenário da independência do Brasil, a ser comemorado em 1922. Cabe destacar que Bruno Lobo, no citado discurso do centenário do MN, ligava a criação do museu histórico com os movimentos nacionalistas estimulados pela proximidade do centenário da independência.

A criação de um Museu Histórico é, pois, uma necessidade que a cultura do meio atual, as tendências nacionalistas dos movimentos de agora não consentirão adiar, principalmente quando a aproximação do centenário da Independência do Brasil se afigura a todo o patriota como um prazo para a apresentação das melhores conquistas que tivermos realizado no terreno do útil e do espiritual⁹⁹.

⁹⁶ DÓRIA, Luiz Gastão d'Escragnole. **O Museu Histórico do Arquivo Nacional: seu papel como museu do Estado**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Archivo Nacional, 1919.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Cf. E ninguém sabia!... O Brasil possui o seu Museu Histórico desde 1883. **A Rua**, 11 maio 1919; Pobre Museu Histórico! Nem o Congresso lhe conhece a existência... **A Epoca**, Rio de Janeiro, 15 set. 1919.

⁹⁹ LOBO, Bruno. O Museu Nacional de História Natural. **Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 22, 1919, p. 25.

Para Marly Silva da Motta, o 7 de setembro foi considerado “lugar de memória” da nação republicana, quando houve mobilização da intelectualidade brasileira no intuito de construir um Brasil moderno. Conforme a autora, ao buscar as origens e avaliar o papel de figuras históricas, julgando o passado colonial e as realizações republicanas, as comemorações do Centenário suscitaram debates sobre a formação e as perspectivas da sociedade brasileira, recolocando de forma especialmente urgente os dilemas da salvação nacional. A grande questão que esses intelectuais teriam que enfrentar naquele momento seria a construção de um Brasil moderno¹⁰⁰.

A ideia de criar o museu histórico no âmbito das comemorações de 1922 era uma das possibilidades de pensar a modernidade brasileira. O lugar escolhido para continuar as discussões do museu histórico brasileiro foi o dos preparativos para a realização da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, a realizar-se no Rio de Janeiro em 1922.

Em 1916, apresentou-se ao Congresso Nacional através dos deputados José Bonifácio e Bueno de Andrada o projeto de lei com a finalidade de configurar as bases da comemoração nacional da passagem do Primeiro Centenário da Proclamação da Independência do Brasil¹⁰¹.

Em novembro de 1919, o deputado Justiniano de Serpa, o mesmo do anteriormente mencionado projeto do Museu Nacional Histórico, expôs minucioso plano organizado por Nestor Ascoli, como substitutivo ao proposto em 1916¹⁰². O novo projeto propunha, dentro da vasta quantidade de eventos a serem realizados e instituições criadas no âmbito das comemorações, a criação do Museu Histórico Nacional e do Panteão Nacional, bem como a construção de edifícios para abrigá-las. Conforme o projeto seriam recolhidos ao Museu Histórico Nacional “devidamente catalogados, estudados e expostos ao público todos e quaisquer objetos de importância histórica que tenham relação próxima ou remota com o Brasil, que atestem a evolução da civilização brasileira e mantenham o culto da

¹⁰⁰ MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992, p. 6.

¹⁰¹ BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Exposição Internacional do Centenário, Rio de Janeiro (1922-1923): Relatório dos Trabalhos**. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, p. 9.

¹⁰² Para comemorar dignamente a passagem do centenário da independência. **A Noite**, Rio de Janeiro, 17 nov. 1919, p. 1.

tradição relembando as glórias nacionais”¹⁰³. Para a formação de seu acervo museológico seriam selecionados objetos existentes no Arquivo Nacional, Escola Nacional de Belas Artes, Museu Nacional e aos museus dependentes do Ministério da Guerra e do Ministério da Marinha¹⁰⁴. O Panteão Nacional guardaria, em sarcófagos especiais, os restos mortais dos ex-Imperadores do Brasil, bem como de personalidades ilustres que houvessem contribuído para a glorificação da Pátria. As instituições propostas ocupariam edificações diferentes, porém, teriam o mesmo diretor.

Em 3 de junho de 1920, foi apresentado o Projeto nº 19 de autoria do Deputado Costa Rego, autorizando o Poder Executivo a promover a comemoração do Centenário da Independência Política do Brasil. Após discussões, foram apresentadas algumas emendas ao projeto, entre aprovadas e rejeitadas, sendo finalmente aceita a redação que consta do Decreto nº 4.175, de 11 de novembro de 1920¹⁰⁵.

O documento previa a organização de uma comissão para estabelecer o programa das atividades nas comemorações, dentre as quais a organização de uma Exposição Nacional. A comissão apresentou a proposta de programa para as comemorações que incluía a criação de um Museu Militar e Histórico:

O torreão da Ponta do Calabouço, dependência do antigo Arsenal de Guerra, será restaurado e apropriado convenientemente para ser ali instalado o Museu Militar e Histórico do Brasil, conservadas no edifício as linhas típicas de sua arquitetura colonial¹⁰⁶.

No início de 1921, após ter definido o programa oficial das comemorações, o governo nomeou para dar imediatamente começo os trabalhos a Comissão Executiva do Centenário da Independência. Contudo, o programa das festas comemorativas só ficou definitivamente pronto em outubro de 1921. Entre as atividades aprovadas estava a inauguração do Museu da Independência, que seria

¹⁰³ Substitutivo ao Projeto da Câmara dos Deputados n. 278 de 1916. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Coleção Afonso Celso, DL 430.30. O exemplar consultado possui a seguinte dedicatória manuscrita: “A S. Exa. o Sr. Conde de Affonso Celso, oferece Nestor Ascoli. Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1920”.

¹⁰⁴ O projeto estabelecia a ressalva de que continuariam “a pertencer à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional as coleções de estampas, medalhas e moedas, selos, patentes, cartas, diplomas e documentos manuscritos, sendo recolhidos ao Museu Histórico Nacional os documentos que acompanharão os objetos históricos e lhes disserem respeito”.

¹⁰⁵ BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Exposição Internacional do Centenário, Rio de Janeiro (1922-1923)**: Relatório dos Trabalhos. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, p. 9-10.

¹⁰⁶ Idem, p. 12.

instalado numa parte do antigo palácio da Quinta da Boa Vista, devendo nele figurar tudo quanto interessasse à história do Brasil. Para a sua constituição seriam transferidos os objetos dessa natureza, reunidos no Museu Nacional, no Arquivo Nacional, no Museu Naval e em outras repartições civis e militares, e se realizariam apelos aos particulares para oferecerem à Nação lembranças da mesma ordem que estariam acompanhadas dos nomes dos respectivos doadores¹⁰⁷.

Antes de continuar a tratar das propostas de criação de museu histórico no âmbito da Exposição Internacional de 1922, indicamos a importância da compreensão da dinâmica de funcionamento da administração do evento. A administração das atividades das Comemorações do Centenário assumiu diferentes formas de organização nos anos de concepção e realização do evento. Foram quatro períodos distintos: primeiro, de dezembro de 1920 a julho de 1922, os serviços estiveram a cargo de uma Comissão Executiva, à qual competiam a administração geral, as obras e a representação estrangeira, e de uma Comissão Organizadora, sob a presidência do Ministro da Agricultura, encarregada do preparo do evento na parte relativa à agricultura, indústria e comércio; segundo, de julho a dezembro de 1922, quando a exposição passa a ter, oficialmente o caráter internacional, sendo criados os cargos de Comissário Geral da Comemoração e de Delegado Geral do governo, passando estes a constituírem os órgãos diretores da Exposição; terceiro, de janeiro a setembro de 1923, a organização da Exposição sofre modificações com o novo ministro da Justiça; quarto, de outubro de 1923 a abril de 1924, com a extinção da Delegacia Geral da Exposição e início dos trabalhos com relação a sua liquidação, como a destruição dos pavilhões, devolução dos mostruários, entrega dos diplomas, etc¹⁰⁸.

Isto posto, apresentamos a proposta do novo museu, presente no Relatório dos Trabalhos da Exposição Internacional, ao transcrever o programa das festas comemorativas de outubro de 1921, o item relativo à inauguração do Museu da Independência, que detém a seguinte nota: “Posteriormente convertido em *Museu Histórico Nacional* e instalado em dependências do Palácio das Grandes Indústrias da Exposição”¹⁰⁹. Diante disso, questionamos: quando e por qual razão o Museu da Independência transformou-se no Museu Histórico Nacional?

¹⁰⁷ Idem, p. 16.

¹⁰⁸ Idem, p. 57-127.

¹⁰⁹ Idem, p. 16, grifo do original

Em 30 de dezembro de 1921, o Secretário Geral da Comissão Executiva do Centenário sugere que seja criada uma Subcomissão com a finalidade de discutir a implantação do Museu da Independência. A Subcomissão seria constituída pelos diretores da Biblioteca e do Arquivo Nacional, por um funcionário do Ministério da Justiça e outro da Prefeitura, pelo presidente do Instituto Histórico ou representante por ele proposto, devido às instituições, em cujo poder, serem capazes de constituir parte considerável do material a exibir no museu¹¹⁰. Por decisão do presidente da Comissão Executiva a Subcomissão do Museu da Independência, o conjunto tomou a seguinte configuração: Manoel Cícero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional e presidente da Subcomissão; Luiz Gastão d'Escragnole Dória, diretor do Arquivo Nacional e representante do Ministério da Justiça; Francisco Agenor de Noronha Santos¹¹¹, diretor do Arquivo Municipal e representante da Prefeitura; Bruno Lobo, diretor do Museu Nacional e representante do Ministério da Agricultura; Conde Afonso Celso¹¹², presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; para auxiliar na execução dos trabalhos, Romeu Ribeiro, da Comissão Executiva¹¹³.

Na Subcomissão para decidir os rumos do novo museu estavam personagens que anos antes haviam demonstrado opiniões divergentes com relação à criação de um museu de história nacional brasileiro. Os debates iniciados na década anterior continuaram ao discutirem a nova instituição.

Os trabalhos da Subcomissão foram presididos por Escragnole Dória, devido ao afastamento do diretor da BN por questões de saúde. Foram realizadas quatro reuniões, entre 1 de fevereiro e 4 de março de 1922, não havendo regularidade na

¹¹⁰ Informação sobre a organização do Museu da Independência, pelo Secretário Geral da Comissão Executiva do Centenário da Independência, em 30 de dezembro de 1921. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.

¹¹¹ Francisco Agenor de Noronha Santos (1876-1954) entrou para o funcionalismo municipal do Rio de Janeiro, como praticante, na Diretoria Geral da Fazenda em 1893, permanecendo até 1910, quando por permuta, transferiu-se para o Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Em 1917 foi promovido a Chefe de Seção. No Arquivo da Cidade definiu-se sua vocação de historiador, um dos mais importantes do Rio de Janeiro. Colaborou em diversos jornais e revistas. Cf. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros**. v. 3. Rio de Janeiro, 1993, p. 111-112.

¹¹² Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938) bacharel e doutor em Direito pela Faculdade de São Paulo. Foi professor de Economia Política e diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, reitor da Universidade do Brasil. Membro da Academia Brasileira de Letras. Entrou para o IHGB em 1892 como sócio efetivo, tornando-se grande benemérito em 1917. Presidiu o IHGB entre 1912 e 1938. Católico fervoroso, recebeu o título honorífico de conde do Vaticano. Cf. Idem, p. 16-17.

¹¹³ Informação do Ministro da Justiça sobre a Subcomissão do Museu da Independência, em 14 de janeiro de 1922. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.

participação dos membros da Subcomissão¹¹⁴. A criação do Museu da Independência não foi uma unanimidade entre os membros. Noronha Santos não participou das reuniões alegando que o Arquivo Municipal não possui objetos que contribuiriam ao museu e apresentou opinião contrária a sua criação¹¹⁵. Escragnolle Dória e o Conde de Afonso Celso também foram contra a criação do novo museu por causa do pouco tempo até a realização da exposição para organizar a nova instituição. Sugeriram que cada instituição representada na Subcomissão apresentasse exposições históricas no âmbito da Exposição Internacional¹¹⁶.

Bruno Lobo foi contrário ao parecer dos outros membros da Subcomissão. Para o diretor do MN era o momento de criar o novo museu, embrião para o futuro Museu Histórico Nacional:

Infelizmente não é possível concordar com o Sr. Dr. Escragnolle Dória e subscrever o seu parecer sob o adiamento da fundação do Museu da Independência, que no caso seria o início do Museu Histórico Nacional. Pensamos que o assunto é inadiável e deve ser encarado com firmeza e patriotismo, evitando que, por ocasião da comemoração do Centenário da nossa Independência, não exista ainda no nosso País um Museu Histórico¹¹⁷.

Entre seus argumentos Bruno Lobo defendia que o Arquivo Nacional não deveria possuir seu museu histórico e sim ser criada uma instituição autônoma. No texto de seu parecer, o diretor do MN lembra o Decreto nº 4.492, de 18 de janeiro de 1922, que em seu artigo 3º autorizava o governo a formar um museu histórico, reunindo em edifício apropriado todos os objetos e lembranças da nossa história que se encontrassem espalhados pelas repartições públicas ou fossem oferecidos por particulares, competindo-lhe expedir o respectivo regulamento e organizar o quadro do pessoal ad referendum do Congresso¹¹⁸. Ao final do parecer, Bruno Lobo estabelece em linhas gerais as bases para a organização da nova instituição.

¹¹⁴ Informação sobre os trabalhos da Subcomissão do Museu da Independência por Luiz Gastão d'Escragnolle Dória, em 11 de março de 1922. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.

¹¹⁵ Ofício de Noronha Santos ao Prefeito do Distrito Federal, em 31 de janeiro de 1922; Ofício de Noronha Santos ao Secretário Geral da Comissão Executiva do Centenário da Independência, em 10 de fevereiro de 1922. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.

¹¹⁶ Parecer de Escragnolle Dória e Conde de Afonso Celso sobre o Museu da Independência, em 17 de fevereiro de 1922. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.

¹¹⁷ Parecer de Bruno Lobo sobre o Museu da Independência, em 4 de março de 1922. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.

¹¹⁸ Decreto n. 4.492, de 18 de janeiro de 1922. Autoriza o Poder Executivo a assegurar, de modo permanente, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma subvenção anual de 4000\$, entregue

Em novo parecer Escragnolle Dória defende com veemência a existência do Museu Histórico do Arquivo Nacional, lembrando muitos dos argumentos apresentados em 1919, quando da proposta de criar o Museu Histórico Brasileiro vinculado ao IHGB, mencionado anteriormente¹¹⁹.

Diante do impasse o secretário geral da Comissão Executiva solicitou parecer ao diretor da BN, Manoel Cícero, que não havia participado até o momento dos debates. Em seu parecer, o diretor da Biblioteca inicia apresentando as duas opiniões divergentes, a primeira tratando da criação do Museu da Independência não como instituição permanente, mas de uma exposição sobre o tema, a ser realizada no âmbito da Exposição Internacional. Sobre o Museu Histórico Nacional, não concordou que este seria uma continuação desta exposição sobre a Independência, mas que o governo criá-lo-ia de forma independente:

Parece-me que a fundação do Museu Histórico Nacional não depende de existir na Exposição Nacional uma seção histórica especial, formada de objetos que digam respeito à Independência e para ali sejam transferidos provisoriamente de várias repartições públicas, associações ou mesmo coleções particulares. Ao contrário, tudo faz crer que o Governo Federal se utilizará da autorização constante do art. 3 do Decreto nº. 4.492, de 18 de Janeiro deste ano. E, si o fizer até a abertura da Exposição, será o Museu Histórico Nacional a maior contribuição para a seção histórica do grande certâmen¹²⁰.

Encerrou-se o parecer concordando com a maioria da Subcomissão, sendo desfavorável à criação do Museu da Independência e sugerindo que cada instituição estaria responsável pela própria exposição. Com relação ao voto discordante de Bruno Lobo, votava “pela criação do Museu Histórico Nacional, como repartição independente. Objeto de uma autorização legislativa, é de esperar que em breve o tenhamos fundado”¹²¹.

Em informação de 23 de março de 1922, o secretário geral da Comissão Executiva do Centenário da Independência apresenta ao presidente da Comissão, o

em duas prestações de 20:00\$ cada uma, em janeiro e julho, a conceder-lhe outros favores e a organizar um museu histórico em edifício apropriado.

¹¹⁹ Parecer de Escragnolle Dória sobre o Museu da Independência, de 10 de março de 1922. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.

¹²⁰ Parecer de Manoel Cícero Peregrino da Silva sobre o Museu da Independência, em 20 de março de 1922. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.

¹²¹ Idem.

ministro da Justiça, o resultado final dos debates da Subcomissão do Museu da Independência¹²².

Após o documento do secretário geral, não há mais documentação relativa ao Museu da Independência nos arquivos da Comissão Executiva. Nos próximos meses o presidente da República mobilizou pessoal pertencente à sua rede de sociabilidade, que efetivaram a criação de uma instituição museológica no âmbito das comemorações do Centenário da Independência: o Museu Histórico Nacional.

2.2. A criação do Museu Histórico Nacional

Sobre o período entre o último parecer sobre o Museu da Independência (23 de março) e o decreto que cria e aprova o regimento de atividades do MHN (2 de agosto), existem poucas evidências, apenas menções em matérias na imprensa e documentos relativos ao Museu Nacional.

Possivelmente no mês de abril de 1922 o presidente Epitácio Pessoa decidiu criar o Museu Histórico Nacional como instituição independente, conforme determinava o decreto de 18 de janeiro do mesmo ano. Em 18 de abril, durante reunião da Congregação do Museu Nacional, o diretor Bruno Lobo sugere voto de aplauso à iniciativa do Presidente da República de criar um museu histórico, ficando resolvido que o MN faria a entrega dos objetos históricos nele existentes, para que figurem na nova instituição¹²³.

Em 26 de abril *O Jornal* publica nota informando que a Congregação do Museu Nacional de Histórica Natural manifestou os seus aplausos ao presidente da República pela próxima instalação do Museu Histórico e que Epitácio Pessoa dirigiu correspondência de agradecimento ao museu¹²⁴.

¹²² Informação sobre a Subcomissão do Museu da Independência, pelo Secretário Geral da Comissão Executiva do Centenário da Independência, em 23 de março de 1922. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.

¹²³ Segue trecho da ata da reunião: “Agradecendo o mesmo a benevolência da Congregação e aproveitando o ensejo declara que o Presidente da República vai fundar imediatamente o Museu Histórico, nesse sentido pede o aplauso da Congregação à ideia do Governo e que facilite a sua execução, incumbindo-se o Professor Roquette-Pinto de relacionar os objetos que deverão fazer parte do mesmo, o que é aprovado unanimemente”. Cf. Ata da 466ª. Sessão de Congregação do Museu Nacional, em 18 de abril de 1922. Museu Nacional, Seção de Memória e Arquivo, Registro das Atas das sessões da Congregação (1911-1938), RA 322, D 302. Ver também: Museu Nacional. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1922, p. 5.

¹²⁴ Museu Nacional. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 26 abr. 1922, p. 10.

O Museu Histórico Nacional foi criado pelo Decreto nº. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Aprovado o decreto criando a nova instituição museológica, cabia naquele momento a escolha do nome para dirigi-la.

Na imprensa eram sugeridos alguns nomes. O jornal *A Pátria*, em 17 de agosto, cogitou três possíveis candidatos ao cargo. Os dois primeiros, Escragnolle Dória e Noronha Santos, haviam participado da Subcomissão do Museu da Independência. O terceiro, João do Norte, era o nome mais apropriado para a função, segundo o jornal:

Poucos nomes podem concorrer ao honroso e difícil lugar. Entre os poucos podemos citar Escragnolle Dória, Noronha Santos e João do Norte. Os dois primeiros temos que os pôr de parte porque tanto o diretor do Arquivo Público, como o diretor do Arquivo Municipal estão onde devem estar e a eles ninguém pode fazer concorrência dada a inteligência, e dedicação com que ocupam aqueles lugares. Resta João do Norte, cultor dos nossos costumes, investigador de vasta cultura, sertanista dos profundos¹²⁵.

João do Norte era o pseudônimo do escritor Gustavo Barroso. A matéria de *A Pátria* continuava apresentando os méritos para o escritor assumir a direção do MHN:

É ainda João do Norte o autor de um trabalho que o coloca em destaque, pela proficiência com que fez a pesquisa histórica que ilustra o trabalho a que nos referimos. O ministro Pandiá Calógeras sabendo do cuidado e da honestidade com que João do Norte, estudou o histórico dos Dragões da Independência, encarregou esse ilustre escritor de organizar um álbum para o Ministério da Guerra onde fossem reconstituídos todos os uniformes que tem servido ao Exército. Basta esse trabalho para se avaliar o critério com que João do Norte encara as reconstituições históricas. É possível que tenhamos outras competências mas ainda assim, difícil será concorrer com o ilustre e brilhante escritor¹²⁶.

Não obstante, Gustavo Barroso foi nomeado diretor do MHN em 21 de agosto, iniciando seus trabalhos no dia seguinte.

Em entrevista ao jornal *A Pátria* na semana em que foi nomeado para a direção do MHN: “Convidado pelo Exmo. Sr. Presidente da República para o alto posto de diretor do Museu Histórico Nacional, atribuo essa grande distinção mais à generosa amizade de s. ex. do que aos meus méritos próprios”¹²⁷.

¹²⁵ Vamos ter finalmente o museu histórico. **A Pátria**, Rio de Janeiro, 17 ago. 1922.

¹²⁶ Vamos ter finalmente o museu histórico. **A Pátria**, Rio de Janeiro, 17 ago. 1922.

¹²⁷ O Museu Histórico. **A Pátria**, Rio de Janeiro, 24 ago. 1922.

Autor de diversos livros, além de colaborar em jornais e revistas, àquela altura havia participado das atividades oficiais do Centenário da Independência com a publicação do livro *Uniformes do Exército Brasileiro* (1921), ilustrado com desenhos de Wash Rodrigues¹²⁸.

Sei quanta dificuldade terei que vencer para organizar esse estabelecimento. Não é necessário enumerar quais sejam. Entretanto, tenho fé em vence-las, porque desde há muito me bato pelo Culto da Saudade e será para mim grande júbilo entrar na luta para ajudá-lo a triunfar.

Não é de hoje, com efeito, que eu me interesso por essa questão patriótica. No “Jornal do Commercio”, de que fui redator, na edição da tarde de 26 de setembro de 1911, há 11 anos, portanto, lancei eu, em grande artigo assinado, a ideia da fundação dum Museu Histórico Militar. Pouco mais de um ano, em dezembro de 1912, no mesmo jornal, escrevia eu um artigo, “O Culto da Saudade”, abundando nos mesmos conceitos. No meu livro “Ideias e Palavras”, publicado em 1917, há um capítulo sobre o assunto. E, ainda em dezembro de 1921, saía na “Ilustração Brasileira” o meu artigo “Museu Histórico Brasileiro”, no qual dizia que éramos o único país do mundo sem essa instituição. Felizmente tal não se dá agora. Deve o Brasil exclusivamente ao exmo. sr. presidente Epitácio Pessoa essa obra de benemerência, que o seu espírito culto e o seu esclarecido patriotismo, a sua força de vontade e a sua ação sem desfalecimentos criaram, para o período novo que o Brasil vai atravessar, no ano do seu primeiro centenário, como nação livre. E, se algum merecimento tinha eu para que me fosse dado o honroso cargo, seria o de ter sido um antigo e constante combatente em prol da mesma ideia¹²⁹.

Uma década antes, em artigos na edição da tarde do *Jornal do Commercio*, Barroso havia pronunciado opiniões sobre a criação de museus militares no Brasil e o cuidado com objetos antigos. Os artigos intitulados “Museu Militar” (25 de setembro de 1911) e “O Culto da Saudade” (22 de dezembro de 1912) tratavam da ideia de passado e museu do escritor. Anos depois foram incluídos em seu livro *Idéias e Palavras* (1917) e a *memória histórica* construída em torno do MHN considerou-os antecedentes na proposta da criação da instituição.

Contudo, o primeiro texto onde Barroso trata da criação de um museu de história brasileira foi publicado na revista *Ilustração Brasileira*, de dezembro de 1920, intitulado “Museu Histórico Brasileiro”.

¹²⁸ Conforme o Relatório dos Trabalhos da Comissão Executiva do Centenário, o livro foi uma publicação oficial do Ministério da Guerra para as festividades, era composto de texto sobre a história da organização do Exército e dos seus uniformes e de 223 estampas coloridas representando os diferentes uniformes a partir de 1730. BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Exposição Internacional do Centenário, Rio de Janeiro (1922-1923)**: Relatório dos Trabalhos. v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, p. 610.

¹²⁹ O Museu Histórico. **A Pátria**, Rio de Janeiro, 24 ago. 1922.

Um único país no mundo não possui um museu histórico. É o Brasil. Até hoje o descuido nacional tem consentido que os objetos do passado, lembranças da vida e dos feitos de nossos avós, se tenham perdido, ou nos leilões de antiguidades tenham passado às mãos de compradores estrangeiros¹³⁰.

Este texto foi publicado no período do debate entre a criação do museu histórico independente ou vinculado ao Arquivo Nacional e após a homologação do decreto federal organizando as comemorações do centenário, apresentados anteriormente neste trabalho.

Em 11 de outubro, no MHN foi inaugurada a primeira exposição, bem como iniciados os trabalhos de recolhimento e guarda de objetos históricos presentes em outras instituições e coleções particulares. É possível indicar que a nomeação de Barroso para direção do MHN ocorreu em razão do trabalho sobre uniformes militares publicado pelo Ministério da Guerra e ao artigo publicado na revista *Ilustração Brasileira*¹³¹.

Em 17 de agosto do mesmo ano, o jornal carioca *O Paiz*, publica extenso comentário sobre o decreto de criação do museu:

O *Diário Oficial* de sábado último deu publicidade ao decreto que regulamenta a criação do Museu Histórico, a ser instalado no edifício em que se encontrou o Arsenal de Guerra, e que é hoje um dos mais belos palácios da exposição do centenário.

Este regulamento, confiado à competência do ilustre diretor da Biblioteca Nacional, o operoso e culto Dr. Manoel Cícero Peregrino, provê com inteligência a organização do novo estabelecimento de estudos da nossa existência desde os primórdios da nossa descoberta até os dias que correm.

Cabe, agora, ao governo completar o trabalho do Dr. Manoel Cícero, procurando colocar à frente do museu e das suas duas seções – de história, em geral e de numismática, filatelia e sigilografia – quem haja demonstrado conhecimentos desses assuntos e tenha a necessária capacidade para aproveitar o material de que se deve dotar o museu, afim de dele tirar o melhor proveito para os estudos de história pátria.

O Museu Histórico deve ser fadado ao contribuir eficientemente para a elucidação dos problemas do nosso passado e, para que se consiga esse desideratum, é mister que caiba a sua direção a pessoas para isso devidamente habilitadas.

¹³⁰ BARROSO, Gustavo. Museu Histórico Brasileiro. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, dez. 1920.

¹³¹ A revista *Ilustração Brasileira* foi o órgão oficial de divulgação da Comissão Executiva do Centenário, entre setembro de 1921 e novembro de 1922, por quinze números, em virtude de contrato assinado com a Sociedade Anônima “O Malho”, editora da revista. Cf. BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Exposição Internacional do Centenário, Rio de Janeiro (1922-1923)**: Relatório dos Trabalhos. v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, p. 249-251.

O governo da República, tão bem disposto nesse sentido e que tão vivamente se empenhou pela criação do Museu Histórico, tem, assim sendo, o maior interesse em agir para tornar o mais profícuo possível a sua obra nesse sentido¹³².

Este comentário de *O Paiz* foi o primeiro documento que atribui a autoria do decreto e primeiro regulamento do MHN ao diretor da Biblioteca Nacional. A partir desta evidência, localizamos outros documentos que poderiam corroborar com tal indício.

Ao menos em dois momentos percebemos a reivindicação de Manoel Cícero sobre a autoria do regulamento de 1922 do MHN. Primeiro, em seu livro *Conferências, discursos, comunicações*¹³³, no item “Outros trabalhos do Autor”, incluiu entre suas produções bibliográficas e trabalhos desenvolvidos a redação dos regimentos da Biblioteca Nacional (1911 e 1922), da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz (1918) e do Museu Histórico Nacional (1922)¹³⁴. Posteriormente, em discurso proferido no Primeiro Congresso de Numismática Brasileira, realizado na cidade de São Paulo, de 24 de março a 2 de abril de 1936:

Vem a propósito recordar que, alguns anos há, foi instituído na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, conforme me foi dado sugerir, um curso de biblioteconomia, do qual fazia parte a aula de numismática. Transferido mais tarde o gabinete de moedas e medalhas para o Museu Histórico Nacional, *ainda de acordo com o que tive a honra de propor*, aí é hoje ensinada a matéria por professor competente, como já havia sido na Biblioteca Nacional¹³⁵.

Seu principal biógrafo Feijó Bittencourt, no livro *Vida de Manuel Cícero Peregrino da Silva*, também lhe atribui a autoria do primeiro regulamento do MHN:

Criou o Decreto nº. 15.596 de 2 de agosto o Museu Histórico Nacional, que se pode considerar um desdobramento da Biblioteca Nacional pelos muitos encargos que, sendo desta, passaram para ele. Manuel Cícero entendia que assim se fizesse. O assunto era daquele em que ele era a autoridade máxima, e Epiácio Pessoa desta criação não cogitaria sem a cooperação de Manuel Cícero, que foi então incumbido de elaborar o regulamento aprovado pelo Decreto nº 15.670 de 6 de setembro de 1922, tendo Epiácio Pessoa que presidia a República, acrescentando, ao que Manuel Cícero traçou, apenas os seguintes artigos:

¹³² Museu Histórico. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1922, p. 3, grifo nosso.

¹³³ Neste livro Manoel Cícero reuniu vinte e quatro comunicações, conferências e discursos, alguns inéditos, realizados entre 1905 e 1937.

¹³⁴ SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Conferências, discursos, comunicações**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1938, p. 353.

¹³⁵ SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. Discurso proferido na 1ª. sessão plenária do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira. In: SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA. **Annaes do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira**. v. 1. São Paulo: Salles Oliveira & Cia. Ltda., 1937, p. 78, grifo nosso.

“Art. 90. O Museu Histórico Nacional será instalado nos edifícios do antigo Arsenal de Guerra.

Art. 91. Revogam-se as disposições em contrário”.

Fora então criada a nova repartição pública com a cessão de preciosa coleção de moedas que Manuel Cícero, como grande conhecedor, organizara, na Biblioteca Nacional, enviando-a ele para o Museu Histórico, que é onde devia ficar¹³⁶.

Epitácio Pessoa chegou a convidar Manoel Cícero para o cargo, que o recusou. Segundo Feijó Bittencourt “não quis ser diretor do Museu Histórico, que foi criado por Epitácio, apontando-lhe este a Diretoria a dizer que ela cabia a ele”¹³⁷.

Mas, por qual motivo Manoel Cícero seria incumbido da tarefa de redigir o primeiro regulamento do MHN? Quais atribuições profissionais e redes de sociabilidade seriam consideradas para a lembrança de seu nome?

Manoel Cícero era diretor da Biblioteca Nacional desde 1900, quando foi convidado por Epitácio Pessoa, então ministro da Justiça e Negócios Interiores, a deixar o trabalho na biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, onde trabalhava a dez anos. Os dois personagens se conheceram em Pernambuco, quando Epitácio foi professor da Faculdade de Direito. Após a vinda de Manoel Cícero para o Rio de Janeiro, os dois estreitaram mais a amizade. Durante o mandato presidencial de Epitácio, o diretor da BN realizou outros trabalhos a pedido do amigo¹³⁸.

A gestão de Manoel Cícero na Biblioteca Nacional, nos relatos históricos da instituição, sempre foi lembrada como uma das mais importantes. Além da construção do edifício que ocupa até hoje, inaugurado em 1909, foram criados em sua gestão, para destacarmos apenas duas realizações, o Serviço de Bibliografia e Documentação, em consonância com os trabalhos do Instituto Internacional de Bibliografia, fundado por Paul Otlet e Henri La Fontaine, e o Curso de Biblioteconomia, para a formação de bibliotecários, em 1911.

Possivelmente por causa da experiência profissional e da amizade com o presidente Epitácio Pessoa, Manoel Cícero foi indicado para presidir a Subcomissão do Museu da Independência e, conseqüentemente, para redigir o primeiro regulamento do Museu Histórico Nacional.

Um indício da autoria do primeiro regulamento do MHN ser de Manoel Cícero compreende a proposta de Curso Técnico para formação de profissionais de

¹³⁶ BITTENCOURT, Feijó. **Vida de Manoel Cícero Peregrino da Silva**. Rio de Janeiro: MEC/SD, 1967, p. 148.

¹³⁷ Idem, p. 145.

¹³⁸ Idem, p. 144-148.

arquivos, bibliotecas e museus, principalmente por estar mais ligado à Biblioteca Nacional do que ao Museu Histórico Nacional.

2.3. Um Curso Técnico para arquivos, bibliotecas e museus

Para compreendermos a inclusão da proposta do Curso Técnico no primeiro regulamento do Museu Histórico Nacional, interpretamos que a autoria da proposta pertence a Manoel Cícero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional. Isso ocorre em virtude do Curso Técnico vincular-se, com relação a sua secretaria, à instituição administrada por Manoel Cícero.

O bacharel em Direito, Manoel Cícero dirigiu a BN entre 1900 e 1924, sendo reconhecido pela historiografia da instituição como um de seus mais importantes diretores. A criação do Serviço de Bibliografia e Documentação da BN, em sua administração, demonstra evidente diálogo estabelecido entre o diretor e Paul Otlet, intelectual belga que, junto com Henri La Fontaine, fundaram o Instituto Internacional de Bibliografia - IIB, em 1892. Através deste Instituto, Otlet difundiu suas ideias e projetos relativos à Biblioteconomia e Bibliografia, bem como da nova disciplina, denominada Documentação. Foi o início do “movimento internacional de documentação mundial”, nas palavras de Shera e Egan¹³⁹.

Em 1890, Paul Otlet¹⁴⁰ se encontra com Henri La Fontaine¹⁴¹, este último interessado em obter material bibliográfico sobre Ciências Sociais, decidem criar em Bruxelas, o Escritório Internacional de Bibliografia. Iniciam o trabalho de coligir um índice bibliográfico exaustivo por assuntos em fichas. Com o intuito de realizar um índice universal, constitui-se a primeira Conferência Internacional de Bibliografia, convocada em 1895. Nesta conferência, ficou decidido a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), com o objetivo de executar, através da cooperação internacional, uma bibliografia completa da literatura em geral e de fornecer aos

¹³⁹ SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. Exame do estado atual da Biblioteconomia e Documentação. In: BRADFORD, S. C. **Documentação**. Tradução de M. E. de Mello e Cunha. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 27.

¹⁴⁰ Paul Marie Gislain Otlet (1868-1944). Cf. RAYWARD, W. Boyd. **El universo de la información: la obra de Paul Otlet sobre documentación y organización internacional**. Tradução de Pilar Arnau Rived. Madrid: Mundarnau, 1996.

¹⁴¹ Henri La Fontaine (1854-1943). Cf. Idem.

consulentes listas de referências à literatura de qualquer assunto. No início para este índice era adotada a Classificação Decimal de Dewey, criada em 1876. Em 1899, o IIB publica a primeira edição da Classificação Decimal Universal, como *Manuel du répertoire bibliographique universel*¹⁴². Essas ações estavam no âmbito do que Jesse Shera e Margaret E. Egan denominaram “movimento internacional de documentação mundial”¹⁴³.

Neste mesmo período, Manoel Cícero Peregrino da Silva assume a direção da Biblioteca Nacional, em 1900. Anteriormente, havia tido dez anos de experiência dirigindo a biblioteca da Faculdade de Direito do Recife¹⁴⁴. Nos primeiros anos de gestão na BN, Manoel Cícero demonstrou estar ciente das novas tendências no campo da Bibliografia.

Na proposta de novo regulamento para a Biblioteca Nacional, datada de 1902, Manoel Cicero, entre outras sugestões, propõe a criação de um Instituto Bibliográfico Brasileiro¹⁴⁵. A criação de instituto nacional de Bibliografia era uma deliberação da congênera internacional. Conforme W. Boyd Rayward, em 1901 o *Bulletin* do Instituto Internacional de Bibliografia publicou nota intitulada “Organisation of National Institutes of Bibliography”¹⁴⁶.

¹⁴² BRADFORD, S. C. **Documentação**. Tradução de M. E. de Mello e Cunha. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 89-90; 180-184.

¹⁴³ SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. Op. Cit., p. 27.

¹⁴⁴ Cf. BITTENCOURT, Leopoldo Antonio Feijó. Vida de Manoel Cícero Peregrino da Silva. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 229, out. / dez. 1955, p. 3-331.

¹⁴⁵ O artigo 115 tratava da criação do Instituto Bibliográfico Brasileiro: “É criado e funcionará anexo à Biblioteca Nacional o Instituto Bibliográfico Brasileiro, cujos fins serão: 1. Organizar por meio de catões e segundo o sistema de classificação decimal um repertório bibliográfico, como contribuição brasileira para a constituição da bibliografia universal, abrangendo as obras de autores nacionais ou estrangeiros impressos ou editadas no país, as de autores nacionais impressas no estrangeiro ou inéditas e as de autores estrangeiros que se ocupem especialmente do Brasil, compreendidos os artigos de periódicos e escritos de qualquer natureza; 2. Adquirir para expor ao exame dos estudiosos, como fará com o repertório brasileiro, uma duplicata dos repertórios estrangeiros que estiverem organizados e se forem organizando”. Cf. Projecto de Regulamento para a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro – 1902. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 65, 5, 003 nº. 015

¹⁴⁶ Segundo este documento, seriam atribuições dos institutos nacionais: “la preparación y puesta al día de un repertorio bibliográfico integrado por fichas para todo el material actual o retrospectivo publicado en un país, un repertorio que pudiese servir de base para elaborar varias clases de bibliografías oficiales; la conservación de un duplicado del RBU y la organización de un servicio de información sobre las actividades bibliográficas que se llevasen a efecto en un país; y la redacción de un informe anual sobre el estado y las estadísticas de la organización bibliográfica nacional. Los institutos nacionales de bibliografía iban también a servir como un cuerpo de enlace nacional con el IIB y, si fuese necesario y factible, podrían actuar de consejeros y agentes con rango nacional o internacional”. Cf. “Organisation des instituts internationaux de Bibliographie”. IIB Bulletin, n. 4, 1901, p. 174-178 apud RAYWARD, W. Boyd. **El universo de la información**: la obra de Paul Otlet sobre documentación y organización internacional. Traducción de Pilar Arnau Rived. Madrid: Mundarnau, 1996, p. 174-175.

No seu relatório de atividades de 1909 da Biblioteca Nacional, apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Manoel Cícero explicitou o que entendia por documentação, em diálogo com Paul Otlet e o IIB. O diretor da BN propôs a participação brasileira na União Internacional de Bibliografia e Documentação e no Congresso Internacional de Bibliografia e Documentação de 1910. A criação da União foi proposta pelo IIB durante o Congresso realizado em Bruxelas, em julho de 1908.

A documentação no sentido amplo que lhe atribui o Instituto [Internacional de Bibliografia] abrange não só os textos manuscritos e impressos, mas tudo quanto se tem empregado como meio de realização da produção intelectual e como meio de transmissão das aquisições do homem no domínio da inteligência. É a reunião e a coordenação de todos os documentos, conjunto que representará a experiência universal. [...]

A documentação vem coordenar os elementos característicos dos materiais que a inteligência humana vai acumulando através dos séculos. Ela compreende a formação de coleções de documentos (manuscritos, obras impressas, jornais, revistas, músicas, estampas, fotografias, etc.) e a organização de repertórios por meio de fichas¹⁴⁷.

Segundo Rayward, para a Conferência Internacional de Bibliografia e Documentação de 1908, mencionada por Manoel Cícero, foram elaborados um “Report on the IIB, and the Systematic Organisation of Documentation” e o informe redigido por Otlet e La Fontaine intitulado “Present State of Bibliographical Questions and the Systematic Organisation of Documentation”. São os primeiros registros produzidos pelo IIB, que apresentam e definem os termos *documento*, *documentação* e *método documental*. Documento seria considerado algo “que expresa o representa por medio de cualquier signo gráfico (escrituras, fotografías, esquemas, números, símbolos), objetos, hechos, ideas o sentimientos. El uso más habitual en esta época son los textos impresos: libros, publicaciones, periódicos”. Método documental, por sua vez, a forma de reunir o s documentos para que pudessem aproveitar com facilidade a informação contida neles, e deve considerar como complemento preciso de outros meios de investigação, como por exemplo: a observação e a experimentação. Por documentação entendia-se “la reunión y coordinación de documentos separados, de forma que se puedan crear conjuntos integrados”¹⁴⁸.

¹⁴⁷ SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. A Biblioteca Nacional em 1909. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 32, 1910, p. 773.

¹⁴⁸ “Rapport sur l’IIB et l’organisation systématique de la documentation”. Actes de la Conférence Internationale de Bibliographie et de Documentation, Bruxelles, 10 et 11 Juillet, 1908. Bruselas, IIB Publ. N°. 98, 1907, p. 67-98 apud RAYWARD, W. Boyd. **El universo de la información: la obra de**

Manoel Cícero acabou não reconhecendo a produção do IIB apenas através das publicações e correspondências. Esteve, pelo menos, em dois momentos com Paul Otlet, em visitas a cidade de Bruxelas¹⁴⁹. Indicamos o possível entusiasmo do diretor da Biblioteca, durante as viagens, nas relações de contato com os trabalhos desenvolvidos pelo IIB, para a reprodução no Brasil.

Em 1911, foi aprovado o novo regulamento para as atividades desenvolvidas pela Biblioteca Nacional. Entre as inovações, estava a criação do Serviço de Bibliografia e Documentação, em correspondência com o IIB de Bruxelas. Segundo o próprio Manoel Cícero, em conferência realizada em 1912, este Serviço compreendia “a organização do repertório bibliográfico brasileiro, a aquisição das fichas dos repertórios estrangeiros, a cooperação brasileira no preparo do repertório enciclopédico, a organização do catálogo coletivo das bibliotecas do país e o uso público desse catálogo e daqueles repertórios”¹⁵⁰.

No mesmo ano em que foi aprovado o novo regulamento, foram adquiridas as primeiras fichas do Repertório Bibliográfico Universal do IIB, para a BN. Essas 600.000 fichas foram entregues ao embaixador brasileiro na Bélgica, em cerimônia realizada na sede do IIB, com a presença do corpo diplomático da França, Bélgica e a maioria dos países sul-americanos¹⁵¹. Segundo Manoel Cícero, na sua proposta de novo regulamento para a Biblioteca, de 1902, havia o “estabelecimento das conferências a cargo dos chefes de seção como um primeiro passo para um curso de biblioteconomia”¹⁵².

Além de atender o Museu Histórico Nacional, também comum à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional, o Curso era destinado, conforme o artigo cinquenta e cinco, a “habilitar os candidatos ao cargo de 3º. oficial do Museu Histórico Nacional e ao amanuense da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional”. No mesmo artigo

Paul Otlet sobre documentación y organización internacional. Tradução de Pilar Arnau Rived. Madrid: Mundarnau, 1996, p. 207.

¹⁴⁹ Durante viagem de estudos para bibliotecas e arquivos na Europa, em 1907, e como representante brasileiro no Congresso de Bibliotecários e Arquivistas, realizado em Bruxelas (1910). Cf. CUVÉLIER, J.; STAINIER, L. **Congrès de Bruxelles 1910**: Actes. Bruxelles: Commission permanente des Congrès internationaux des Archivistes et des Bibliothécaires, 1912, p. xxix; BITTENCOURT, Vida de Manoel Cícero Peregrino da Silva, p. 59-62.

¹⁵⁰ SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. Da remodelação por que passou a Biblioteca Nacional e vantagens daí resultantes. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 35, 1913, p. 6-7.

¹⁵¹ RAYWARD, W. Boyd. **El universo de la información**: la obra de Paul Otlet sobre documentación y organización internacional. Tradução de Pilar Arnau Rived. Madrid: Mundarnau, 1996, p. 158.

¹⁵² SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. A Biblioteca Nacional em 1902. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 25, 1903, p. 362.

estiveram listadas as disciplinas oferecidas pelos dois anos do curso, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 1 - Currículo do Curso Técnico

1º Ano	História literária Paleografia e Epigrafia História política e administrativa do Brasil Arqueologia e História da Arte
2º Ano	Bibliografia Cronologia e Diplomática Numismática e Sigilografia Iconografia e Cartografia

Fonte: Decreto nº. 15.596, de 2 de agosto de 1922.

O artigo cinquenta e seis definia a divisão do ensino das matérias através dos estabelecimentos, cabendo ao Museu Histórico Nacional o ensino de “Arqueologia e História da Arte” e “Numismática e Sigilografia”; à Biblioteca Nacional, o de “História Literária”, “Bibliografia”, “Paleografia e Epigrafia” e “Iconografia e Cartografia”; finalmente ao Arquivo Nacional, “História Política e Administrativa do Brasil” e “Cronologia e Diplomática”.

As atribuições do 3º. Oficial do Museu Histórico Nacional apresentam-se no regulamento, que criou a carreira de Oficial do Museu, dividida em três categorias de ascensão gradativa. O funcionário iniciava na carreira de 3º Oficial, podendo chegar a 1º Oficial. Hierarquicamente, existiam ainda os Chefes de Seção e o Diretor do Museu¹⁵³.

Conforme o regulamento, as principais atribuições dos Oficiais e dos Chefes de Seção seriam: “fazer assinalar a propriedade do Museu nos objetos de suas coleções e numera-los do modo que melhor se adaptar à natureza daqueles e nos casos em que nenhum dano lhes possa daí resultar”; “ter em boas condições de segurança, ordem e conservação os objetos que constituírem as coleções, assim como o mobiliário existente nas seções”; “catalogar e fazer catalogar tais objetos, procurando trazer os catálogos em dia e enriquecê-los de notas elucidativas”; “proporcionar aos visitantes os esclarecimentos que o Museu houver colhido a respeito dos objetos em exposição e lhes forem solicitados”; “encarregar-se, salvo escusa justificada, do ensino das matérias do curso técnico que devem ser

¹⁵³ Segundo o regulamento, foram criados no Museu Histórico os cargos de Diretor, Chefe de Seção, 1º Oficial, 2º Oficial, 3º Oficial, Datilografo, Porteiro, Ajudante de Porteiro, Guarda, Servente e Secretário, que seria um 2º Oficial com gratificação.

leccionadas no Museu, organizar os programas e fazer parte das comissões julgadoras, não só dos exames, mas também dos concursos”; “ocupar-se [...] com a boa disposição e instalação dos objetos e com a respectiva inventariação e classificação, esforçando-se por obter informações que tornem mais interessantes os catálogos”.

Sob a ótica da teoria museológica contemporânea, o Museu Histórico Nacional pode ser classificado como um Museu Tradicional, modelo conceitual surgido entre os séculos XVIII e XIX, caracterizado como

uma organização vinculada aos poderes constituídos, que reúne em espaços especialmente construídos ou preparados, evidências dos processos naturais ou da ação do homem. Nesses espaços, intencionalmente sacralizados como ‘*culturais*’, ‘*objetos*’ reunidos em ‘coleções’ sistematicamente classificadas são apresentados a um público, através de exposições que constituem, sempre, a fala autorizada da organização¹⁵⁴.

As atividades dos Oficiais e Chefes de Seção, estabelecidas no regulamento do Museu de 1922, vinculam-se as principais funções do Museu Tradicional. “Centrados no objeto, estruturam-se a partir de movimentos muito específicos, desenvolvidos por especialistas: coleta; documentação; conservação; pesquisa; interpretação; comunicação. E dependem, para existir, do interesse de um público que os visite”¹⁵⁵.

Possivelmente, a proposta do Curso Técnico responderia a uma demanda de profissionais de museus, bibliotecas e arquivos, principalmente as duas últimas, existentes desde 1911, quando foram propostos nas reformas administrativas do AN e da BN. Nessa época, os conhecimentos denominados “ciências auxiliares da História” eram considerados essenciais para a formação de um profissional de arquivo e biblioteca, e por consequente, de museu de história.

A virada do século XIX para o XX foi considerada como a “glória da erudição”, quando são publicados os mais importantes trabalhos sobre os saberes dos eruditos desde o século XVIII:

Trata-se de uma atividade de formigueiro. Na maioria dos países europeus, com fortunas diferentes, mas com igual minúcia, movimentavam-se inúmeros pesquisadores. A cronologia, a numismática, a papirologia, a paleografia, a diplomática etc., progredem à força de artigos e de “comunicações” às associações científicas. Destas mil descobertas de detalhe, registradas e classificadas por eminentes especialistas [...] nascem

¹⁵⁴ SCHEINER, Tereza Cristina. Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos. **Museu**: instituição de pesquisa. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2005, p. 92, grifo do original.

¹⁵⁵ Idem, p. 93

os grandes tratados consagrados às ciências auxiliares, glória da erudição dos anos 1870-1914: enfim, podiam ser substituídas as obras dos beneditinos dos séculos XVII e XVIII¹⁵⁶.

No século XIX inicia-se a formação sistematizada de eruditos. A *École des Chartes*, fundada em Paris em 1821, destinava-se ao ensino das ciências auxiliares ligadas ao estudo do período medieval na Europa. O governo imperial austríaco criou, em 1854, o *Institut für Oesterreichische Geschichtsforschung*, aos moldes da escola parisiense¹⁵⁷.

No Brasil, o ensino de tais conhecimentos também era sugerido no final do século XIX. Em seu relatório para as atividades do ano de 1873, o diretor do Arquivo Nacional, Joaquim Pires Machado Portella, propôs a criação de uma escola de cartas:

Cabia agora sugerir a ideia de criar-se oportunamente aqui *uma escola de cartas, ou aula de diplomática e paleografia*, complemento necessário de um Arquivo de certa importância; mas, não tendo ainda bem assentadas ideias sobre as bases e proporções com que se poderá levar a efeito essa criação neste estabelecimento, me reservo para em outra ocasião ocupar-me de tal assunto¹⁵⁸.

Contudo, relacionamos o estímulo pela criação de cursos para arquivos e bibliotecas no Brasil à participação de funcionários e diretores do Arquivo e da Biblioteca Nacional no *Congrès International des Archivistes et des Bibliothécaires* [Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários], realizado em Bruxelas, de 28 a 31 de agosto de 1910¹⁵⁹, onde foi discutido, entre outros assuntos, a formação de profissionais para arquivos e bibliotecas.

No ano seguinte, durante as reformas da Biblioteca Nacional (Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911) e do Arquivo Nacional (Decreto nº 9.197, de 9 de dezembro de 1911), foram criados Cursos de Biblioteconomia e Diplomática, respectivamente.

¹⁵⁶ GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, p. 99-100.

¹⁵⁷ Idem, p. 102.

¹⁵⁸ PORTELLA, Joaquim Pires Machado. **Relatório apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em março de 1874**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p. 10, grifo nosso.

¹⁵⁹ Na lista de participantes constam Manoel Cícero (Biblioteca Nacional) e Alcibíades Furtado e Alexandre Max Kitzinger (Arquivo Nacional). Cf. CUVELIER, J.; STAINIER, L. **Congrès de Bruxelles 1910**: Actes. Bruxelles: Commission permanente des Congrès internationaux des Archivistes et des Bibliothécaires, 1912, p. xxvii; xxix; xxxv; xi.

Apenas o Curso de Biblioteconomia se concretizou, tendo iniciado suas aulas em 1915, quando teve seus primeiros alunos inscritos. O Curso ministrou aulas até 1922, quando foi substituído pelo Curso Técnico, porém sua existência foi bastante irregular, com poucos alunos matriculados, tendo anos que não houve inscritos¹⁶⁰.

Devido a esta inconstância do Curso de Biblioteconomia e da não efetivação do Curso de Diplomática, Manoel Cícero, ao redigir o regulamento para o MHN, teve propôs um curso que abarcasse candidatos para as três instituições, tendo em mente a demanda criada por anos de profissionais.

2.4. Os percalços no caminho do Curso Técnico

Principalmente no âmbito da Biblioteca Nacional, o projeto de Manoel Cícero não teve boa recepção. Através de correspondências administrativas da BN, do Arquivo Nacional e do Museu Histórico Nacional, podemos assinalar os motivos pelos quais o Curso Técnico não se concretizou logo após a sua criação.

Em 1 de março de 1923, o diretor interino da Biblioteca Nacional, Aurelio Lopes de Souza, solicitou ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luiz Alves, permissão para a abertura das inscrições ao Curso Técnico, que eram de responsabilidade da instituição¹⁶¹. A resposta positiva veio apenas em 22 do mesmo mês, e o edital de inscrição publicado no *Diário Oficial* dois dias depois¹⁶². As inscrições duraram até 31 de março e contabilizaram onze matrículas, a partir de comunicação de 5 de abril do diretor da BN aos administradores do MHN e NA, compondo os nomes de Jonas Paulo Fernandes, Heitor José Pereira Guimarães, Mario Gomes de Araujo, Adolpho Camara da Motta, Joaquim Menezes de Oliva, Rufino de Loy, Emmanuel Eduardo Gaudie Ley, Adolpho Jacome Martins Pereira Filho, Optaciano Alves do Valle, Aurelio de Moraes Britto, Ruy de Gouvêa Nobre¹⁶³.

¹⁶⁰ CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000.

¹⁶¹ Ofício do diretor geral interino da Biblioteca Nacional ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 1 de março de 1923. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 70, 01, 07.

¹⁶² Aviso do ministro da Justiça e Negócios Interiores ao diretor da Biblioteca Nacional, em 22 de março de 1923. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 69, 01, 01; Bibliotheca Nacional. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 24 mar. 1923, p. 8936.

¹⁶³ Ofícios do diretor interino da Biblioteca Nacional aos diretores do Museu Histórico Nacional e do Arquivo Nacional, em 5 de abril de 1923. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 70, 01, 07.

A disponibilidade para lecionar no Curso Técnico, os funcionários da BN João Gomes do Rego, Cassius Berlink e Constancio Alves, se recusaram para ministrar as disciplinas ao qual foram indicados, por se sentirem capacitados de ensinar os conteúdos das cadeiras¹⁶⁴. Contudo, o diretor do AN designou Eduardo Marques Peixoto e Alexandre Maximiliano Kitzinger, chefes das seções da instituição para regerem, respectivamente, as aulas sobre “História política e administrativa do Brasil” e “Cronologia e Diplomática”, do Curso Técnico¹⁶⁵. Os dois funcionários apresentaram os programas das disciplinas que iriam ministrar¹⁶⁶.

O diretor do MHN, em ofício de 13 de março, informou ao ministro que devido às condições das instalações da instituição não poderia iniciar o Curso Técnico. Nesse período o MHN ocupava apenas duas salas do Palácio das Grandes Indústrias da Exposição Internacional do Centenário¹⁶⁷.

Em 10 de abril foi realizada, em uma das salas da Biblioteca Nacional, reunião entre os três dirigentes das instituições envolvidas no Curso Técnico. Cada administrador expos sua disponibilidade de realizar as aulas para o Curso. O Arquivo Nacional propôs realizar as disciplinas de sua responsabilidade, designando professores e salas para a realização das disciplinas. Os diretores da Biblioteca Nacional e Museu Histórico Nacional, cada qual com seus motivos, não poderiam ministrar as disciplinas que eram de responsabilidade das instituições. No final da reunião ficou acordado que cada administrador entraria em contato com o ministro para expor os motivos da não realização do Curso Técnico àquele ano¹⁶⁸.

Em 16 de abril, o diretor interino da BN informou a situação da instituição com respeito ao Curso Técnico. Devido à impossibilidade dos funcionários da Biblioteca em ministrar as disciplinas relativas ao primeiro ano do Curso, o diretor sugeriu ao

¹⁶⁴ Memorando de João Gomes do Rego a Aurelio Lopes de Souza, em 6 de abril de 1923; Memorando de Cassius Berlink a Aurelio Lopes de Souza, em 9 de abril de 1923; Memorando de Constancio Alves a Aurelio Lopes de Souza, em 13 de abril de 1923. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 69, 01, 02.

¹⁶⁵ Minuta de ofício do diretor do Arquivo Nacional ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 3 de abril de 1923. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, AN 583.

¹⁶⁶ Programa para a cadeira Diplomática e Cronologia do Curso Técnico, por Alexandre Maximiliano Kitzinger, em 9 de abril de 1923; Programa para a cadeira História Política e Administrativa do Brasil do Curso Técnico, por Eduardo Marques Peixoto, em 10 de abril de 1923. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, AN 583.

¹⁶⁷ Ofício do diretor do Museu Histórico Nacional ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 13 de março de 1923. Museu Histórico Nacional, Arquivo Institucional, Correspondências, AS/DG2.

¹⁶⁸ Ata da reunião entre os diretores do Museu Histórico Nacional, Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, em 10 de abril de 1923. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 69, 01, 02.

ministro a contratação de professores externos à instituição¹⁶⁹. Após troca de correspondência entre o diretor interino da BN e o diretor geral da Diretoria do Interior do Ministério¹⁷⁰, o ministro decide, em aviso de 15 de junho, cancelar a instalação do Curso Técnico devido à impossibilidade de pagamento de professores externos¹⁷¹.

No ano seguinte, diante de nova tentativa para se implantar o Curso Técnico, o diretor da Biblioteca Nacional, Mario Behring, indaga ao ministro a necessidade de cumprir o regulamento da instituição e abrir inscrições para matrículas no Curso Técnico¹⁷². Mais uma vez, o motivo alegado pelo ministro compreende a falta de recursos financeiros para as despesas na realização do Curso¹⁷³, decisão informada aos diretores do AN e MHN¹⁷⁴.

Observamos que o Curso Técnico não se efetivou nos dois primeiros anos de sua existência em razão de entraves institucionais endógenos. Na Biblioteca Nacional, a recusa de seus profissionais de ministrarem as disciplinas pelas quais eram responsáveis deve-se, provavelmente, a não aceitação da ideia do Curso Técnico ligado às três instituições, terminando com o Curso de Biblioteconomia, que funcionava anteriormente. A direção do Museu Histórico Nacional justificou a falta de instalações adequadas para o início de suas atividades relativas ao Curso Técnico. Apenas o Arquivo Nacional se manifestou apto para oferecer as aulas pelas quais era responsável, disponibilizando professores e apresentando as ementas das disciplinas.

¹⁶⁹ Ofício do diretor geral interino da Biblioteca Nacional ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 16 de abril de 1923. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 70, 01, 07.

¹⁷⁰ Ofício do diretor geral da Diretoria do Interior do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao diretor geral interino da Biblioteca Nacional, em 25 de maio de 1923; Ofício do diretor geral interino da Biblioteca Nacional ao diretor geral da Diretoria do Interior do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 28 de maio de 1923. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 69, 01, 01; 70, 01, 07.

¹⁷¹ Aviso do ministro da Justiça e Negócios Interiores ao diretor da Biblioteca Nacional, em 15 de junho de 1923. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 69, 01, 01.

¹⁷² Ofício do diretor geral da Biblioteca Nacional ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 14 de março de 1924. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 70, 01, 08.

¹⁷³ Aviso do ministro da Justiça e Negócios Interiores ao diretor da Biblioteca Nacional, em 27 de março de 1924. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 69, 01, 03.

¹⁷⁴ Ofícios do diretor da Biblioteca Nacional aos diretores do Museu Histórico Nacional e do Arquivo Nacional, em 3 de abril de 1924. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 70, 01, 09.

Ao longo dos anos 1920, os diretores das três instituições tiveram opiniões distintas sobre a instalação do Curso Técnico, apresentando em seus relatórios anuais de atividades propostas para efetiva-lo. Essas sugestões serão abordadas no próximo tópico.

A leitura dos relatórios de gestão dos administradores da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Museu Histórico Nacional, ao qual o Curso Técnico estava vinculado, nos permite concluir que a ideia de um curso de formação de profissionais para instituições distintas não foi bem aceita. A BN, através de Mario Behring¹⁷⁵, em seu relatório de atividades do ano de 1924, onde apresentou a importância da implantação efetiva do Curso Técnico para a incorporação de quadros novos na instituição que dirige:

Seria pois de toda conveniência fossem arredados os obstáculos que impedem se faça com regularidade esse curso, necessário não somente aos funcionários desta casa que nele apuram suas habilidades, preparando-se para misteres de mais responsabilidade, quando elevados de função, mas ainda para as pessoas que desejarem obter conhecimentos das matérias que por sua natureza técnica somente nos três estabelecimentos encarregados de sua docência podem encontrar.

Em outros países fazem essas matérias parte dos cursos especializados de escolas superiores. Entre nós, entretanto, está o seu ensino entregue às três repartições citadas e se foi julgada necessária, de utilidade a sua criação, penso que às mesmas deve ser facultado o meio de bem se desempenharem dessa incumbência.

É indiscutível a utilidade para o exercício dos cargos da Biblioteca, técnicos como são por sua natureza, do curso de biblioteconomia. Todos os altos funcionários desta Repartição, atualmente, para ela entraram por meio do concurso ou galgaram seus postos por meio desse curso, condição primaria ao posto de bibliotecário os funcionários nele habilitados. São já raros no quadro os que possuem tal requisito, de sorte a fazer presumíveis futuras dificuldades em caso de vagas possíveis. E o administrador não pode deixar de encarar com certa inquietação, hoje, a possibilidade dessas vagas e o modo do seu preenchimento.

*É isso que faz com que eu insista por providências que façam reabrir as aulas do curso de biblioteconomia*¹⁷⁶.

¹⁷⁵ Mário Marinho de Carvalho Behring (1876-1933) engenheiro, jornalista e historiador. Formou-se engenheiro agrônomo pela Escola Agrícola da Bahia, em 1896. Grão-mestre da Maçonaria do Brasil. Exerceu intensa atividade jornalística, colaborando para os jornais *O Imparcial* e *Jornal do Commercio*, além das revistas *Fon-Fon*, *Careta*, *Ilustração Brasileira*, *Revista da Estrada de Ferro*, *Kosmos*, *Paratodos* e *Cinearte*, nas quais escreveu usando pseudônimos. Em 1903 foi aprovado em concurso para trabalhar na Biblioteca Nacional, ocupando o cargo de chefe da Seção de Manuscritos. Diretor da Biblioteca Nacional entre 1924 e 1932. Cf. BIBLIOTECA NACIONAL. **Guia da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 1960, p. 29; SANTOS, Renata Soares da Costa. **Projeto à nação em páginas de Cinearte**: a construção do “livro de imagens luminosas”. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010, p. 45-47.

¹⁷⁶ BEHRING, Mario. **A Bibliotheca Nacional em 1924**. Rio de Janeiro: Officinas Graphics da Bibliotheca Nacional, 1929, p. 7-8, grifo nosso.

Anos depois, em parecer referente ao ano de 1927, Mario Behring declara-se favorável à volta do Curso de Biblioteconomia, ao invés de um curso para profissionais de três instituições:

Continua o curso de biblioteconomia interrompido por falta de verba para o pagamento dos professores. Dizer da sua utilidade seria repetir conceitos constantes de todos os meus anteriores relatórios.

O preparo técnico do pessoal destinado aos serviços de Biblioteca que ao lado da experiência prática o torna apto a desempenhar qualquer função é de absoluta necessidade. Raros os empregados atuais da Biblioteca Nacional possuidores desses requisitos que lhes permitem a ascensão aos cargos mais altos.

Antigamente tinha a Biblioteca Nacional um curso de biblioteconomia que lhe era próprio, professado pelos diretores de seção. Por esse curso passaram vários dos atuais funcionários e algumas pessoas estranhas ao quadro.

Com a criação do Museu Histórico, porém, foi organizado um curso técnico com matérias peculiares à Biblioteca, ao Arquivo Nacional e àquela nova repartição. Esse Curso, porém, jamais funcionou, pelas razões expostas em relatórios anteriores.

O curso técnico, uma vez concluído, dava direito ao provimento dos cargos nos três estabelecimentos referidos.

Parece-me que no caso de não ser possível consignar este ano ainda uma pequena verba orçamentária que garantisse o funcionamento do curso técnico, melhor seria restabelecer o curso de biblioteconomia, peculiar à Biblioteca, para atender às urgentes necessidades de preparo técnico do seu pessoal.

Fazer dependentes estas da execução dos regulamentos de três repartições tão diversas será talvez um meio de dilatar por prazo muito prolongado o atual estado das coisas, que faz o administrador encarar com justificado receio o caso de vagas possíveis nos cargos mais elevados da Biblioteca.

O ensino técnico nos Estados Unidos faz parte em geral das organizações universitárias. São as universidades que mantêm os cursos especiais de biblioteconomia em um ou dois anos, universidades em geral dotadas de ricas bibliotecas que permitem o ensinamento prático.

País carente de bibliotecas como o nosso, natural é que raros procurem fazer um curso de horizonte estreito como o da biblioteconomia, de limitada aplicação.

Daí efetuar-se o curso no seio mesmo dos estabelecimentos a que ele diretamente interessa.

Com o curso de biblioteconomia a Biblioteca Nacional ia-se aparelhando do pessoal necessário aos seus múltiplos serviços.

Roto essa tradição mantida por alguns anos, com a interrupção havida, faz-se mister restabelece-la para que não sofra o serviço mais do que vem sofrendo com o atual estado de coisas.

É esse um assunto, Sr. Ministro, para o qual, com o maior empenho, solicito a vossa atenção¹⁷⁷.

Nos relatórios do diretor do AN, João Alcides Bezerra Cavalcanti¹⁷⁸, apresenta interesse de iniciar a retomada do Curso Técnico. Em parecer de 1924, o diretor

¹⁷⁷ BEHRING, Mario. **A Bibliotheca Nacional em 1927**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics da Bibliotheca Nacional, 1930 p. 17-18, grifo nosso.

¹⁷⁸ João Alcides Bezerra Cavalcanti (1891-1938) bacharelou-se em 1911 pela Faculdade de Direito do Recife. Foi nomeado procurador da República em 1913, e no ano seguinte exerceu o cargo de

expôs a importância do conhecimento da “Arquivística” para o trabalho com os documentos de arquivos. Também reforçou a utilidade do Curso Técnico para a revelação de talentos profissionais responsáveis com suas funções para o AN:

Pela sua natureza e fins o Arquivo tem de ser uma repartição técnica com pessoal especializado e preparado nas matérias necessárias à profissão de arquivista, que é das mais árduas pelos conhecimentos e aptidões que requer nos que a ela se dedicam.

Deve merecer especial cuidado à administração a formação de bons arquivistas, se quiser ter repartição que honre o país e não se distancie das congêneres das nações civilizadas.

[...]

Povo moderno, sem o peso de vinte e cinco séculos de civilização, com a nossa certidão de batismo datada de 1500, não precisamos de ter arquivistas capazes de decifrar palimpsestos e de surpreender relíquias de antigas civilizações, como Makei que, no princípio do século XVII, achou as duas primeiras folhas das Institutas de Gaius, ou De Martini que acaba de encontrar capítulos inéditos de Tacito.

Mas urge que os nossos funcionários tenham da “Arquivística” uma noção geral, especializando-se no estudo de caligrafias do século XV em diante, história, geografia, direito administrativo e constitucional, bibliografia, matérias verdadeiramente indispensáveis à formação do arquivista.

O programa do curso técnico previsto nos Regulamentos do Arquivo, do Museu Histórico e da Biblioteca Nacional, é todavia mais vasto.

Precisamos executá-lo, do contrário por muitos anos lutaremos com a falta de funcionários competentes e capazes de cumprir as funções estabelecidas no Regulamento.

Acresce ainda uma circunstância. O curso técnico será um crivo moralizador e selecionador, só permitindo que faça carreira aqueles que realmente tenham vocação e competência para as melindrosas funções de lidar com documentos.

Formará o gosto do funcionário, a ponto de torna-lo um apaixonado do emprego e não mero *orçamentivoro*, mais preocupado de pôr-se na rua ao término do enfadonho expediente do que do cumprimento exato dos seus deveres.

O funcionário incompetente é peso morto na Repartição, não pode ser aproveitado nas funções que lhe cumpre sob pena de perturbar os serviços, tornar-se desidioso e indisciplinado; sem visão para alcançar a utilidade do que se lhe manda fazer, sem amor próprio intelectual, arrasta uma vida sem estímulo e sem ideias, incapaz de concorrer com o seu esforço para coisa alguma de proveito.

Ora, o curso técnico começará estacando a fonte dessa praga, que anarquiza os serviços públicos

Fácil é concluir do exposto que a mais urgente necessidade desta Repartição é a instalação do curso técnico, que será o formador do pessoal habilitado para as necessidades do serviço, ao mesmo tempo que irá selecionando entre os atuais funcionários aqueles dignos de promoção na carreira¹⁷⁹.

promotor adjunto da Paraíba. Tornou-se sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 1914, fazendo parte de sua diretoria entre 1914 e 1923. Elegeu-se deputado estadual na Paraíba em 1920, donde se afastou para ocupar o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública. Presidente da Academia Carioca de Letras. Diretor do Arquivo Nacional entre 1922 e 1938. Cf. GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Alcides Bezerra**: historiador e filósofo. João Pessoa: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 2002.

¹⁷⁹ CAVALCANTI, João Alcides Bezerra. **Arquivo Nacional dos Estados Unidos do Brasil, Relatório anual do diretor referente a 1924**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1925, p. 1-3, grifo do original.

O relatório para o ano de 1928 do diretor do AN expôs que a próxima reforma universitária incorporaria o Curso Técnico ao meio universitário, tal a importância que conferia a formação de profissionais especializados:

[...] a transformação do Arquivo numa escola ativa de história pátria, rivalizando no seu domínio próprio com o Museu Nacional e outras repartições de fins culturais. Assim, numa reforma universitária, o curso técnico deve ser incorporado ao conjunto da Universidade, passando a ser um dos seminários da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Educação¹⁸⁰.

Nos relatórios da administração de Gustavo Barroso diante da direção do MHN nos anos 1920 não há menções explícitas ao Curso Técnico, como dos administradores do AN e BN. Acreditamos que o desejo do diretor do MHN seria a reforma do regulamento da instituição redigido em 1922. Em 1925, Barroso explicitamente posicionou-se contra as disposições no regulamento que ligavam o museu à BN e ao AN. O único dispositivo que integraria as três instituições seria o Curso Técnico:

Não posso deixar de fazer notar a V. Ex. a urgente necessidade duma reforma no regulamento do Museu. A prática da administração tem mostrado à Diretoria as suas falhas e defeitos, sobretudo quanto às obrigações dos funcionários, que precisam ser melhor determinadas; quanto à disposição inúteis, que precisam ser retiradas; e quanto a outras que ligam o Museu à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Público, dando lugar a uma xifopagia que só pode produzir sérios entraves.¹⁸¹

No ano seguinte, Barroso insiste na reforma do regulamento da instituição, não mais mencionando, indiretamente o Curso Técnico. Contudo, o diretor do MHN informa que o regulamento foi elaborado antes da instalação do museu, o que dotou de dispositivos extremamente burocráticos:

Tomo a liberdade de insistir junto de V. Exa., como o fiz junto de seus dignos antecessores por uma reforma no regulamento desta instituição. O que existe foi organizado a priori e dotou-a dum aparelhamento demasiadamente burocrático. Há urgente necessidade de preparar todos os serviços de acordo com o que a prática tem demonstrado produzir melhores resultados. Um Museu carece de ser organizado de maneira diversa doutras repartições. Ele tem uma vida especial que exige normas diferentes da de qualquer outro serviço público. É imprescindível escolmar o seu regulamento de disposições inúteis e prejudiciais, dar maior eficiência a

¹⁸⁰ CAVALCANTI, João Alcides Bezerra. **Arquivo Nacional dos Estados Unidos do Brasil, Relatório anual do diretor referente a 1928**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1930, p. 50.

¹⁸¹ Relatório de Atividades do Museu Histórico Nacional em 1925, p. 2. Museu Histórico Nacional, Arquivo Institucional, Relatórios, AS/DG1. Grifo nosso.

certas determinações e regular serviços até hoje esquecidos, como o de permutas de duplicatas, por exemplo.¹⁸²

Como podemos analisar os diretores da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, expuseram o problema da formação de forma explícita ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, sugerindo uma formação específica para os profissionais de suas instituições. No caso da BN, seu diretor era a favor do retorno do Curso de Biblioteconomia, extinto em 1922. O diretor do AN era a favor que inicia-se o Curso Técnico para as três instituições, devido à necessidade premente de funcionário capacitados para a instituição que administrava.

O diretor do Museu Histórico Nacional era de opinião que o regulamento merecia ser reformulado, principalmente, interferindo nos dispositivos que ligavam a outras instituições, ou seja, entre estes, o Curso Técnico. Retirado do regulamento, acarretaria a desburocratização demasiada da rotina de trabalho do museu.

Mesmo com o insucesso do Curso Técnico, a proposta apresentada por Manoel Cícero incitou que nos anos 1930 fossem concretizados os cursos especializados em pelo menos duas instituições, a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional. Nesta última instituição, o Curso de Museus, criado em 1932, sofreu forte influência pelo Curso Técnico, que surgiu devido às mudanças no campo educacional no princípio da década seguinte.

¹⁸² Relatório de Atividades do Museu Histórico Nacional em 1926, p. 1-2. Museu Histórico Nacional, Arquivo Institucional, Relatórios, AS/DG1. Grifo nosso.

CAPÍTULO 3

A CRIAÇÃO DO CURSO DE MUSEUS E OS DIÁLOGOS COM O *OFFICE* *INTERNATIONAL DES MUSÉES* NO BRASIL (1930-1935)

Não se pode negar que o Brasil está atravessando uma era de vibração cultural auspiciosa, refletida flagrantemente num surto literário tanto mais promissor quanto se orienta para o estudo dos problemas políticos e sociais, objeto de uma bibliografia já abundante e que se incrementa de dia para dia.

A história, a etnologia e a arqueologia brasileiras preocupam um escol de pesquisadores e pensadores que honrariam qualquer país estrangeiro. Graças ao concurso desses eruditos, estamos em condições de colaborar com a ciência internacional quando ela recorre ao nosso contingente para integrar o Brasil nos seus quadros. A Museografia na Europa avança, por outro lado, a passos de gigante. O Instituto Internacional de Museus dirige o movimento no sentido de coordenar as atividades que asseguram, em cada nação, a preservação das relíquias que pertencem fundamentalmente ao patrimônio da humanidade, considerada à revelia das fronteiras.

Diário da Manhã, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1935¹⁸³

¹⁸³ Formação de técnicos para os museus brasileiros (Comunicado da Direcção Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública). **Diário da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1935, p. 2.

O presente capítulo pretende abordar a criação do Curso de Museus no âmbito das atividades do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, e a relação com as atividades do *Office International des Musées* no Brasil, destacando as atividades no Museu Histórico Nacional e no Curso de Museus.

3.1. A criação do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional

Em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas tomou posse como chefe do Governo Provisório¹⁸⁴, perante a Junta Governativa que assumira o poder no Rio de Janeiro, após o triunfo da Revolução a 24 de outubro do mesmo ano. No seu discurso de posse como novo chefe da Nação, Vargas apresenta sua plataforma de governo, e entre as promessas prevê a criação do Ministério de Instrução e Saúde Pública¹⁸⁵.

Em 14 de novembro era criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública – MESP, e no mês seguinte, em 1 de dezembro, foi organizado o novo ministério tendo sido transferido o Museu Histórico Nacional e desligado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores¹⁸⁶.

Para o novo ministério foi nomeado ministro Francisco Campos, político mineiro, que teve como chefe de gabinete, inicialmente, Rodrigo Mello Franco de Andrade. Entre as mudanças, Gustavo Barroso foi exonerado do cargo de diretor do MHN, devido a desavenças políticas¹⁸⁷. Em 10 de dezembro foi nomeado o Rodolfo Garcia¹⁸⁸.

O historiador não era a primeira opção para ocupar o cargo de direção do museu. Segundo Pedro Calmon em suas memórias, inicialmente o ministro convidou Tobias Monteiro para o cargo de direção. “Rico e sibarita, o historiador escusou-se,

¹⁸⁴ O Governo Provisório foi formalmente instituído em 11 de novembro de 1930, e exercia discricionariamente as funções e atribuições do Poder Executivo e do Poder Legislativo, até a promulgação da nova Constituição, em 16 de julho de 1934. Cf. WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. **Reforma administrativa na era de Vargas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983, p. 9.

¹⁸⁵ Idem, p. 6.

¹⁸⁶ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Evolução do Ministério da Educação e Saúde**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração, 1954, p. 6-7.

¹⁸⁷ Sobre a exoneração de Barroso na direção do MHN em 1930 e suas relações políticas à época, ver MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Troféus da Guerra perdida: um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009, p. 168-176.

¹⁸⁸ Relatório de Atividades do Museu Histórico Nacional em 1930, p. 1. Museu Histórico Nacional, Arquivo Institucional, Relatórios, AS/DG1.

indicando Rodolfo Garcia. Era o homem certo”¹⁸⁹. Tomando a correspondência entre os escritores Manuel Bandeira e Gilberto Freyre, a escolha do novo diretor do museu foi mais complexa e até encarada em tom de ironia:

Rodrigo¹⁹⁰ virou Rimbaud¹⁹¹ do Largo da Mãe do Bispo e tem trabalhado para se acabar. Chico Sciencia¹⁹² acaba dando cabo dele. Não sei se você sabe que ele é chefe de gabinete do novo Ministério da Educação. Por influência dele o Lúcio Costa, arquiteto pernambucano muito moço, foi nomeado diretor da Escola Nacional de Belas Artes e o Gallet¹⁹³ do Instituto Nacional de Música. Imagine que me quis fazer diretor do Museu Histórico Nacional. Ficou espantado que eu recusasse mas quando o Campos quis pregar-lhe a mesma peça também tirou o corpo. Então se lembrou do Tobias¹⁹⁴ que recusou e indicou o Rodolfo Garcia que aceitou: está ótimo, não acha? Rodrigo só fazia dizer: o Gilberto e que servia¹⁹⁵.

Diante dessas nomeações para ocupar os cargos do Ministério da Educação e Saúde Pública, o chefe de gabinete do ministro foi entrevistado pelo *Correio da Manhã*. Segundo Rodrigo, as nomeações não tiveram caráter político e sim atendiam exclusivamente ao merecimento e à capacidade dos nomeados. Sobre a nomeação para o Museu Histórico Nacional, o chefe de gabinete apresentou as competências do novo diretor:

O sr. Francisco Campos ainda nomeou para dirigir o Museu Histórico, depois de exonerar o sr. Gustavo Barroso, o sr. Rodolfo Garcia, presidente da Fundação Capistrano de Abreu, historiador notável, de caráter inamolgável e de alto prestígio intelectual¹⁹⁶.

Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949) era um historiador respeitado à época¹⁹⁷. Entre as suas credenciais, era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Contudo sua experiência maior era com bibliotecas e não museus. Foi bibliotecário do IHGB (antes de se tornar sócio) e do Instituto dos Advogados e publicou o trabalho *Sistemas de Classificação Bibliográfica: da classificação decimal*

¹⁸⁹ CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 191.

¹⁹⁰ Rodrigo Mello Franco de Andrade.

¹⁹¹ Jean-Nicolas Arthur Rimbaud.

¹⁹² Apelido do ministro Francisco Campos.

¹⁹³ Luciano Gallet.

¹⁹⁴ Tobias Monteiro.

¹⁹⁵ Carta de Manuel Bandeira a Gilberto Freyre, no natal de 1930. Cf. VICENTE, Silvana Moreli. **Cartas provincianas**: correspondência entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, p. 220-221.

¹⁹⁶ As nomeações do ministro da Educação. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 dez. 1930, p. 2.

¹⁹⁷ Para a biografia de Rodolfo Garcia foram consultados: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros**. v. 3. Rio de Janeiro, 1993, p. 74-75; LINS, Guilherme Gomes da Silveira D’Avila. **Rodolpho Garcia, o gigante do Ceará-Mirim**: uma contribuição biobibliográfica. 2. ed. João Pessoa: A União, 2001.

e suas vantagens (1914)¹⁹⁸. A experiência profissional mais próxima de museu foi a organização de exposição sobre o centenário da independência com objetos da coleção do IHGB (1922)¹⁹⁹.

Mesmo não tendo experiência com museus, Garcia realizou diversas ações reformadoras durante sua gestão, que durou até novembro de 1932. Entre as novidades incluíram, uma exposição temporária comemorando o centenário da abdicação de D. Pedro I, a aquisição de algumas centenas de peças de arte e objetos históricos do extinto Museu Naval, a transferência de uma coleção de pintura histórica da Escola Nacional de Belas Artes e a criação do Curso de Museus²⁰⁰.

No plano do Ministério da Educação e Saúde Pública, durante a gestão de Garcia no MHN, o ministro Francisco Campos elabora e implementa reformas no ensino – secundário, superior e comercial – com acentuada tônica centralizadora²⁰¹.

Tais reformas tratavam de adaptar a educação a certas diretrizes, que foram sendo definidas, tanto no campo político quanto no educacional, visando criar e desenvolver um ensino mais adequado à “modernização” do país, com ênfase na formação de elites e na capacitação para o trabalho. Um ensino que contribuísse para completar a obra revolucionária, orientando e organizando a nacionalidade²⁰².

Foi nesse contexto que o Governo elaborou seu projeto universitário, articulando medidas que se estendem desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras até à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, ocorridos em 1931²⁰³.

Também neste contexto ocorreu a estruturação da formação de profissionais de bibliotecas. O Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional foi restabelecido

¹⁹⁸ GARCIA, Rodolfo. **Sistemas de classificação bibliográfica**: da classificação decimal e suas vantagens. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bibliotecários, 1969.

¹⁹⁹ GARCIA, Rodolfo. Catálogo dos livros, folhetos, documentos, retratos, bustos, mascaras, etc., pertencentes à biblioteca, arquivo e museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que figuraram na exposição provisória pelo mesmo Instituto, em 7 de setembro de 1922, para comemorar o 1º. Centenário da Independência do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo especial, 1922, p. 476-527.

²⁰⁰ WILLIAMS, Daryle. Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 141-186, 1997, p. 143.

²⁰¹ FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 44.

²⁰² MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Reformas de ensino, modernização administrativa**: a experiência de Francisco Campos. Florianópolis: UFSC, 2000, p. 133.

²⁰³ FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 44.

pelo decreto n. 20.673, de 17 de novembro de 1931²⁰⁴. Possivelmente o gestor da BN aproveitou o momento das reformas educacionais e a transferência da instituição ao Ministério da Educação e Saúde Pública para propor a reestruturação do curso, tão desejado por Mario Behring, diretor da instituição nos anos 1920, como demonstrado no capítulo anterior.

A partir do exemplo da BN, a direção do MHN solicitou a criação do Curso de Museus. Em 24 de novembro de 1931, Rodolfo Garcia solicita ao Ministério autorização para elaborar projeto de decreto sobre o “restabelecimento do Curso de Museus”. No dia 30 do mesmo mês recebeu resposta positiva à sua proposta²⁰⁵.

Meses depois no relatório de atividades do ano de 1931, Garcia insiste na proposta de criação do Curso de Museus:

Duas sugestões, Sr. Ministro, cabem aqui, como propostas que tenho a honra de fazer, tanto para a maior eficiência administrativa, como para a consecução dos fins culturais da nossa instituição, eminentemente educacional. Uma é referente ao ‘Curso de Museus’. Já apresentei a V. Ex.^a um projeto de decreto, que espero venha a merecer a indispensável aprovação. Fundamentei-o nos objetivos de ordem técnica, que justificaram a criação recente do “Curso de Biblioteconomia”, da Biblioteca Nacional. O “Curso de Museus” habilitará esta Repartição com um pessoal especializado, que futuramente fornecerá à administração os funcionários de que necessitar, para os serviços deste Museu Histórico, ou dos congêneres institutos estaduais. A outra proposta é a de uma Inspetoria de Monumentos²⁰⁶.

Fica evidente que a proposta de criação do Curso de Museus não se destinava apenas a formar profissionais para o MHN, mas também para outros museus existentes no Brasil e que foi estimulada pela apresentação da proposta a reestruturação do Curso de Biblioteconomia da BN.

O Curso de Museus foi criado pelo decreto n. 21.129, de 7 de março de 1932, destinado ao ensino das matérias que interessavam ao Museu Histórico, conforme determinava o primeiro artigo do decreto. As disciplinas eram divididas em dois anos letivos, como apresentado no quadro abaixo:

²⁰⁴ CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000, p. 59-61.

²⁰⁵ Não foi localizado na correspondência expedida existente no Arquivo Institucional o ofício de Rodolfo Garcia propondo o Curso de Museus, bem como o projeto de decreto e a exposição de motivos. Apenas encontramos a resposta do Ministério autorizando a elaboração do projeto. Ofício do diretor geral de Expediente do Ministério da Educação e Saúde Pública ao diretor do Museu Histórico Nacional, em 30 de novembro de 1931. Museu Histórico Nacional, Arquivo Institucional, Correspondências, AS/DG2.

²⁰⁶ Relatório de Atividades do Museu Histórico Nacional em 1931, p. 14. Museu Histórico Nacional, Arquivo Institucional, Relatórios, AS/DG1.

Quadro 2 - Currículo do Curso de Museus

1º Ano	História política e administrativa do Brasil (Período Colonial) Numismática (Parte Geral) História da Arte (especialmente do Brasil) Arqueologia aplicada ao Brasil
2º Ano	História política e administrativa do Brasil (até atualidade) Numismática (Brasileira) e Sigilografia Epigrafia, Cronologia e Técnica de Museus

Fonte: Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932.

Segundo o artigo quarto do decreto, os professores do Curso de Museus seriam designados por portaria do diretor do Museu, entre os funcionários da repartição. No artigo décimo primeiro, ficou assegurado aos possuidores de certificado do Curso o direito de preferência absoluta para o preenchimento do lugar de 3º Oficial do Museu Histórico, bem como para promoção nos cargos do Museu.

A finalidade do Curso de Museus compartilhava da mesma proposta do Curso Técnico de 1922: o aproveitamento de seus egressos na carreira de Oficial. As disciplinas escolhidas para o currículo também estavam presentes no Curso Técnico, com exceção de “Técnica de Museus”.

O Curso de Museus pode ser considerado uma consequência das reformas educacionais implantadas no período de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde Pública com o intuito de desenvolver um ensino para a modernização do país, para a capacitação ao mercado de trabalho. Essa intenção encontra-se no discurso de Rodolfo Garcia, ao declarar aberto do Curso de Museu em seu primeiro dia de aula, em 4 de maio de 1932:

Ao declarar aberto o Curso de Museus, antes de outras considerações, devo encarecer o ato do governo, que o instituiu. Esse ato, se por um lado consulta aos altos propósitos da administração, de desenvolver a cultura nacional, ampliando a obra de educação que compete à Universidade do Rio de Janeiro, nos termos da recente lei que a organizou, por outro atende à necessidade de dotar o país de um corpo de técnicos e especialistas nos ramos de conhecimentos professados neste instituto e em seus congêneres nos Estados da Federação.

Nos tempos modernos, quer nas profissões ditas liberais, quer no campo científico, a especialização se torna cada vez mais necessária, cada vez mais exigida pelas condições da sociedade, sobretudo se atender ao formidável acúmulo dos conhecimentos em todos os setores da atividade humana.

O decreto que criou em 1922 o Museu Histórico Nacional, instituiu o curso técnico, comum à Biblioteca, ao Arquivo e ao Museu; mas essa criação, por motivos independentes da vontade dos dirigentes desses estabelecimentos, não teve realização prática. Assim, restaurado o Curso de Biblioteconomia para a Biblioteca Nacional, a diretoria do Museu achou-se na obrigação de pleitear para ele o curso que hoje vamos inaugurar.

Contando com a boa vontade e a dedicação de meus companheiros, ilustrados e competentes especialistas nas matérias que vão lecionar,

espero que havemos de fazer trabalho digno dos intuítos que presidiram à criação deste curso²⁰⁷.

3.2. Diálogos brasileiros com o *Office International des Musées*

Com o fim da Grande Guerra (1914-1918) e a assinatura do Tratado de Versalhes (1919), foi criada a *Société des Nations* – SDN²⁰⁸. Nesta época houve a intensificação do que se convencionou chamar cooperação intelectual internacional. Com esse propósito foi criado em 1922, no âmbito da SDN, a *Commision Internationale de Coopération Intellectuelle* – CICI²⁰⁹, sendo eleito seu primeiro presidente o filósofo francês Henri Bergson e contou com a participação do intelectual brasileiro Aloísio de Castro, entre 1922 e 1930. Por proposta do governo francês, em 16 de janeiro de 1926 foi criado o *Institut International de Coopération Intellectuelle* – IICI²¹⁰, com o intuito de organizar as reuniões da CICI e executar suas decisões, bem como agir em prol da cooperação intelectual no mundo. Como aponta Juliette Dumont, no momento do entreguerras, seria a Europa, e particularmente a França, a responsável por desenvolver o papel da cultura no processo de elaboração de uma política estrangeira. O IICI assumiria a função de propiciar trocas de bens materiais, mas também a de reforçar as relações intelectuais entre os países²¹¹.

Segundo José Armando Zema de Resende, diferentes significados foram atribuídos à “cooperação intelectual internacional” ao longo do tempo, bem como num mesmo período histórico. O adjetivo intelectual referia-se a ideias e a cooperação intelectual pretendia promover o entendimento mútuo por meio do intercâmbio e do diálogo nas áreas da educação, ciência e cultura. Não se tratava, nos anos 1920, de um diálogo entre civilizações e culturas diferentes, respeitando a diversidade do gênero humano segundo espírito relativista e antropológico moderno. Tratava-se antes de um ideal a ser atingido, de um humanismo universal, igualmente válido para todos os povos e culturas. A disseminação de valores de civilização considerados supremos, cuja difusão haveria de contribuir para a paz mundial. Era o

²⁰⁷ GARCIA, Rodolfo Augusto de Amorim. **Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1975, p. 3.

²⁰⁸ Em português Sociedade das Nações ou Liga das Nações.

²⁰⁹ Em português Comissão Internacional de Cooperação Intelectual.

²¹⁰ Em português Instituto Internacional de Cooperação Intelectual.

²¹¹ DUMONT, Juliette. **L’Institut international de coopération intellectuelle et le Brésil (1924-1946)**: Le pari de la diplomatie culturelle. Paris: Institut des Hautes Études de l’Amérique latine, 2008.

ideal da civilização e cultura europeias, da alta cultura sobretudo, a ser disseminado pelo mundo²¹².

Com a crise econômica e política na Europa a partir do final dos anos 1920 e na década seguinte, os ideais humanistas e universalistas da cooperação intelectual internacional foram postas em xeque. Por essa razão, a cooperação intelectual internacional vai se tornando cada vez mais apolítica, a fim de poder acomodar os diferentes interesses dos atores envolvidos e continuar existindo. A emergência do fascismo e do nazismo na Europa na década de 1930 cuidou de promover a separação entre o internacionalismo e a cultura. A cooperação intelectual torna-se, a partir de então, um instrumento de promoção internacional das culturas nacionais, muito próximo da propaganda política²¹³.

Numa das primeiras reuniões da Subcomissão de Letras e Artes do IICI, o historiador de arte Henri Focillon propõe a criação de uma entidade que tratasse exclusivamente dos museus. Em 1926 foi oficializado o *Office International des Musées*, como a primeira tentativa de se criar uma entidade internacional que reunisse os museus do mundo e seus profissionais²¹⁴. Os principais objetivos desse órgão eram “o estabelecimento de vínculos entre todos os museus do mundo, a organização de intercâmbios e congressos, assim como a unificação dos catálogos”²¹⁵. O OIM esteve em funcionamento entre 1926 e 1946, tendo interrompido seus trabalhos a partir de 1940 devido a ocorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e seria o antecedente do *International Council of Museums – ICOM*²¹⁶, criado em 1946.

Entre as atividades de destaque do OIM estão a organização de conferências com temáticas relativas ao campo dos museus e da proteção dos ditos monumentos históricos e artísticos. Ao longo da década de 1930, o OIM promoveu quatro grandes conferências, a saber: *Conférence internationale pour l'étude des méthodes scientifiques appliquées a l'examen et a la conservation des oeuvres d'art* (Roma, outubro 1930); *Conférence internationale pour la protection et la conservation des monuments d'art et d'histoire* (Atenas, outubro 1931); *Conférence internationale de*

²¹² RESENDE, José Armando Zema de. **A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938)**: dinâmicas de um processo. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2013, p. 2-3.

²¹³ Idem, p. 3.

²¹⁴ CRUZ, Henrique de Vasconcelos. **Era uma vez, há 60 anos atrás...**: O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus (Monografia). Rio de Janeiro, 2008.

²¹⁵ MAIRESSE, François. L'album de famille. **Museum International**, Paris, v. 50, n. 197, 1998, p. 25.

²¹⁶ Em português Conselho Internacional de Museus.

muséographie (Madrid, outubro e novembro 1934); *Conférence internationale des fouilles* (Cairo, março 1937). A publicação dos trabalhos apresentados nas conferências, principalmente as de Atenas e Madrid, tornaram-se referência para os profissionais de então, divulgados pela OIM como *Traité de la conservation des monuments d'art et d'histoire* (1933) e *Traité de muséographie* (1935).

Outra atividade de destaque do OIM foi a edição de periódicos de cunho técnico-científico e informativos do campo dos museus. A principal foi *Mouseion*²¹⁷, editada entre 1927 e 1946, iria tratar dos temas de central importância para os museus da época.²¹⁸ François Mairesse aponta que um terço das revistas tratavam de temas ligados à conservação ou restauração. No entanto, temas contemporâneos como o papel social dos museus nas sociedades, a educação, a função da pesquisa, da aquisição e da comunicação também eram abordados²¹⁹. Como informativos, divulgando notícias sobre os museus no mundo, editou dois periódicos: *Informations mensuelles* (1932-1934); e *Mouseion: supplément mensuel* (1936-1940). Todas as publicações do OIM eram na língua francesa, ainda considerada à época o estatuto de primeira língua diplomática²²⁰.

No Brasil, as notícias da criação do *Office International des Musées*, ocorreram logo depois de sua criação, a partir de relatório de Aloísio de Castro sobre a oitava sessão da CICI, em dezembro de 1926. Segundo o médico brasileiro, a criação da Repartição Internacional de Museus seria “um elemento poderoso entre os países para tornar conhecido no estrangeiro as artes nacionais”²²¹.

Nesta mesma época se iniciava a divulgação sistemática no Brasil das atividades do *Institut International de Coopération Intellectuelle*, através de Elyseu da Fonseca Montarroyos (1875-1940), diplomata e representante brasileiro do IICI, ao

²¹⁷ Entre 1930 e 1931, os números de *Mouseion* receberam o subtítulo de *Revue Internationale de Muséographie*.

²¹⁸ A revista *Mouseion* foi publicada ao longo de 15 anos, tendo sido interrompida durante a guerra e antecedeu a revista *Museum*, que nos anos 2000 passou a denominar-se *Museum International*, da UNESCO, que assumiu a sua missão de apresentar “a vida dos museus no mundo inteiro”. Cf. Idem, p. 25.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ MAIRESSE, François. O museu inclusivo e a museologia mundializada. In: SCHEINER, Tereza et al. **Termos e conceitos da museologia**: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2012, p. 36.

²²¹ Cf. RESENDE, José Armando Zema de. **A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938)**: dinâmicas de um processo. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2013, p. 26.

qual o OIM estava vinculado.²²² Em artigo no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, Montarroyos apresentava sua visão sobre a importância das ações do IICI:

Obra imensa, difícil, universal e de incalculável utilidade, um dos seus aspectos mais interessantes é o da influência salutar que exercerá, por suas reações, nos diversos países que para ela contribuirão. Cada um destes experimentarà tal influência sob a forma de vivos e constantes estímulos à cultura do seu povo²²³.

Montarroyos acreditava na importância da propaganda brasileira nesse Instituto e defendia a entrada do Brasil para o círculo fechado das “nações mais civilizadas”, ou seja, “[...] ser levado a sério por uma Europa cujo monopólio da cultura que se havia arrogado começava a ser questionado. Estamos na frente do velho complexo do Novo Mundo que tem que provar ao Antigo que não está mais ‘na infância da civilização’”²²⁴.

Para José Armando Zema de Resende a participação brasileira nos trabalhos de cooperação intelectual internacional patrocinados pela Sociedade das Nações a partir de 1922, por intermédio da CICI e do IICI, foi grandemente motivada pela necessidade de o Brasil fazer-se representar nas instâncias criadas pela Sociedade das Nações, o que trazia prestígio ao país, e menos por um desígnio claro e refletido de política internacional, amparado por um entendimento preciso a respeito dos benefícios que a cooperação intelectual internacional poderia trazer ao país em termos de progresso das suas instituições educacionais e científicas e de projeção, no exterior, da imagem do Brasil. Essa participação conjugou interesses e conveniências pessoais com possibilidades de atuação internacional em novos campos que se abriam no cenário internacional²²⁵.

A inserção do país nesse campo deu-se de forma dependente ou subordinada, a exemplo do que ocorria no campo das relações econômicas e comerciais internacionais no mesmo período. Foi portanto a partir da necessidade de reagir a uma nova situação que se criou no cenário internacional, e da reflexão sobre como reagir a ela, que foi se consolidando no Governo brasileiro e no

²²² Sobre Eliseu Montarroyos ver Idem, p. 50-62.

²²³ MONTARROYOS, Eliseu. Sobre a Associação Brasileira de Imprensa. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1929, p. 4.

²²⁴ DUMONT, Juliette. O Brasil no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (1924-1946): primeiro passo na construção de uma diplomacia cultural. In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Mônica Leite. **A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, p. 54.

²²⁵ RESENDE, José Armando Zema de. **A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938): dinâmicas de um processo**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2013, p. 61-62.

Itamaraty em particular, a percepção de que as relações internacionais do país haviam também de ser geridas no âmbito da dimensão cultural e intelectual²²⁶.

A propaganda brasileira no IICI também contou com os museus. Em comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública publicado em janeiro de 1933 no jornal *Diário da Manhã* intitulada “Cooperação Internacional dos Museus”, era destacada a importância da divulgação das atividades desenvolvidas nos museus brasileiros para serem divulgadas nos periódicos do OIM:

É essa uma propaganda eficaz, e sem ônus, que os museus públicos e particulares poderão realizar na esfera de sua competência e que as demais instituições culturais brasileiras completarão, cada qual no terreno de sua atividade respectiva, utilizando oportunidades análogas, de modo que, nos meios adiantados, do velho mundo e da América, não resulte da falta de dados sobre o nosso progresso cultural a errônea impressão de ser ele inexistente²²⁷.

As inaugurações do Museu Nacional de Belas Artes e do Museu Imperial e a criação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos são exemplos de notícias vinculadas a publicações do OIM na construção positiva de uma imagem de si do Brasil no exterior²²⁸. Além da divulgação dos museus brasileiros, os conhecimentos apresentados nas páginas dos livros e revistas da OIM também eram divulgados em jornais no Brasil. Na matéria “A arquitectura e a instalação dos museus locais” no *Correio da Manhã* de fevereiro de 1936 são apresentados em linhas gerais, artigo publicado por Virgil Bierbauer sobre o tema na revista *Mouseion*²²⁹.

Em depoimento sobre as atividades da Diretoria Geral de Informações, Estatísticas e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde, Germano Jardim destacou a importância de Eliseu Montarroyos na divulgação das atividades do IICI no Brasil e das ações brasileiras no referido Instituto:

Particularmente quanto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, de Paris, centro de documentação e pesquisas educacionais, literárias, artísticas e científicas, abrangendo o preparo de certames culturais e

²²⁶ Idem, p. 62.

²²⁷ Cooperação Internacional dos Museus (Comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública). *Diário da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1933.

²²⁸ Le nouveau Musée National Brésilien. **Mouseion**: supplément mensuel, Paris, abr. 1938, p. 7-8 ; Um nouveau musée au Brésil, le Musée Impérial. **Mouseion**: supplément mensuel, Paris, maio/jun. 1940, p. 20-21; Le protection des sites au Brésil. **Mouseion**: supplément mensuel, Paris, maio/jun. 1940, p. 21.

²²⁹ A arquitectura e a instalação dos museus locais (Comunicado da Directoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1936.

múltiplos aspectos de intercâmbio nos diversos domínios do trabalho intelectual, as contribuições da Diretoria Geral de Informações, Estatísticas e Divulgação, constantes de artigos, memórias, notícias, *surveys* e monografias especiais foram grandemente apreciadas e transcritas em publicações de circulação universal. O nome do comandante Eliseu Montarroyos, que em Paris foi delegado do Brasil junto ao Instituto, ficou intimamente ligado ao desenvolvimento dessa cooperação entre nós, de cujas atividades ele participou anos seguidos, animando também a coordenação dos esforços de várias instituições com o formoso desígnio de ampliar no estrangeiro o conhecimento da vida social brasileira e firmar definitivamente o respeito pela nossa civilização. A morte colheu, não há muito, esse ilustre oficial que, nos privilégios da inteligência, como no sentido das aspirações patrióticas, prestou reais serviços ao Brasil. Graças às comunicações recebidas do comandante Montarroyos, com quem a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação manteve larga correspondência, foi possível trazer o público intelectual brasileiro sempre informado sobre interessantíssimos aspectos das diferentes atividades do Instituto de Cooperação Internacional, de Paris. Atendendo às solicitações do delegado brasileiro na capital francesa e às da própria Comissão de Cooperação Intelectual, de Genebra, foram encaminhados a um regular número de instituições europeias de alta cultura estudos e trabalhos especiais, expressamente elaborados pela Diretoria de Estatística do Ministério da Educação²³⁰.

Montarroyos distribuía exemplares da revista *Mouseion* entre instituições culturais como a Biblioteca Nacional, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Museu Histórico Nacional²³¹, circulando entre os estudiosos brasileiros dos museus e do patrimônio as publicações do OIM. Um exemplo foi Luiz Camillo de Oliveira Netto, então diretor da Casa de Rui Barbosa, que ao saber da solicitação do ministro Gustavo Capanema à Mário de Andrade de um “plano visando amparar os nossos monumentos históricos e artísticos”, escreve-lhe carta em março de 1936 indicando ao escritor paulista o livro *La conservation des monuments d’Art et d’Histoire*, publicado pelo IICI, considerando-o “excelente”²³².

Com relação ao Museu Histórico Nacional, e mais especificamente o Curso de Museus, a recepção das atividades e dos conhecimentos empírico-descritivos presentes nas publicações do *Office International des Musées* foi presente desde os primeiros anos de funcionamento.

Na disciplina Técnica de Museus, criada em 1932 e oferecida a partir do ano seguinte, ministrada por Gustavo Barroso, pouco se sabe de seu conteúdo nos

²³⁰ JARDIM, Germano G. **Administração pública e a estatística**. Rio de Janeiro: DIP, 1941, p. 129-130.

²³¹ Cópia de correspondência de Eliseu Montarroyos, delegado brasileiro junto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, ao Ministro das Relações Exteriores, em 2 de abril de 1937. Museu Histórico Nacional, Divisão de Controle do Patrimônio, Processo 9/37, Documento n. 1.

²³² Carta de Luiz Camillo de Oliveira Netto para Mário de Andrade, em 17 de março de 1936. Cf. PENNA, Maria Luiza (org.). **Correspondência**: Mário de Andrade & Luiz Camillo de Oliveira Netto. São Paulo: USP, 2013, p. 157-174.

primeiros anos. Uma das poucas referências sobre as publicações usadas pelo escritor para elaborar a disciplina foi a entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, em abril de 1934, pelo professor de Arqueologia do curso, Anygone Costa, onde informa o uso de publicação francesa sobre museus:

Ao dr. Gustavo Barroso devemos a organização magnífica por ele dada à cadeira complexa que lhe coube lecionar: Técnica de Museus, matéria inteiramente nova no Brasil. Senhor de uma larga cultura, o ilustre escritor não teve dificuldades em redigir seu admirável programa agora em completa evidência, diante da publicação do livro “Musées”, primeiro da coletânea “Les Cahiers de la République des Létres des Sciences et des Arts de Paris”, onde as maiores autoridades na matéria demonstram que o ponto de vista escolhido aqui é o melhor²³³.

A publicação referida era o número da revista *Les Cahiers de la République des Létres des Sciences et des Arts*, de Paris, que tratava de questões centrais para o campo dos museus no início da década de 1930, apresentando “concepções museográficas” diversas e contemplando temas contemporâneos como a função da “educação social”, a “utilização científica das coleções” e o papel dos museus nacionais como “instrumentos de propaganda”²³⁴.

A publicação foi organizada por Pierre Berthelot, G. Brunon Guardia e Georges Hilaire, teve um inquérito internacional sobre a reforma das galerias (museus) públicas organizado por George Wildenstein e textos de profissionais – iniciantes e renomados – dos seguintes países: França, Holanda, Suíça, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Espanha e União Soviética. Entre os autores, destaca-se a presença de Henri Verne, Henri Focillon, Georges Henri Rivière, Salomon Reinach, Ralph Clifton Smith, Francesco Pellati, Alvarez de Sotomayor e Théodore Schmit²³⁵.

Alguns dos autores citados fizeram parte das atividades do OIM. Provavelmente Barroso adquiriu esta publicação em sua viagem à França, entre agosto e outubro de 1931, como correspondente e editor da revista *Fon-Fon*, período este que estava afastado da direção do MHN.

O Curso de Museus também foi divulgado nas publicações do OIM em seus primeiros anos de existência. A primeira notícia foi publicada em 1934, na revista *Informations Mensuelles*, onde anunciou a criação do Curso de Museus no Rio de

²³³ A expansão da cultura brasileira. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 abr. 1934, p. 1; 8.

²³⁴ D’ESPEZEL, Pierre; HILAIRE, Georges. Avant-propos. **Les Cahiers de la République des Létres des Sciences et des Arts**: Musées, Paris, n.13, p.5-12, 1931.

²³⁵ BERTHELOT, Pierre et al. (Org.) **Les Cahiers de la République des Létres des Sciences et des Arts**: Musées, Paris, n.13, 1931.

Janeiro, evidenciando a formação ligada a uma demanda profissional existente no seio dessa instituição:

Le Musée historique National du Brésil a organisé une série de cours sur l'Histoire du Brésil, la technique muséographique, la numismatique, l'histoire de l'art, l'archéologie du Brésil, l'épigraphie et la chronologie. Ce cours comprennent deux séries et sont faits par le personnel du Musée, sous la direction du Dr. Gustavo Barroso, qui est à la du Musée. La diplôme crée en 1932 sera décerné pour la première fois cette année. Les élèves diplômés auront la préférence sur les autres candidats en ce qui concerne les nominations dans le cadre des fonctionnaires. En 1933, 24 étudiants se sont fait inscrire²³⁶.

Nesse mesmo ano Barroso era indicado pelo ministro da Educação e Saúde Pública, representante brasileiro na *Commission Internationale des Monuments Historiques*, do OIM²³⁷. Segundo Jean-Jacques Renoliet, o programa da Commission comportava diversas ações, dentre as quais:

Une action morale et éducative pour favoriser le respect et la sauvegarde des chefs-d'oeuvre par tous les peuples; une action législative et administrative visant à protéger juridiquement les monuments – notamment ceux considérés comme appartenant au patrimoine commun d l'humanité –; une action technique pour déterminer la nature des matériaux utilisés pour consolider des édifices; l'établissement d'une documentation internationale sur les monuments historiques nationaux²³⁸.

Outra iniciativa foi o convite ao Museu Histórico Nacional de representar o Brasil na *Conférence internationale de muséographie*, que seria organizada pela OIM em Madrid, Espanha, em outubro de 1934. O convite foi dirigido, primeiro ao Ministro da Educação e Saúde Pública, que negou a solicitação alegando questões financeiras²³⁹.

²³⁶ Informations diverses. **Informations Mensuelles**, Paris, ago./set. 1934. p. 18-19.

²³⁷ Ofício de Washington Pires, ministro da Educação e Saúde Pública, para Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional, em 4 de junho de 1934. Museu Histórico Nacional, Arquivo Institucional, Correspondências, AS/DG2.

²³⁸ RENOLIET, Jean-Jacques. **L'UNESCO oubliée**: la Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946). Paris: Publications de la Sorbonne, 1999, p. 311.

²³⁹ Diversas notas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 out. 1934, p. 6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacidade de modificação do panorama de desenvolvimento da Museologia no Brasil relaciona-se em muito com a realização de exercícios investigativos dispostos a promover a ampliação dos caminhos anteriormente conhecidos pelas fontes ditas formais. Nas últimas décadas, ampliou-se o número de estudos tratando da historicidade dos cursos de formação de profissionais de museus e da Museologia como disciplina acadêmica. Especificamente, com os estudos sobre termos e conceitos da Museologia desenvolvidos pelo Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus (ICOFOM/ICOM) e a publicação do *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie* (2011), organizado por Andrés Desvallées e François Mairesse, estimulou-se ainda mais o estudo da constituição da Museologia como disciplina, em diferentes realidades geopolíticas, inclusive no Brasil.

Outras publicações que tratam dessa historicidade da Museologia enquanto área de conhecimento foram os tratados e manuais, onde se destacam capítulos específicos sobre a temática. Destacamos os livros de Ivo Maroevic (*Introduction to Museology*), Francisca Hernandez Hernandez (*Planteamientos Teóricos de la Museologia*) e de Jesus Pedro Lorente (*Manual de Historia de la Museología*), esta última dedicada exclusivamente à temática.

Uma das possibilidades desses novos caminhos desbravados a partir de novas abordagens é considerar a criação do Curso de Museus a partir de duas confluências. A primeira delas, endógena do contexto brasileiro, se relaciona à demanda por profissionais para atuarem no próprio Museu Histórico Nacional, o que foi apontada desde a sua criação em 1922; e a segunda, exógena, baseada nas ideias e correntes de pensamento sobre os museus disseminadas principalmente pelo *Office International des Musées*, a partir dos anos 1920.

Partindo desses diálogos internacionais podemos localizar o início do uso do termo “Museologia” para designar os saberes e fazeres empírico-descritivos na trajetória do campo. Como consequência da troca de correspondência entre a direção do Museu Histórico Nacional com o representante brasileiro no IICI para a participação da Conferência de Museografia, realizada em Madrid, em outubro de 1934, iniciou-se o uso do termo na documentação administrativa para designar, mesmo que informalmente, conteúdos específicos do Curso de Museus. Um exemplo foi o relatório de atividades executadas pelo MHN datado de janeiro de 1935, escrito pelo diretor Gustavo Barroso, e citado no início desta dissertação.

No plano internacional Ivo Maroevic identifica que no início a Museologia era identificada com a ideia de Museografia, ou seja, lidava com a descrição de procedimentos envolvidos no processo de coleta e gestão de objetos reunidos em coleção. O desenvolvimento da disciplina, segundo o autor, pode ser rastreado por tratados e livros escritos sobre os problemas de coleções e museus, bem como o aparecimento de revistas especializadas e associações que congregavam profissionais de museus, e dos primeiros cursos de formação²⁴⁰.

Trazendo esta perspectiva para a realidade brasileira os marcos definidores da Museologia como disciplina de Maroevic, a criação do Curso de Museus (1932), a publicação dos dois volumes da obra *Introdução à Técnica de Museus* (1946-1947), de Gustavo Barroso, o início da publicação dos *Anais do Museu Histórico Nacional* (1940) e do *Anuário do Museu Nacional de Belas Artes* (1938-1939), e a criação do Comitê Brasileiro do ICOM (1948), podem ser identificados como marcos fundadores da constituição da Museologia enquanto campo profissional e de conhecimento nos anos 1930 e 1940.

Campo de estudo ainda incipiente no país, porém com grandes possibilidades de novas perspectivas em pesquisas, esperamos ter aberto novos olhares sobre a História da Museologia, partindo das primeiras tentativas de sistematizar o ensino de conhecimentos empírico-descritivos sobre museus no Brasil, apresentando as mudanças de perspectivas que aderem aos movimentos da sociedade. Acreditamos que ampliamos o potencial inventivo e reinventivo do museu e da própria Museologia ao estudar a História da Museologia brasileira.

²⁴⁰ MAROEVIC, Ivo. **Introduction to Museology**: the European approach. Munique: Verlag Dr. Christian Müller-Straten, 1998, p. 74.

REFERÊNCIAS

Fontes

Manuscritas e datilografadas:

Arquivo Nacional

- Informação sobre a organização do Museu da Independência, pelo Secretário Geral da Comissão Executiva do Centenário da Independência, em 30 de dezembro de 1921. Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.
- Informação do Ministro da Justiça sobre a Subcomissão do Museu da Independência, em 14 de janeiro de 1922. Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.
- Informação sobre os trabalhos da Subcomissão do Museu da Independência por Luiz Gastão d'Escragnolle Dória, em 11 de março de 1922. Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.
- Ofício de Noronha Santos ao Prefeito do Distrito Federal, em 31 de janeiro de 1922. Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.
- Ofício de Noronha Santos ao Secretário Geral da Comissão Executiva do Centenário da Independência, em 10 de fevereiro de 1922. Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.
- Pareceres de Escragnolle Dória e Conde de Afonso Celso sobre o Museu da Independência, em 17 de fevereiro de 1922. Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.

- Parecer de Bruno Lobo sobre o Museu da Independência, em 4 de março de 1922. Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.
- Parecer de Escragnolle Dória sobre o Museu da Independência, de 10 de março de 1922. Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.
- Parecer de Manoel Cícero Peregrino da Silva sobre o Museu da Independência, em 20 de março de 1922. Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.
- Informação sobre a Subcomissão do Museu da Independência, pelo Secretário Geral da Comissão Executiva do Centenário da Independência, em 23 de março de 1922. Fundo Comissão Executiva do Centenário da Independência, Caixa 2383.
- Minuta de ofício do diretor do Arquivo Nacional ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 3 de abril de 1923. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, AN 583.
- Programa para a cadeira Diplomática e Cronologia do Curso Técnico, por Alexandre Maximiliano Kitzinger, em 9 de abril de 1923. Fundo Arquivo Nacional, AN 583.
- Programa para a cadeira História Política e Administrativa do Brasil do Curso Técnico, por Eduardo Marques Peixoto, em 10 de abril de 1923. Fundo Arquivo Nacional, AN 583.

- Ofício do diretor geral interino da Biblioteca Nacional ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 1 de março de 1923. Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 70, 01, 07.
- Aviso do ministro da Justiça e Negócios Interiores ao diretor da Biblioteca Nacional, em 22 de março de 1923. Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 69, 01, 01
- Ofícios do diretor interino da Biblioteca Nacional aos diretores do Museu Histórico Nacional e do Arquivo Nacional, em 5 de abril de 1923. Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 70, 01, 07.
- Memorando de João Gomes do Rego a Aurelio Lopes de Souza, em 6 de abril de 1923. Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 69, 01, 02.
- Memorando de Cassius Berlink a Aurelio Lopes de Souza, em 9 de abril de 1923. Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 69, 01, 02.
- Memorando de Constancio Alves a Aurelio Lopes de Souza, em 13 de abril de 1923. Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 69, 01, 02.
- Ata da reunião entre os diretores do Museu Histórico Nacional, Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, em 10 de abril de 1923. Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 69, 01, 02.
- Ofício do diretor geral interino da Biblioteca Nacional ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 16 de abril de 1923. Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 70, 01, 07.
- Ofício do diretor geral da Diretoria do Interior do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao diretor geral interino da Biblioteca Nacional, em 25 de maio de 1923. Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 69, 01, 01;

- Ofício do diretor geral interino da Biblioteca Nacional ao diretor geral da Diretoria do Interior do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 28 de maio de 1923. Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 70, 01, 07.
- Aviso do ministro da Justiça e Negócios Interiores ao diretor da Biblioteca Nacional, em 15 de junho de 1923. Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 69, 01, 01.
- Ofício do diretor geral da Biblioteca Nacional ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 14 de março de 1924. Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 70, 01, 08.
- Aviso do ministro da Justiça e Negócios Interiores ao diretor da Biblioteca Nacional, em 27 de março de 1924. Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 69, 01, 03.
- Ofícios do diretor da Biblioteca Nacional aos diretores do Museu Histórico Nacional e do Arquivo Nacional, em 3 de abril de 1924. Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 70, 01, 09.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- Substitutivo ao Projeto da Câmara dos Deputados n. 278 de 1916. Coleção Afonso Celso, DL 430.30.

Museu Histórico Nacional

- Relatório de atividades do Museu Histórico Nacional em 1925, 1926, 1930, 1931, 1934. Arquivo Institucional, AS/DG1
- Ofício do diretor do Museu Histórico Nacional ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 13 de março de 1923. Arquivo Institucional, Correspondências, AS/DG2.

- Ofício do diretor geral de Expediente do Ministério da Educação e Saúde Pública ao diretor do Museu Histórico Nacional, em 30 de novembro de 1931. Arquivo Institucional, Correspondências, AS/DG2.
- Ofício de Washington Pires, ministro da Educação e Saúde Pública, para Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional, em 4 de junho de 1934. Arquivo Institucional, Correspondências, AS/DG2.
- Cópia de correspondência de Eliseu Montarroyos, delegado brasileiro junto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, ao Ministro das Relações Exteriores, em 2 de abril de 1937. Divisão de Controle do Patrimônio, Processo 9/37, Documento n. 1.

Impressas:

A architecture e a instalação dos museus locais (Comunicado da Directoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública). **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 25 fev. 1936.

A Comemoração da Independência Nacional. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 12 out. 1922, p. 3.

A expansão da cultura brasileira. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 abr. 1934, p. 1; 8.

As nomeações do ministro da Educação. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 dez. 1930, p. 2.

BARROSO, Gustavo. Museu Histórico Brasileiro. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, dez. 1920.

BEHRING, Mario. **A Bibliotheca Nacional em 1924**. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1929.

BEHRING, Mario. **A Bibliotheca Nacional em 1927**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1930.

BERTHELOT, Pierre et al. (Org.) **Les Cahiers de la République des Léttres des Sciences et des Arts**: Musées, Paris, n.13, 1931.

Bibliotheca Nacional. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 24 mar. 1923, p. 8936.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Exposição Internacional do Centenário, Rio de Janeiro (1922-1923)**: Relatório dos Trabalhos. 2 v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926-1931.

CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CAVALCANTI, João Alcides Bezerra. **Arquivo Nacional dos Estados Unidos do Brasil, Relatório anual do diretor referente a 1924**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Arquivo Nacional, 1925.

CAVALCANTI, João Alcides Bezerra. **Arquivo Nacional dos Estados Unidos do Brasil, Relatório anual do diretor referente a 1928**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Arquivo Nacional, 1930.

Cooperação Internacional dos Museus (Comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública). **Diário da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1933.

Creação Benemerita. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 ago. 1922, p. 1.

CUVELIER, J.; STAINIER, L. **Congrès de Bruxelles 1910**: Actes. Bruxelles: Commission permanente des Congrès internationaux des Archivistes et des Bibliothécaires, 1912.

D'ESPEZEL, Pierre ; HILAIRE, Georges. Avant-propos. **Les Cahiers de la République des Lettres des Sciences et des Arts**: Musées, Paris, n.13, p.5-12, 1931.

Diversas notas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 out. 1934, p. 6.

DÓRIA, Luiz Gastão d'Escragnolle. **O Museu Histórico do Arquivo Nacional**: seu papel como museu do Estado. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Arquivo Nacional, 1919.

DUMANS, Adolpho. **A ideia da criação do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Olímpica, 1947.

E ninguém sabia!... O Brasil possui o seu Museu Histórico desde 1883. **A Rua**, 11 maio 1919.

Formação de técnicos para os museus brasileiros (Comunicado da Directoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública). **Diário da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1935, p. 2.

GARCIA, Rodolfo Augusto de Amorim. **Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1975.

Informations diverses. **Informations Mensuelles**, Paris, ago./set. 1934. p. 18-19.

JARDIM, Germano G. **Administração pública e a estatística**. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

Le nouveau Musée National Brésilien. **Mouseion**: supplément mensuel, Paris, abr. 1938, p. 7-8.

Le protection des sites au Brésil. **Mouseion**: supplément mensuel, Paris, maio/jun. 1940, p. 21.

LOBO, Bruno. O Museu Nacional de História Natural. **Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 13-26, 1919.

MONTARROYOS, Eliseu. Sobre a Associação Brasileira de Imprensa. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1929.

Museu histórico. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 22 maio 1917, p. 2.

Museu Histórico. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 12 out. 1922, p.3.

Museu Histórico. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 17 ago. 1922, p. 3.

Museu Nacional. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1922, p. 5.

Museu Nacional. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 26 abr. 1922, p. 10.

POLIANO, Luiz Marques. O Museu Histórico Nacional: seu 17º. aniversário. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 6, 22 out. 1939.

O centenário do Museu Nacional. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, 7 jun. 1918, p. 8.

O Museu Histórico do Brasil. **A Rua**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1918, p. 1.

O Museu Histórico Nacional. **Fon Fon**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 42, 21 out. 1922.

Para comemorar dignamente a passagem do centenário da independência. **A Noite**, Rio de Janeiro, 17 nov. 1919, p. 1.

Pobre Museu Histórico! Nem o Congresso lhe conhece a existência... **A Epoca**, Rio de Janeiro, 15 set. 1919.

PORTELLA, Joaquim Pires Machado. **Relatório apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em março de 1874**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

Primores reunidos em nosso Museu Histórico. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 2 ago. 1923.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Seixos rolados**: estudos brasileiros. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado e Cia, 1927.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Conferências, discursos, comunicações**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1938.

Solenizando o centenário da sua fundação, o Museu Nacional realizou uma sessão memorável. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 jun. 1918, p. 3.

Un nouveau musée au Brésil, le Musée Impérial. **Mouseion**: supplément mensuel, Paris, maio/jun. 1940, p. 20-21.

Vamos ter finalmente o museu histórico. **A Pátria**, Rio de Janeiro, 17 ago. 1922.

Bibliografia

BARBILLON, Claire. A Escola do Louvre (1882-2012), ou a aliança da História da Arte com a Museologia. In: BARJA, Wagner (org.). **Gestão museológica: questões teóricas e práticas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

BITTENCOURT, Feijó. **Vida de Manuel Cícero Peregrino da Silva**. Rio de Janeiro: MEC/SD, 1967.

BURKE, Peter. **O historiador como colonista**. Tradução Roberto Muggiati. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARRAZZONI, Maria Elisa. Estágio de Museologia na França. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.19, p. 176-197, 1968.

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Minc/IBRAM, 2009.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. **Era uma vez, há 60 anos atrás...: O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus (Monografia)**. Rio de Janeiro, 2008.

CUSHMAN, Karen. Museum Studies: the beginnings, 1900-1926. **Museum Studies Journal**, São Francisco, v. 1, n. 3, 1984.

DIAS, Antônio Caetano. **O ensino da Biblioteconomia no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, 1957.

DUMONT, Juliette. **L'Institut international de coopération intellectuelle et le Brésil (1924-1946): Le pari de la diplomatie culturelle**. Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique latine, 2008.

DUMONT, Juliette. O Brasil no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (1924-1946): primeiro passo na construção de uma diplomacia cultural. In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Mônica Leite. **A quarta dimensão das relações internacionais**: a dimensão cultural. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

ELKIN, Noah Charles. 1922, o encontro do efêmero com a permanência: as Exposições (Inter)Nacionais, os museus e as origens do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 121-140, 1997.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **O caráter educativo do Museu Histórico Nacional**: o Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro, 1922-1958). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Evolução do Ministério da Educação e Saúde**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração, 1954.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

GOMES, Angela de Castro. República e História do Brasil: Viriato Corrêa e uma história ensinável. In: YAZBECK, Dalva Carolina; ROCHA, Marios Bessa Mendes da. **Cultura e história da educação**: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora: UFJF, p. 9-19, 2009.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museu e Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 78-85, 2010 [Publicado originalmente em 1979].

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Presença dos museus no panorama político-científico-cultural. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 195-202, 2010 [Publicado originalmente em 1989].

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museologia: formação profissional no Brasil: a proposta do Instituto de Museologia de São Paulo / Fesp. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 253-262, 2010 [Publicado originalmente em 1990].

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. **Planteamientos teóricos de la Museología**. Gijón: Trea, 2006.

LINS, Vera. **Gonzaga Duque: a estratégia do franco-atirador**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever história nos museus? **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 107-130, 2002.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Troféus da Guerra perdida: um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

MAIA, Augusto Moreno. **A construção do Curso de Arquivologia da UNIRIO: dos primeiros passos à maturidade universitária?** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

MAIRESSE, François. L'album de famille. **Museum International**, Paris, v. 50, n. 197, 1998.

MAIRESSE, François. O museu inclusivo e a museologia mundializada. In: SCHEINER, Tereza et al. **Termos e conceitos da museologia**: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2012.

MAROEVIC, Ivo. **Introduction to Museology**: the European approach. Munique: Verlag Dr. Christian Müller-Straten, 1998.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Reformas de ensino, modernização administrativa**: a experiência de Francisco Campos. Florianópolis: UFSC, 2000.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

NAZARETH, Gilson do Coutto. **Fundamentos epistemológicos da Museologia**: uma proposta ao problema curricular. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória**: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

PEDRO LORENTE, Jesús. **Manual de historia de la museología**. Gijón: Trea, 2012.

PENNA, Maria Luiza (org.). **Correspondência**: Mário de Andrade & Luiz Camillo de Oliveira Netto. São Paulo: USP, 2013.

PUPIO, María Alejandra. Coleccionistas de objetos históricos, arqueológicos y de ciencias naturales en museos municipales de la provincia de Buenos Aires en la década de 1950. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12 (suplemento), p. 205-229, 2005.

RENOLIET, Jean-Jacques. **L'UNESCO oubliée**: la Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946). Paris: Publications de la Sorbonne, 1999.

RESENDE, José Armando Zema de. **A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938)**: dinâmicas de um processo. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

SÁ, Ivan Coelho de. História e memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 39, p.10-42, 2007.

SÁ, Ivan Coelho de. Formação em Museologia no Brasil: a contribuição da UNIRIO e as recentes transformações. In: BARJA, Wagner (org.). **Gestão museológica**: questões teóricas e práticas. Brasília: Câmara dos Deputados, p. 123-129, 2013.

SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 31-58, jul./dez. 2013.

SCHEINER, Tereza Cristina. Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país chamado Brasil. **Apontamentos, Memória e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 14-34, jan. / jun. 1994.

SCHEINER, Tereza Cristina. Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos. **Museu**: instituição de pesquisa. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, p. 85-100, 2005.

SCHEINER, Tereza Cristina. Museologia e Patrimônio: interfaces disciplinares entre a França e o Brasil. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 33, n. 2, p. 313-334, 2009.

SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978**: o perfil acadêmico-profissional. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C. A trajetória do ensino da Museologia no Brasil. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 76-88, maio / jun. 2013.

TAYLOR, Francis Henry. **Babel's tower**: the dilemma of the modern museum. New York: Columbia University Press, 1945.

VERNE, Henri. La fondation et le développement de l'École du Louvre. In: **L'École du Louvre, 1882-1932**. Paris: Bibliothèque de l'École du Louvre, 1932.

VESENTINI, Carlos Alberto. A instauração da temporalidade e a (re)fundação na história: 1937 e 1930. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 104-121, out./dez. 1986.

VICENTE, Silvana Moreli. **Cartas provincianas**: correspondência entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. **Reforma administrativa na era de Vargas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

WERNECK, Heloisa Cabral da Rocha. **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**: projeto de reforma. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira Biblioteconômica, 1942.

WILLIAMS, Daryle. Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 141-186, 1997.

ANEXOS

ANEXO A – OFÍCIO DO DIRETOR GERAL INTERINO DA BIBLIOTECA NACIONAL AO MINISTRO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, EM 1 DE MARÇO DE 1923²⁴¹

1º. de Março de 1923.

107

Sr. Ministro

A Biblioteca Nacional, por disposição expressa do Regulamento que tinha, de 11 de julho de 1911, manteve até o ano próximo findo em curso de biblioteconomia servindo pelos bibliotecários diretores de seção e destinado ao preparo profissional de seus funcionários e de pessoas estranhas que quisessem especializar-se. Este curso foi substituído no atual Regulamento, de 6 de setembro último, por outro com o mesmo fim, denominado Curso técnico, já não privativo mas comum ao Arquivo Nacional e Museu Histórico Nacional.

Tendo pois de ser feito o ensino, neste curso, com a cooperação dos três estabelecimentos, far-se-ia mister a existência a esse respeito, nos regulamentos dos mesmos, de disposições comuns, adequadas e concordes. O da Biblioteca Nacional (arts. 36 a 52) de fato as consigna, e da mesma sorte o do Museu Histórico; mas o do Arquivo Nacional, que não foi reformado, nenhum preceito contem sobre o assunto.

Assim sendo, e não se podendo dispensar para o dito Curso técnico a colaboração do Arquivo, ou outra qualquer que a supra, tem esta Diretoria da honra de consultar-vos si devo, na forma do art. 40 do Regulamento, mandar abrir a matrícula, em 16 deste mês, para a frequência no referido curso.

Saúde e fraternidade

Ao Sr. Dr. João Luiz Alves,
Ministro da Justiça e Negócios Interiores

O Diretor Geral, interino,
Aurelio Lopes de Souza

²⁴¹ Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 70, 01, 07.

**ANEXO B – OFÍCIO DO DIRETOR DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL AO
MINISTRO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, EM 13 DE MARÇO DE
1923²⁴²**

13 de Março de 1923

180

Exmo. Sr. Dr. João Luiz Alves
D. D. Ministro da Justiça e Negócios Interiores

Devido às atuais condições de instalação do MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, descritas em meu Relatório de 15 de Fevereiro pretérito, impossível é iniciar agora o Curso técnico (parte que lhe diz respeito), constante do dec. n. 15.596, de 2 de Agosto de 1922, cap. VI, art. 55 e seguintes.

Só depois da entrega total do prédio onde o mesmo apenas ocupa duas salas, insuficientes até para a simples exposição de objetos históricos, ser-me-á dado cumprir aqueles dispositivos legais.

Tem toda a oportunidade a comunicação supra.

Apresento a V. Ex. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Diretor

²⁴² Museu Histórico Nacional, Arquivo Institucional, Correspondências, AS/DG2.

**ANEXO C – MINUTA DE OFÍCIO DO DIRETOR DO ARQUIVO NACIONAL AO
MINISTRO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, EM 3 DE ABRIL DE 1923²⁴³**

Secretaria
Minuta n. 92

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1923.

Exmº. Snr. Ministro da Justiça e
Negócios Interiores

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a., que dando cumprimento ao disposto no art. 38 do Regulamento que baixou com o Decreto nº. 15.670, de 6 de setembro de 1922, em data de 24 do mês de março próximo findo designei os chefes de seção desta Repartição Bacharéis Eduardo Marques Peixoto e Alexandre Maximiliano Kitzinger para regerem, respectivamente, as aulas sobre “História política e administrativa do Brasil” e “Cronologia e Diplomática”, do Curso Técnico, instituído por aquele Decreto e destinado a habilitar os candidatos aos cargos iniciais daquela Biblioteca, do Museu Histórico e deste Arquivo.

Esta Diretoria aguarda daqueles funcionários os respectivos programas e o entendimento com o Diretor da Biblioteca Nacional sobre a organização do referido curso, conforme ofício nº. 533, de 22 do mês de março findo, da Diretoria do Interior desse Ministério, para dar início imediato ao aludido Curso.

Saúde e Fraternidade

João Alcides Bezerra Cavalcanti
Diretor

²⁴³ Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, AN 583.

**ANEXO D – PROGRAMA PARA A CADEIRA DIPLOMÁTICA E CRONOLOGIA DO
CURSO TÉCNICO, POR ALEXANDRE MAXIMILIANO KITZINGER, EM 9 DE
ABRIL DE 1923²⁴⁴**

Exmo. Snr. Dr. Diretor do Arquivo Nacional

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex. o incluso Programa da cadeira de Diplomática e Cronologia do Curso Técnico recentemente organizado nesta Repartição e para a regência da qual se dignou V. Ex. de me designar por Portaria de 3 do corrente mês.

Saúde e Fraternidade

Rio de Janeiro, Arquivo Nacional 9 de Abril de 1923.

Alexandre Max Kitzinger
Chefe da Seção Histórica

PROGRAMA DA CADEIRA DE DIPLOMÁTICA DO CURSO ORGANIZADO NO ARQUIVO
NACIONAL

I

Objeto da Diplomática. – A crítica diplomática. – As fontes diplomáticas da história; seus caracteres: autenticidade, procedência e data. – Crítica de texto e crítica de interpretação. – Autoridade do testemunho dos documentos. – Operações diversas e processos da crítica aplicada às fontes diplomáticas. – Elementos da crítica fornecidos por esses documentos.

II

Denominações gerais das fontes diplomáticas. – Códices. – Diplomas. – Fastos. – Anais. – Cartas e notícias. – Cartas (epistola, littera). – Scriptum; Scriptura; Instrumentum; Chirographum. – Atos. – Formas sob as quais nos chegaram as fontes diplomáticas. – Originais. – Expedições e ampliações. – Minutas. – Cópias antigas.

III

Atos rescritos. – Reconstituição dos documentos extraviados ou destruídos. – Confirmações. – Cópias autênticas. – Cartularios. – Registros. – Atos insertos nas crônicas. – Atos reproduzidos nos formulários.

IV

Arquivos. – Buscas nos arquivos. – Publicações de textos. – Coleções de fac-similes. – Bibliografia.

V

²⁴⁴ Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, AN 583.

História da Diplomática. – Estudo das fontes diplomáticas antes de Mabillon. – Emprego dos documentos pelos analistas e cronistas da idade média. – Exame dos atos falsos ou adulterados nas chancelarias e nos cartórios dos tribunais. – Crítica dos documentos pelos humanistas. – Os jurisconsultos, os publicistas e os canonistas. – Uso das cartas na história nacional. – Na história religiosa. – Utilidade prática das cartas para os jurisconsultos, os genealogistas e os homens de Estado.

VI

A ciência da Diplomática depois de Mabillon. – Du Cange e os glossários da baixa latinidade. – Princípios da ciência diplomática. – Papenbroeck. – D. João Mabillon. – Publicação do grande trabalho De Re Diplomatica (1681) Influência da obra de Mabillon e desenvolvimento da Diplomática no estrangeiro. – Nouveau traité de Diplomatique des Bénédictins.

VII

Tratados gerais de Diplomática na Itália, em Portugal e na Espanha. – Ensino da Diplomática na École des Chartes. – Ensino das ciências auxiliares da História nas Faculdades.

VIII

A data. – Disposição e fórmulas da data. – Datas por sincronismos. – Elementos da data de tempo. – Data de lugar. – Estilo das datas. – Dificuldades relativas à significação das datas. – Erros que se encontram nas datas. – Discordâncias entre diversos elementos da data. – Relações dos diversos elementos das datas com as diferentes fases em que foram escritos os documentos. – Interpretação das datas contraditórias.

IX

Sinais de validade. – Subscrições. – Assinaturas. – Testemunhas. – A cruz ou signum manus na época bárbara. – Origem da assinatura. – Monograma. – Assinaturas autografas. – Assinaturas impressas. – Selos manuais. – Firmas. – Sinais em vez de assinaturas.

X

Chanceler, notário e escriba. – Selos. – Selos e matriz. – Selos e Bulas. – Tipos e legendas. – Bulas de chumbo. – Bulas de ouro. – Selos pendentes. – Formas, dimensões e cores dos selos. – Sinetes.

XI

Anéis sigilares. – Bulas dos papas. – O anel do pescador. – Difusão do emprego das bulas. – Legenda dos selos, suas designações. – Difusão dos selos.

XII

Selos armoriais. – Selos nacionais. – Selos das comunas, das corporações, dos particulares. – Selos secretor.

XIII

A chancelaria pontifícia. – Caracteres gerais dos documentos emanados da Corte de Roma: bulas, breves, constituições, encíclicas, decretos, decretais, rescritos. – Bibliografia: publicações de textos, bulários, registros; trabalhos referentes aos arquivos pontifícios.

XIV

Chancelarias régias. – Chancelaria dos monarcas espanhóis e portugueses.

XV

Os documentos falsos. – Atos subreptícios. – Atos rescritos.

XVI

Atos privados. – Tabeliões e notários. – Escrituras públicas. – Registros de notários. – Notas breves e minutas. – Expedições ou originais. Formas dos atos notariais. – Notários apostólicos e imperiais. –

N. B. – Vários pontos de Diplomática relativos à parte material dos documentos – papiro, pergaminho, papel, etc.; tintas, cores, iniciais ornadas, etc.; diversos gêneros de escrita, pontuação, siglas, notas tironianas, etc. – melhor ficarão, assim o pensamos, no programa da cadeira de Paleografia, que também faz parte do Curso Técnico recentemente organizado.

Rio de Janeiro, Arquivo Nacional,
9 de Abril de 1923
Alexandre Max Kitzinger
Professor
Chefe da Seção Histórica

PROGRAMA DA CADEIRA DE CRONOLOGIA DO CURSO ORGANIZADO NO ARQUIVO
NACIONAL

I

Noções preliminares. – Origem e objeto da cronologia. – Cronologia matemática. Cronologia técnica. Cronologia histórica. – Os primeiros cronologistas. – Cálculos cronológicos de Gibert. – Grau de certeza da cronologia. – Fundamentos da cronologia.

II

Divisão do tempo. – Calendário. Calendários solares. Calendários luni-solares. Calendários lunares. Calendários vagos. – Calendário egípcio. – Calendário persa. – Calendário armênio. – Calendário sírio. – Calendário judeu. – Calendário gregos. – Calendário macedônio. – Calendário romano.

III

Calendário juliano. Reforma do calendário juliano. – Calendário gregoriano. Calendário árabe. Calendário republicano. Calendário positivista.

IV

A data da descoberta do Brasil, segundo o calendário gregoriano.

V

Eras e épocas principais usadas entre os povos antigos e modernos para o computo do tempo. – Eras dos Judeus. – Eras dos Egípcios, Babilônios e Persas. – Eras dos Indianos e Chineses. – Era dos Gregos. – Era dos Selêucidas. – Era dos Romanos. – Era dos Muçulmanos. – Era cristã.

VI

Cronologia histórica. – Extensão e principais períodos da história antiga. – Da história da idade média. – Da história moderna. –

VII

Extensão e principais períodos da história da América.

VIII

Extensão e principais períodos da história do Brasil.

IX

Datas da história universal. – Da história do Brasil. – Tábuas cronológicas. Aplicação à história do Brasil. –

X

Sincronismo. Anacronismo. Quadros sincrônicos. Aplicação à história do Brasil.

Rio de Janeiro, Arquivo Nacional,
9 de Abril de 1923
Alexandre Max Kitzinger
Professor
Chefe da Seção Histórica

ANEXO E – PROGRAMA PARA A CADEIRA HISTÓRIA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO BRASIL DO CURSO TÉCNICO, POR EDUARDO MARQUES PEIXOTO, EM 10 DE ABRIL DE 1923²⁴⁵

Rio de Janeiro, 10 de Abril de 1923

Exm^o. Snr. Diretor do Arquivo Nacional

Tenho a honra de passa as mãos de V. Ex. o Programa da Cadeira de História Política e Administrativa do Brasil, criado pelo decreto nº. 15.670, de 6 de setembro de 1922, para o corrente ano.

Apresento a V. Ex. os protestos de minha mais alta consideração.

Eduardo M. Peixoto
Chefe de Seção

PROGRAMA DA CADEIRA DE HISTÓRIA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO BRASIL,
CRIADA PELO DECRETO Nº. 15.670, DE 6 DE SETEMBRO DE 1922, PARA O ANO DE
1923

I

História política e administrativa do Brasil. Sua importância no quadro das matérias do Curso criado pelo decreto nº. 15.670, de 6 de setembro de 1922.

II

O descobrimento do Brasil, seu alcance político. As feitorias, esboço dos primeiros núcleos de organização política administrativa. Expedições de exploração das Costas do Brasil, nos reinados de D. Manoel e D. João III. Martim Afonso de Souza. D. Vicente, primeiro núcleo civil da administração colonial. As Capitanias e o tratado de Tordesilhas, donatários, atribuições regulares por Cartas de doação e forais.

III

Criação do Governo Geral, unificação administrativa. Regimentos gerais dados ao Governador (17 de Dezembro de 1548), ao ouvidor e provedor. Fundação da Cidade de S. Salvador da Bahia (1 de Novembro de 1549). – Tomé de Souza, o fundador e organizador da política lusitana no Brasil. Criação do 1^o. Bispado (Bula de 25 de Fevereiro de 1551). O Bispo D. Pedro Fernando Sardinha. A Companhia de Jesus. Mem de Sá. Fundação da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, 1565. Salvador Correa de Sá.

IV

Divisão do Governo Geral do Brasil em dois governos (carta régia de 10 de Setembro de 1572) do Norte e do Sul. Suas atribuições. Unificação em 1577; divisão em dois governos em 1608. Tipo primitivo da Organização municipal. Composição e fundação das Câmaras. Organização judiciária e policial. Ideia da Situação política e progresso econômico industrial da Colônia. Despertar do espírito de nativismo pelos vultos patriotas de Henrique Dias e Felipe Camarão.

²⁴⁵ Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, AN 583.

V

Vice Reinado: - Os Governadores Gerais ou Vice Reis. Regimentos As Juntas Gerais. O Conselho Ultramarino (Regimento de 14 de Julho de 1642) – Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela. – D. Antonio Alvares da Cunha, Conde da Cunha – D. Antonio Rolim de Moura Tavares, 1º. Conde de Azambuja – D. Luis de Almeida Portugal Soares d'Eça Alarcão Melo Silva Mascarenhas, 2º. Marques de Lavradio e 4º. Conde de Avintes, Tratado de paz de D. Ildefonso, de 1 de outubro de 1777. D. Luis de Vasconcelos e Souza – D. José Luiz de Castro, 2º. Conde de Resende – D. Fernando José de Portugal e Castro, Marques de Aguiar – D. Marcos de Noronha e Brito, 8º. Conde dos Arcos.

VI

D. João (Regência e Reino) Regência em 16 de Julho de 1799. Partido para o Brasil, em 29 de Novembro de 1807, Chegada a Bahia em 2 de Janeiro de 1808. A Carta régia de 28 de Janeiro. Chegada da família real ao Rio de Janeiro (7 de Março de 1808) O 1º. Ministério no Brasil do Governo de D. João. Criação de diversos estabelecimentos oficiais. – Brasil. Reino Unido. A Revolução de 1817, em Pernambuco. A de 26 e Fevereiro de 1821, no Rio de Janeiro. Último Ministério do Governo de D. João VI.

VII

D. Pedro I. (Regência e Império) Instruções baixadas com o decreto de 22 de Abril de 1821, conferindo a D. Pedro o título de Príncipe e lugar tenente de el-Rei de Portugal no governo provisório do Reino Unido do Brasil. Primeira proclamação de D. Pedro aos habitantes do Brasil (26 de Abril). A Crise financeira de 1821. Regularização da forma de desapropriação por utilidade pública (decreto de 21 de Maio). Salvaguarda dos direitos e Liberdades individuais (23 de Maio). Insurreição da Divisão Auxiliadora e Partido Português (5 de Julho). Medida da Corte de Lisboa declarando os Governos provinciais do Brasil independentes do Rio de Janeiro e sujeitos única e imediatamente aos tribunais de Portugal (24 de Abril). Atos das Cortes de Lisboa – Separação dos Brasileiros do Partido Português – A Conquista da Independência do Brasil à qualquer preço – Abolição da censura prévia da Imprensa (12 de Julho) – Ganho de causa dos Jornais – A Representação de 9 de Janeiro de 1822 (José Clemente Pereira). O Fico – Ministério 16 de Janeiro – José Bonifácio de Andrade e Silva. Decreto de 16 de Fevereiro de 1822. O de 21 de Fevereiro. Chegada da divisão Naval que deveria conduzir o príncipe regente para Lisboa. A Saída da divisão, de volta a Portugal. D. Pedro defensor perpétuo do Brasil, Instalação do Conselho dos procuradores Gerais das províncias brasileiras (2 de Junho) Proclamação dos habitantes da Bahia (17 de Junho) Independência ou Morte (7 de Setembro).

D. Pedro Imperador Constitucional e defensor perpetuo do Brasil (12 de Outubro) Medidas de alta vigilância e significação política. Sagração e Coroação de S. M. o Imperador D. Pedro I. Instituição da Ordem Imperial do Cruzeiro. Criação da Imperial Guarda de Honra. Título de “Muito Leal e Heroica” a Cidade do Rio de Janeiro. O de “Ilustríssima” a Câmara Municipal. A libertação da Bahia e de outras províncias. – Assembleia Geral Legislativa Constituinte (3 de Maio de 1823) A sua dissolução (12 de Novembro) Conselho de Estado para organizar uma Constituição (26 de Novembro) Carta de lei de 25 de Março de 1824. Movimentos políticos (Pernambuco, 1824, Rio Grande do Sul) Reconhecimento de D. João VI a Independência do Brasil (29 de Agosto de 1825) Guerras das Províncias Unidas do Rio da Prata (10 de Dezembro) A Paz, em 28 de Agosto de 1828 – Criação de diversos estabelecimentos oficiais – Agitação popular na cidade do Rio de Janeiro (6 de Abril de 1831) Abdicação, 7 de Abril de 1831.

VIII

Regências (Provisória e definitiva, trina e una)

Regência trina provisória, de 7 de Abril da 17 de Julho de 1831 (Marques de Caravelas, Lima e Silva e Campos Vergueiro) – As lutas partidárias.

Regência trina definitiva, de 17 de Julho de 1831 a 12 de Outubro de 1835 (General Francisco de Lima e Silva, Deputados José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz) Ato adicional (12 de Agosto de 1834)

Regência uma definitiva, de 12 de Outubro de 1835 a 23 de Julho de 1840.

Padre Diogo Antonio Feijó (12 de Outubro de 1835 a 18 de Setembro de 1837)

Pedro de Araújo Lima (19 de Setembro de 1837 a 22 de Julho de 1840)

Interpretação de Ato adicional (Lei de 12 de Maio de 1840)

IX

D. Pedro II. Maioridade (23 de Julho de 1840) Sagração e Coroação (18 de Julho de 1841) Hino Nacional. – Conselho de Estado (23 de Novembro de 1841) Ministérios Repartições do Estado – Organização Judiciária – Os Farrapos, no Rio Grande do Sul (1835 a 1845) A Balaiada no Maranhão, Revolução em S. Paulo e em Minas (17 de Maio e 10 de Junho) A Revolução Praieira, em Pernambuco, 1848. O ano de 1850. Os partidos políticos, liberal e conservador. As intervenções no Prata (ditaduras de Rosas, Aguirre e Lopez) Questão Cristir – A emancipação do elemento servil (Leis de 28 de Setembro de 1871, Rio Branco; a de 28 de Setembro de 1885, Saraiva; a de 13 de Maio de 1888, Aurea).

X

Governo Provisório (República)

XI

Governo Republicano Constitucional.

Eduardo Marques Peixoto

ANEXO F – ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1923, ENTRE OS DIRETORES DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, ARQUIVO NACIONAL E BIBLIOTECA NACIONAL²⁴⁶

Ata da reunião, em 10 de abril de 1923, dos diretores do Museu Histórico Nacional, Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, para ser dado cumprimento à recomendação consignada no Aviso nº. 531, de 22 de março do mesmo ano, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao diretor interino da última repartição, e constante dos que, sobre o mesmo assunto, foram endereçados aos diretores das primeiras.

Aos dez dias do mês de abril de mil novecentos e vinte e três, reunidos em uma das salas da Biblioteca Nacional, o Dr. João Alcides Bezerra Cavalcanti, diretor do Arquivo Nacional, Dr. Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional, Dr. Aurelio Lopes de Souza, diretor interino da primeira repartição citada e Alfredo Mariano de Oliveira, secretário da mesma, tomou a palavra o diretor da Biblioteca, para o que pediu permissão, e declarou ser motivo do encontro dos chefes das três repartições, como aliás estava no conhecimento de todos, o cumprimento da comum recomendação feita por Avisos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para que os mesmos entrassem em entendimento a respeito da realização, neste ano, do Curso Técnico, criado nos referidos estabelecimentos.

Acrescentou o referido diretor interino que mais conveniente lhe parecia, antes de mais nada, o estabelecimento de uma preliminar, consistindo esta em determinar a extensão e dar à matéria sobre que se teria de deliberar.

Disse ainda, prosseguindo na mesma ordem de idéias, que opinaria pelo exame, na ocasião, por parte de cada diretor, e relativamente à sua repartição, da possibilidade ou impossibilidade de realização do dito Curso, devendo-se ter em vista, nesse exame, não somente a primeira parte dos arts. 38 e 57 dos Regulamentos, respectivamente da Biblioteca e do Museu Histórico, senão também a situação particular de cada uma das três repartições; que opinaria ainda, reconhecida por todos a possibilidade, fosse marcada desde logo nova reunião, na forma dos Regulamentos, para a apresentação de programas e fixação do horário das aulas e que, si o não fosse, por escusa justificada de professores designados, ou por motivos outros, os diretores (ou diretor) interessados se dirigissem diretamente ao Sr. Ministro, dando as razões do seu parecer, para que S. Ex. se dignasse de resolver de maneira definitiva quanto aos diversos pontos da questão, inclusive o de que tratar a segunda parte dos referidos arts. 38 e 57.

Aceitos a preliminar e o ponto de vista apresentados, declarou o diretor do Arquivo Nacional estar a sua repartição preparada para cooperar na realização do Curso, tendo professor designado para a matéria que lhe toca e local para as aulas. Não estando nas mesmas condições, embora em graus diversos, a Biblioteca e o Museu Histórico, conforme ligeira exposição feita no momento por seus diretores, declararam os mesmos, de acordo com o assentado, se reservariam para diretamente informar a respeito, com maior minucia S. Ex. o Sr. Ministro.

Isso posto, nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião e foi lavrada a presente ata, assinada, igualmente, por mim, Alfredo Mariano de Oliveira, secretário da Biblioteca Nacional.

Alfredo Mariano de Oliveira, secretário

João Alcides Bezerra Cavalcanti, diretor do Arquivo Nacional

Gustavo Dodt Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional

Aurelio Lopes de Souza, diretor geral interino da Biblioteca Nacional

²⁴⁶ Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 69, 01, 02.

**ANEXO G – OFÍCIO DO DIRETOR GERAL DE EXPEDIENTE DO MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA AO DIRETOR DO MUSEU HISTÓRICO
NACIONAL, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1931²⁴⁷**

Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública
Diretoria Geral do Expediente
1ª. Seção
N. D.E. 1861

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1931

Sr. Diretor do Museu Histórico Nacional

Em referência ao vosso ofício, nº. 268, de 24 deste Mês, o Sr. Ministro autoriza-vos a elaborar um projeto de decreto sobre o restabelecimento do Curso de Museus, conforme sugeristes no mesmo ofício.

Saúde e Fraternidade.

H. de Farias
Diretor Geral

²⁴⁷ Museu Histórico Nacional, Arquivo Institucional, Correspondências, AS/DG2.